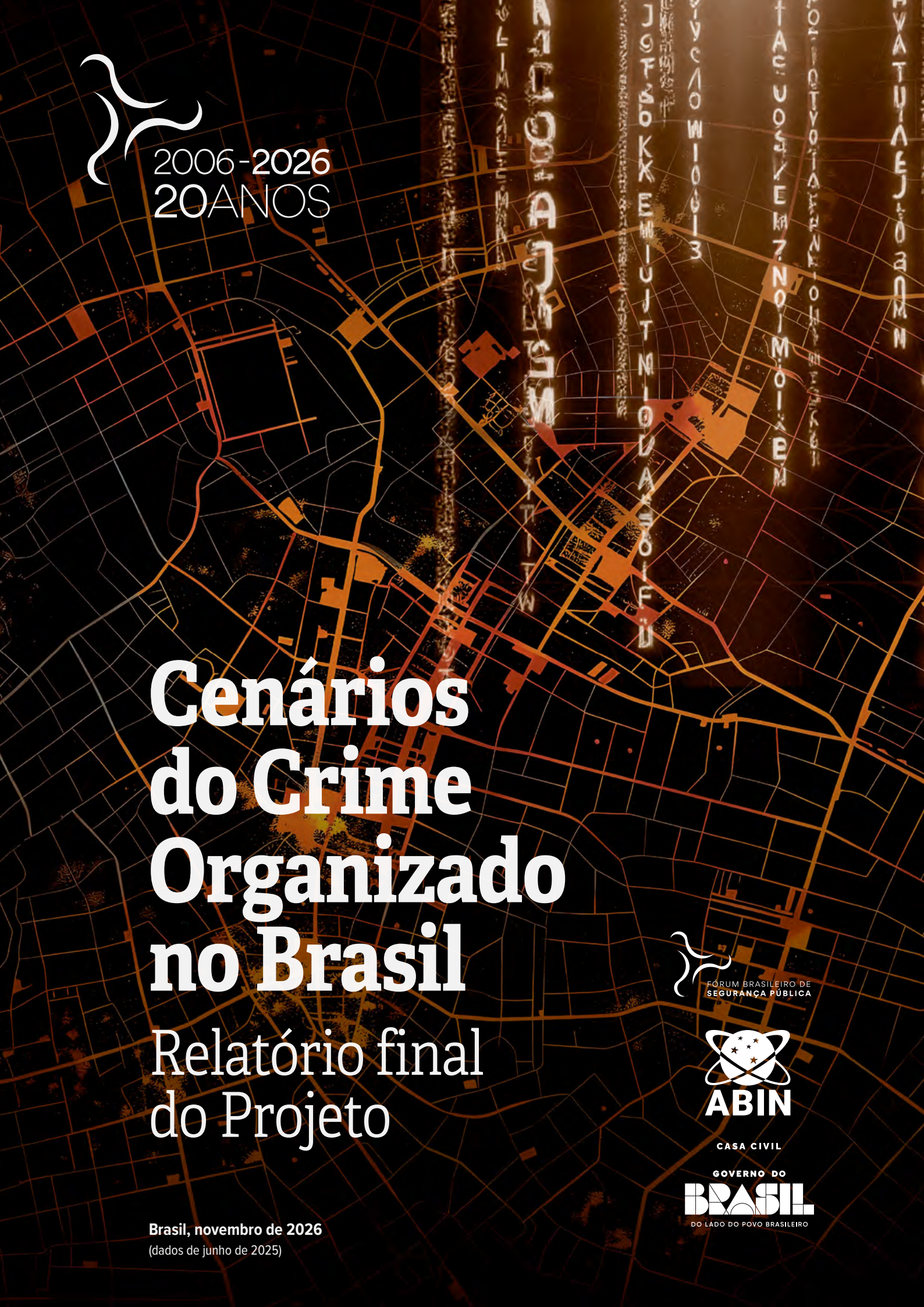


2006-2026
20ANOS

Cenários do Crime Organizado no Brasil

Relatório final do Projeto

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ABIN

CASA CIVIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Brasil, novembro de 2026
(dados de junho de 2025)

2006-2026
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
20ANOS

ABIN

CASA CIVIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Cenários do Crime Organizado no Brasil

Relatório final do Projeto



Cenários do Crime Organizado no Brasil

Relatório final do Projeto

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ABIN

CASA CIVIL

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

FICHA INSTITUCIONAL

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP)

Diretor Presidente
Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva
Samira Bueno

Gerente de Programas
David Marques

Gerente de Relações Institucionais
Juliana Martins

Gerente de Projetos e Dados
Isabela Sobral

Coordenadores temáticos
Cauê Martins
Leonardo Silva
Juliana Brandão

Pesquisadores Sêniores
Aiala Couto
Ariadne Natal
César Mello
Rodrigo Chagas

Equipe Técnica
Beatriz Schroeder
Ana Clara Coelho
Deise Nunes
Raquel Sousa
Artur dos Santos (estagiário)
Gabriela Oliveira (estagiária)
Maria Eduarda Medeiros (estagiária)

Gerente Administrativa e Financeira
Débora Lopes

Analista Administrativa e Financeira
Michelle Bulhões

Assistente de Diretoria
Letícia Conceição

Equipe Administrativa
Elaine Rosa
Sueli Bueno

Conselho de Administração
Presidente: Cássio Thyone A. de Rosa
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros
Alan Fernandes
Bartira Macedo de Miranda
Cássio Thyone A. de Rosa
Denice Santiago
Edson Ramos
Lívio José Lima e Rocha
Marlene Inês Spaniol
Daniel Cerqueira
Arthur Trindade M. Costa
Paula Ferreira Poncioni
Juliana Lemes da Cruz

Conselho Fiscal
Renato de Alcino Vieira
Roberto Uchôa
Sandoval Bittencourt

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

Casa Civil da Presidência da República
Ministra Miriam Belchior

Diretor-Geral
Luiz Fernando Corrêa

Diretor-Adjunto
Rodrigo de Aquino

Departamento de Inteligência Interna
Diretor Esaú Samuel Lima Feitosa

FICHA TÉCNICA

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

Supervisão geral, coordenação técnica e equipe
Departamento de Inteligência Interna
Superintendências estaduais

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP)

Supervisão geral
Renato Sérgio de Lima

Coordenação técnica
David Marques

Equipe FBSP
Ana Clara Coelho
Gabriela Oliveira (estagiária)
Isabela Sobral
Leonardo Silva
Raquel Sousa
Samira Bueno

Consultores sêniores
Bruno Paes Manso
César Mello
Cleber Lopes
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos
Gabriel Patriarca
Isabela Araújo
Ludmila Ribeiro
Rodrigo Chagas
Thandara Santos

Diagramação
Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F636c Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2006-2026.
Agência Brasileira de Inteligência.
Cenários do crime organizado no Brasil: relatório final do projeto. – São Paulo: FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: ABIN: Agência Brasileira de Inteligência, 2026.
185 p.; il. color.

Recurso digital.
Formato: PDF
ISBN: 978-65-89596-59-2
DOI: 10.31060/FBSP.2026.978-65-89596-59-2
Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/322

1. Cenários criminais - Brasil. 2. Facções criminosas - Brasil. 3. Crime organizado. 4. Violência – Dados para enfrentamento. 5. Dinâmicas criminais - Brasil. I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. II. ABIN - Agência Brasileira de Inteligência. III. Título.

23. ed. CDD 364.106

Bibliotecária responsável: Maria Claudia Pink L. Dalcorso – CRB 8/7504

Como referenciar:
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Cenários do crime organizado no Brasil:** relatório final do projeto. São Paulo: FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: ABIN - Agência Brasileira de Inteligência, 2026. DOI: https://doi.org/10.31060/fbsp.2026.978-65-89596-59-2 Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/322. Acesso em: -

13.202611



Sumário

Apresentação Institucional ABIN 8

Apresentação Institucional FBSP 10

Infográfico 12

Introdução 16

Metodologia 19

Dinâmicas e transformações dos cenários criminais no Brasil em 2025/2026: texto de análise Brasil 27

Cenários estaduais, por Região – Região Norte 54

Acre 54

Cenário criminal do Acre: análises e perspectivas 58

Amapá 59

Cenário criminal do Amapá: análises e perspectivas 63

Amazonas 64

Cenário criminal do Amazonas: análises e perspectivas 68

Pará 68

Cenário criminal do Pará: análises e perspectivas 72

Rondônia 73

Cenário criminal de Rondônia: análises e perspectivas 76

Roraima 77
Cenário criminal de Roraima: análises e perspectivas 80
Tocantins 81
Cenário criminal em Tocantins: análises e perspectivas 84
Cenários estaduais, por Região – Região Nordeste 86
Alagoas 86
Cenário criminal em Alagoas: análises e perspectivas 89
Bahia 90
Cenário criminal na Bahia: análises e perspectivas 95
Ceará 96
Cenário criminal no Ceará: análises e perspectivas 100
Maranhão 101
Cenário criminal no Maranhão: análises e perspectivas 104
Paraíba 105
Cenário criminal da Paraíba: análises e perspectivas 109
Pernambuco 110
Cenário Criminal de Pernambuco: análises e perspectivas 113
Piauí 114
Cenário criminal no Piauí: análises e perspectivas 117
Rio Grande do Norte 118
Cenário criminal no Rio Grande do Norte: análises e perspectivas 122
Sergipe 123
Cenário criminal em Sergipe: análises e perspectivas 127
Cenários estaduais, por Região – Região Centro-Oeste 129
Distrito Federal 129
Cenário criminal no Distrito Federal: análises e perspectivas 132
Goiás 132
Cenário criminal de Goiás: análises e perspectivas 135
Mato Grosso 136
Cenário criminal em Mato Grosso: análises e perspectivas 139
Mato Grosso do Sul 139
Cenário criminal no Mato Grosso do Sul: análises e perspectivas 147

Cenários estaduais, por Região – Região Sudeste 148
Espírito Santo 148
Cenário criminal do Espírito Santo: análises e perspectivas 150
Minas Gerais 151
Cenário criminal de Minas Gerais: análises e perspectivas 156
Rio de Janeiro 156
Cenário criminal do Rio de Janeiro: análises e perspectivas 161
São Paulo 162
Cenário criminal de São Paulo: análises e perspectivas 168
Cenários estaduais, por Região – Região Sul 170
Paraná 170
Cenário criminal no Paraná: análises e perspectivas 174
Rio Grande do Sul 175
Cenário criminal no Rio Grande do Sul: análises e perspectivas 179
Santa Catarina 179
Cenário criminal em Santa Catarina: análises e perspectivas 182
Referências 183

Apresentação Institucional ABIN

Este documento reúne a Agência Brasileira de Inteligência e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública em um exercício público de prospecção sobre o crime organizado no Brasil. Ao produzi-lo, a ABIN cumpre sua missão institucional de oferecer cenários ao Sistema Brasileiro de Inteligência, a tomadores de decisão e a autoridades responsáveis pela formulação de políticas públicas.

Este documento expressa a face da atuação da ABIN na área de segurança pública. A partir de aspectos caracterizadores dos atores criminais, constrói e apresenta uma perspectiva abrangente, estratégica e de alto nível. A compreensão dos cenários criminais, sobretudo a partir da problemática da influência territorial exercida por grupos criminosos, demonstra a complexidade para onde a criminalidade organizada avança, em que a ingerência territorial abre caminho para que atores ilícitos se infiltrem em mercados lícitos e disputem com o Estado a regulação da vida econômica e social.

A metodologia desenvolvida é o centro desta publicação e sua principal contribuição para o debate público acerca das valências disponíveis para o enfrentamento ao crime organizado. Ela tem sido desenvolvida pela ABIN ao longo dos últimos anos e contou com suporte e refinamento técnico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para atingir a maturidade e embasar esta publicação. A partir dela, o objetivo torna-se menos explicar o passado ou tentar prever o futuro, e sim traçar uma linha de prioridades qualificada e com perspectiva de continuidade.

↑ SUMÁRIO

Este estudo revela também outra face da ABIN: a aproximação com a sociedade civil. A parceria com uma instituição de pesquisa e debate como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública submeteu a análise a um olhar externo e qualificado. O resultado é um produto ostensivo, que preserva fontes e métodos sensíveis e entrega à sociedade parte do conhecimento produzido pela Inteligência de Estado, em conjunto com instituição que desempenha relevante papel no debate público sobre Segurança e reúne operadores, especialistas e acadêmicos.

Esse gesto expressa um compromisso com a transparência. Em uma democracia, a Inteligência de Estado cumpre plenamente sua missão quando presta contas, dialoga com a sociedade e contribui para o reforço da soberania nacional. Por isso, convidamos pesquisadores, gestores públicos, setor produtivo e cidadãos a examinar estes cenários, questioná-los e aprimorá-los.

Por fim, as conclusões e evidências desta publicação reforçam a necessidade de enfrentamento da criminalidade organizada violenta a partir de uma perspectiva mais integrada e ancorada na governança federativa. Essa governança deve mitigar entraves institucionais e potencializar as capacidades de cada ente federado e de cada instituição, para o enfrentamento sinérgico à criminalidade organizada. Nenhum órgão ou ente federado enfrentará sozinho um fenômeno que se organiza em rede e explora as lacunas de coordenação do Estado.

É nesse espírito de cooperação e coordenação que entregamos este trabalho ao país.

Cordialmente,

Luiz Fernando Corrêa
Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência

↑ SUMÁRIO

Apresentação Institucional FBSP

Ao longo dos últimos anos, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP tem acompanhado com atenção o crescimento das facções criminosas no Brasil e alertado para a expansão dos territórios, mercados e setores da economia controlados por organizações criminosas criadas nas prisões, sobretudo o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho), ou por milícias compostas por agentes e ex-agentes públicos.

Esse esforço começou com um primeiro exercício de mapeamento das facções no país, em 2018, produzido pelos pesquisadores Camila Dias e Bruno Manso. Desde então, o tema ganhou lugar permanente na produção do FBSP, em trabalhos que exploram suas múltiplas perspectivas de análise, como o *Cartografias da Violência na Amazônia*, desenvolvido desde 2020, entre outras publicações. Fiel à nossa missão de ser um espaço permanente e inovador de debate, articulação e cooperação técnica, construímos esse conhecimento em parceria com diferentes instituições.

Se, num primeiro momento, a atuação das facções se limitava ao comércio varejista de drogas, na última década suas atividades se expandiram para o controle de rotas nacionais e internacionais do tráfico, crimes patrimoniais, crimes ambientais, extorsões e a atuação em setores formais da economia. Nesses setores, o foco recai sobre produtos de alto valor e grande circulação, especialmente vulneráveis à atuação desses grupos, como ouro, combustíveis, tabaco, bebidas, entre outros. No limite, o crime organizado reconfigura e afeta territórios, modos de vida e economias.

↑ SUMÁRIO

Esse cenário representa hoje um dos maiores entraves ao desenvolvimento econômico e sustentável do Brasil e à garantia da segurança como direito fundamental. Além de um direito em si, a segurança pública é condição para o desenvolvimento nacional: sem ela, um amplo conjunto de outros direitos fica comprometido. Superar esse quadro exige um esforço coordenado entre as instituições do Estado, o setor privado, a sociedade civil e a cooperação internacional. Exige, também, reconhecer que as estratégias adotadas até aqui não têm sido suficientes e que é preciso uma resposta muito mais qualificada.

Foi nesse contexto que, por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) em 2024, iniciamos o desenvolvimento de uma metodologia exequível para produzir um diagnóstico amplo da configuração do crime organizado no país, que considerasse tanto a perspectiva nacional quanto as realidades das 27 unidades da federação. Responsável por produzir conhecimentos estratégicos para a tomada de decisão em segurança e defesa nacional, a ABIN também vem acompanhando o crescimento das facções e trouxe à parceria um olhar nacional e transversal sobre o fenômeno, além do conhecimento acumulado sobre modelos internacionais de monitoramento. A ideia é adicionar uma camada estratégica ao problema, e não substituir a necessária e urgente agenda de produção de conhecimento em inteligência de segurança pública e persecução penal, atribuição das instituições do sistema de segurança pública brasileiro.

Somando suas competências, e em diálogo com atores das instituições de segurança pública e da academia, as equipes técnicas do FBSP e da ABIN buscaram ir além da simples contagem e localização das organizações no mapa, prática adotada até então. O objetivo foi construir uma metodologia mais estável e verificável, capaz de qualificar a atuação de cada organização em cada estado e de mensurar seu nível de relevância nas escalas local e nacional. Os dados, coletados em 2025, passaram então por um processo de validação e análise que resultou neste relatório.

Esse processo revelou ao menos duas dimensões da atuação dessas organizações. A primeira, mais ostensiva, é o domínio de territórios. A segunda, mais sofisticada, é a atuação econômica, que ainda está distante do olhar da maior parte das instituições de segurança pública e de justiça e que a metodologia atual captou apenas parcialmente. Aprimorar os instrumentos para medir essa dimensão é um dos desafios das próximas edições.

Por isso, publicar este relatório é também um convite. Ao compartilhar a metodologia, chamamos as instituições de segurança pública e de justiça, a academia e as organizações da sociedade civil a debater os critérios de classificação dessas organizações e de sua relevância e, a partir daí, construir conjuntamente mecanismos mais adequados para enfrentá-las.

Infográfico

Panorama nacional do crime organizado de base faccional

O Brasil tem 31 Facções relevantes: A maior parte tem atuação local.

2 facções atuam em todo o Brasil: Primeiro Comando da Capital está presente de forma relevante em 22 UFs e **Comando Vermelho** em 19 UFs.

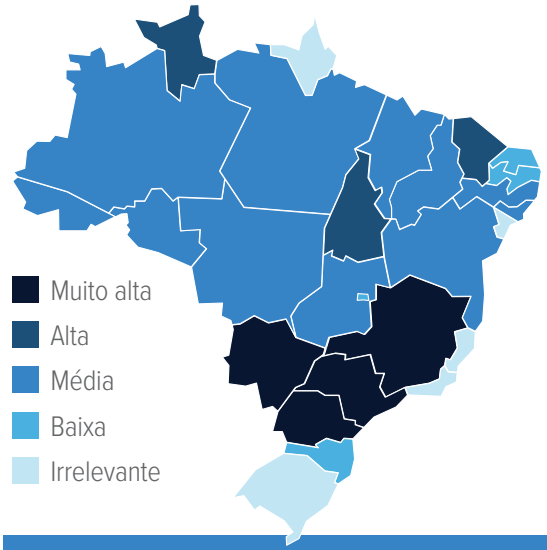


Fora CV e PCC, o **Terceiro Comando Puro** é a única facção que **está em mais de 2 estados de forma relevante** (está em 4).

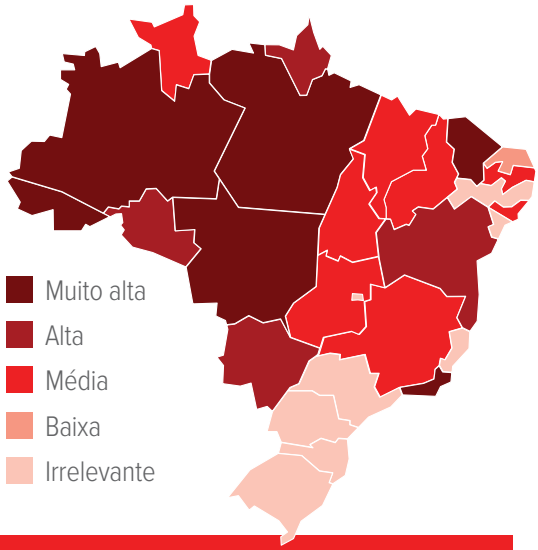
As outras 28 facções possuem atuação **em até 2 estados.**

Das 31 organizações criminosas relevantes identificadas, **28 são de matriz faccional, 2 são milícias e 1 é estrangeira**

Nível de Relevância do PCC nas UFs



Nível de Relevância do CV nas UFs



Primeiro Comando da Capital (PCC)	Comando Vermelho (CV)
Altamente verticalizada e hierárquica; as decisões emanam de São Paulo ("Sintonia Final Geral") para as sintonias estaduais.	Estrutura descentralizada, funcionando em um modelo de "franquia" com autonomia para as lideranças locais e parcerias regionais.
Prioriza o tráfico internacional de cocaína e o comércio atacadista em direção a grandes mercados consumidores; foco em pontos estratégicos para logística (portos e aeroportos), garantindo a amplitude de rotas e previsibilidade de fluxos.	Foco na disputa e controle de territórios; forte atuação no domínio direto de comunidades urbanas.
Em cenários estaduais nos quais não possui alta relevância, como em alguns estados do Nordeste e da Amazônia, procura atuar por meio de alianças com grupos locais, mais interessados no varejo.	Oferece mobilidade nacional e internacional a lideranças locais.
Em territórios em que possui maior relevância, estabelece códigos de conduta na dinâmica criminal e controle disciplinar.	Menor previsibilidade e flexibilização de normas; os chefes possuem maior autonomia de decisão em seus territórios, sem necessidade de seguir um conjunto rígido centralizado.
Sofisticação dos métodos de lavagem e ocultação de ativos; exploração de vulnerabilidades regulatórias e fiscalizatórias com vistas à infiltração em setores econômicos legais, conforme revelado pela Op. Carbono Oculto/ combustíveis.	Postura agressiva com confronto territorial e controle social local; disposição para o embate aberto contra rivais e forças de segurança com uso de fuzis.

Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. (Ref. jun/2025).

↑ SUMÁRIO

INFOGRÁFICO

As facções na realidade brasileira

■ O tráfico de drogas já não é a única **atividade das facções**

Crimes ambientais na Amazônia

Em áreas de domínio territorial, cobrança de taxas (extorsão), monopólio de serviços (GLP, internet, transporte, entre outros)

Crimes patrimoniais e golpes digitais

Infiltração em mercados como combustíveis, transportes, bebidas, tabaco e ouro, entre outros

Infiltração em cenários **políticos locais**

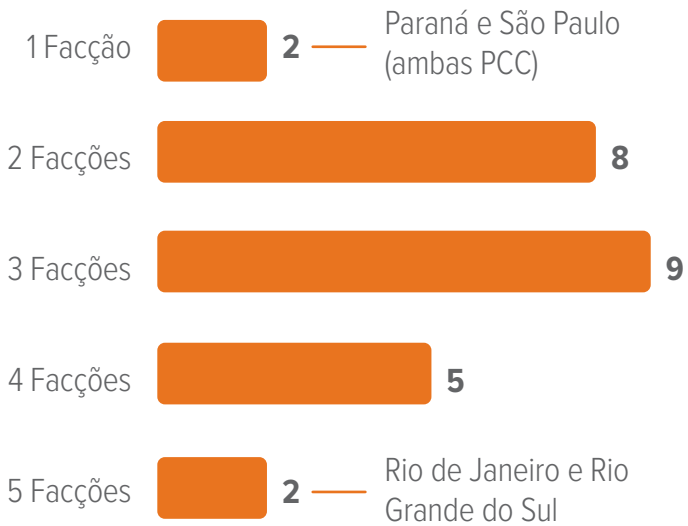
■ **O controle territorial por parte das facções oportuniza violações de direitos das comunidades,** pressiona economias, e tensiona políticas públicas e a atuação do Estado.

■ **As grandes facções diversificam suas atividades** e estão na economia formal para **aumentar lucros e lavar dinheiro das atividades ilegais.** Muitas vezes atuam como fornecedores para facções locais.

■ A diversificação das atividades, **a infiltração na economia formal e as conexões internacionais** demandam do Estado **novas formas de atuação** para desmantelar essas facções.

Cenários Estaduais

Quantidade de UF, segundo número de organizações criminosas com atuação relevante



A maior parte dos estados brasileiros **tem 2 ou 3 facções relevantes**

Em Sergipe, nenhuma facção atingiu todos os critérios para serem consideradas relevantes, mas **há atuação de PCC e CV no estado.**

↑ SUMÁRIO

Organizações criminosas por UF,
segundo relevância (jun. 2025)

Cor do quadro = presença relevante de PCC e CV na UF · ●●●● relevância de cada facção (baixa a muito alta)

RR
- PCC ●●●●
- Venez.* ●●●○
- CV ●●○○

AP
- FTA ●●●●
- CV ●●●○
- UCA ●●○○

AC
- CV ●●●●
- B13 ●●●○
- PCC ●●○○

AM
- CV ●●●●
- PCC ●●○○

PA
- CV ●●●●
- CCA ●●○○
- PCC ●●○○

MA
- B40 ●●●●
- CV ●●○○
- PCC ●●○○
- PCM ●○○○

CE
- CV ●●●●
- PCC ●●●○
- GDE ●●●○
- TDN ●●○○

RN
- SDC ●●●●
- PCC ●●○○
- CV ●○○○

RO
- CV ●●●●
- PCC ●●●○
- TDR ●○○○

MT
- CV ●●●●
- PCC ●●●○

TO
- CV ●●●○
- PCC ●●●○

PI
- PCC ●●●○
- CV ●●○○
- B40 ●●○○
- GDE ●○○○

PB
- CV ●●●○
- NKD ●●●○
- PCC ●●○○
- EUA ●○○○

MS
- PCC ●●●●
- CV ●●●○

GO
- CV ●●●○
- PCC ●●●○
- ADE ●●●○

BA
- BDM ●●●●
- CV ●●●○
- PCC ●●○○
- TCP ●●○○

PE
- PCC ●●●○
- CLS ●●●○
- BDU ●●○○

SP
- PCC ●●●●

DF
- CDC ●●●○
- PCC ●●○○

MG
- PCC ●●●●
- CV ●●○○
- TCP ●●○○

AL
- CV ●●●○
- PCC ●●●○

PR
- PCC ●●●●

RJ
- CV ●●●●
- TCP ●●●●
- Mil. CG/SC ●●●○
- Mil. NI ●●●○
- ADA ●●○○

ES
- PCV ●●●●
- TCP ●●○○

SE

PCC e CV atuam, abaixo do corte de relevância

SC
- PGC ●●●●
- PCC ●●○○

RS
- BNC ●●●○
- MAN ●●●○
- TAU ●●○○
- FMS ●○○○
- ABT ●○○○

Siglas

PCC - Primeiro Comando da Capital
CV - Comando Vermelho
TCP - Terceiro Comando Puro
ABT - Os Abertos
ADA - Amigos dos Amigos
ADE - Amigos do Estado
B13 - Bonde dos 13
B40 - Bonde dos 40
BDM - Bonde do Maluco
BDU - Bonde da União
BNC - Bala na Cara
CCA - Comando Classe A
CDC - Comboio do Cão
CLS - Comando Litoral Sul
EUA - Estados Unidos
FMS - Família do Sul
FTA - Família Terror do Amapá
GDE - Guardiões do Estado
MAN - Os Manos
Mil. CG/SC - Milícia de Campo Grande/Santa Cruz
Mil. NI - Milícia de Nova Iguaçu
NKD - Nova Okaida
PCM - Primeiro Comando do Maranhão
PCV - Primeiro Comando de Vitória
PGC - Primeiro Grupo Catarinense
SDC - Sindicato do Crime RN
TAU - Os Taura
TDN - Massa ou Tudo Neutro
TDR - Tropa da Revolução
UCA - União Criminosa do Amapá
Venez.* - Tren de Aragua, Tren de Guayana e pandillas

Legenda:

Presença das facções nacionais

- Somente PCC (5 UFs)
- Somente CV (2 UFs)
- PCC e CV (17 UFs)
- Nem PCC nem CV (3 UFs)

Facção

PCC · CV · TCP · facção local ou regional

●○○○ baixa ●●○○ média ●●●○ alta ●●●● muito alta

* Em RR, Tren de Aragua, Tren de Guayana e pandillas foram contados como um único grupo.

Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. (Ref. jun/2025).

↑ SUMÁRIO

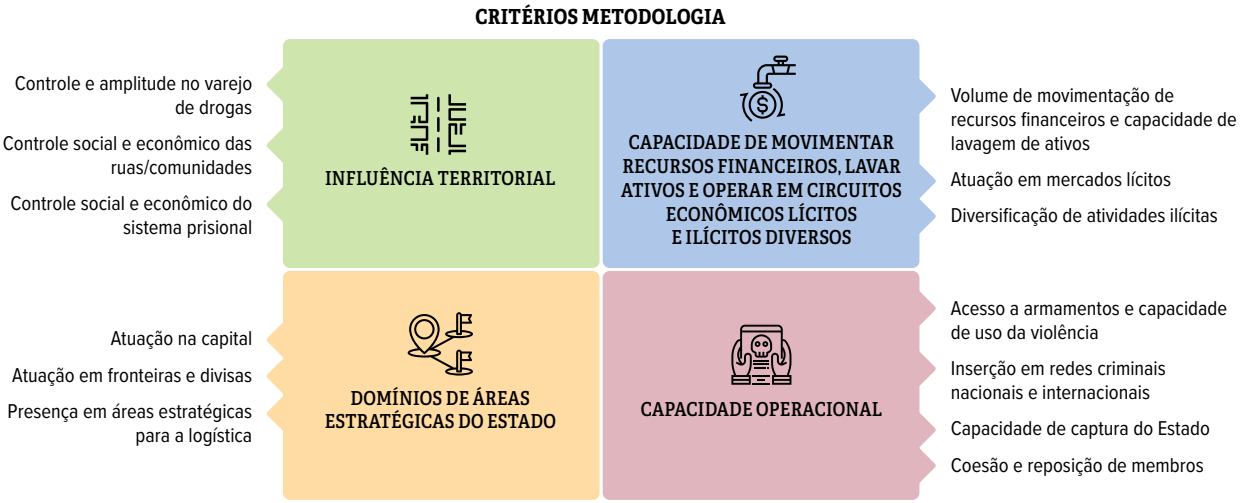
Metodologia*

1 - Seleção Inicial

Para constar no estudo a organização criminosa precisava cumprir 3 critérios:

- **Territorialização:** Natureza eminentemente territorial, com estratégias de apropriação de espaços dentro e fora do sistema prisional.
- **Amplitude:** Atuação relevante no cenário estadual (mínimo de 5% dos territórios em disputa).
- **Atuação no Narcotráfico:** Engajamento direto ou indireto (logística ou controle territorial para exploração por terceiros).

2 – Avaliação de Criticidade:



3 – Análise de Relevância:

Estadual: média entre o percentual da pontuação individual do grupo e sua participação no total de pontos distribuídos entre todas as facções da UF.

Categoria	% da pontuação
Muito alta	50% a 100%
Alta	30% a 49%
Média	10% a 29%
Baixa	0% a 9%

Nacional: percentual de pontos atingidos em relação ao máximo possível de 130 pontos.

Categoria	% da pontuação
Muito Alta	65% a 100%
Alta	40% a 64%
Média	20% a 39%
Baixa	0% a 19%

Coleta dos dados: Os dados foram coletados em junho de 2025

↑ SUMÁRIO

* Para mais detalhes, ver capítulo metodológico do estudo.

Introdução

O projeto é resultado de uma parceria entre Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), formalizada em Acordo de Cooperação Técnica firmado entre FBSP e ABIN em agosto de 2024.

Foram objetivos do projeto:

- *Produzir conhecimento para subsidiar a compreensão sobre as dinâmicas criminais organizadas no Brasil, com destaque para facções criminosas de base prisional e milícias;*
- *Identificar e qualificar a presença de grupos criminosos no Brasil, segundo seu nível de relevância;*
- *Analisar a rede de relações estabelecida entre esses grupos em âmbito nacional;*
- *Identificar tendências e riscos de expansão territorial, política e mercadológica;*
- *Qualificar o debate público e influenciar processos de tomada de decisão no enfrentamento ao crime organizado.*

↑ SUMÁRIO

A abordagem do projeto concentra-se na descrição e análise dos cenários criminais das Unidades da Federação e dos principais grupos atuantes nestes. Para tanto, procura descrever as relações entre estes grupos, o nível de ameaça que tais grupos oferecem às instituições, aos mercados e à população, além de sua relevância nos mercados criminais, sempre em nível subnacional, dos estados e do Distrito Federal.

O projeto é inspirado pela metodologia canadense Sleipnir (CANADA, 2017), de avaliação de ameaças relacionadas ao crime organizado, e dialoga com iniciativas anteriores do FBSP, da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), e da bibliografia especializada.

O processo de contínua expansão do crime organizado no Brasil nas últimas três décadas resultou na nacionalização das grandes facções, que demonstraram capacidade de incorporar mercados e territórios, ampliando a ameaça que impõem à sociedade e à democracia no país. As organizações criminosas também intensificaram e diversificaram seu espectro de atuação, ao se inserirem em novas práticas ilícitas, cruzarem as fronteiras do país e do continente e ampliarem sua influência sobre os ambientes econômicos lícitos e as instituições oficiais.

O projeto Cenários do Crime Organizado no Brasil consiste em um esforço coordenado entre a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para desenvolver uma estrutura perene de monitoramento da dinâmica das organizações criminosas no Brasil, tendo como foco os cenários estabelecidos em cada Unidade da Federação e suas repercussões nacionais e internacionais. Para tal, foi necessária a realização de uma ampla coleta de dados e a elaboração de uma matriz analítica capaz de mensurar os níveis de ameaça interpostos pelas organizações criminosas em cada estado brasileiro, considerando as capacidades que o grupo possui, seu histórico de atuação e as relações de disputa territorial e mercadológica em que se encontra inserido.

A questão das disputas por territórios tem se mostrado especialmente relevante e complexa nos contextos criminais latino-americanos, levando pesquisadores e agências de inteligência a se utilizarem de métodos diversos para conseguir monitorar e interpretar as instáveis dinâmicas de controle e domínio de áreas de interesse dos grupos criminosos. Fuerte Celis, Lujan e Ponce (2018) realizaram mapeamento das dinâmicas dos cartéis mexicanos a partir da criação de uma base de eventos críticos protagonizados por esses grupos entre 2007 e 2011 em todo o país. Ainda no México, Coscia e Rios desenvolveram (2012) modelagem para mapear a presença de organizações criminosas a partir da análise digital massiva de conteúdos de internet. Tais experiências exemplificam a necessidade de acompanhamento qualificado das dinâmicas estabelecidas pelo crime organizado, de forma a evitar que o quadro da segurança no Brasil evolua para cenários ainda mais graves e complexos.

↑
SUMÁRIO

Iniciativas de mapeamento das organizações criminosas no Brasil vêm sendo feitas de forma recorrente na última década por pesquisadores, órgãos de segurança e até mesmo pelas próprias organizações criminosas. Dentre as iniciativas identificadas, destacam-se as realizadas por Manso e Dias (2018), Adorno e Muniz (2022), Secretaria Nacional de Políticas Penais (2024 em diante) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024). A maior parte dessas ações teve como objetivo identificar e compilar a presença nas unidades da Federação de grupos criminosos de matriz prisional, logrando a construção de listas amplas que permitiram visualizar a presença das grandes facções por todo o território nacional.

O atual projeto visa aprofundar os esforços das iniciativas anteriores em um novo sentido, apresentando maior foco na qualificação e na análise da atuação dos grupos criminosos já identificados e mapeados nos cenários estaduais. Dessa forma, o Projeto Cenários do Crime Organizado parte de um legado de ações de prospecção de dados realizadas por profissionais de inteligência, jornalistas investigativos e pesquisadores especializados em crime organizado, agregando análise acerca da qualificação das atividades protagonizadas pelas organizações criminosas e identificando quais destes grupos de fato conseguiram transcender a condição de "gangue" ou de coletivo prisional de "autoproteção" e assumiram porte e capacidade para efetivamente representarem ameaça à garantia de direitos e à ordem econômica. Paiva (2019) descreve e analisa processo de transição no cenário dos ilícitos no Ceará, no qual as gangues tradicionais adotaram progressivamente a lógica das facções, gerando sistemas de relações e de pactos cada vez mais amplos e complexos, que permitiram às organizações criminosas assumirem novas escalas de atuação e de enfrentamento.

↑
SUMÁRIO

Metodologia

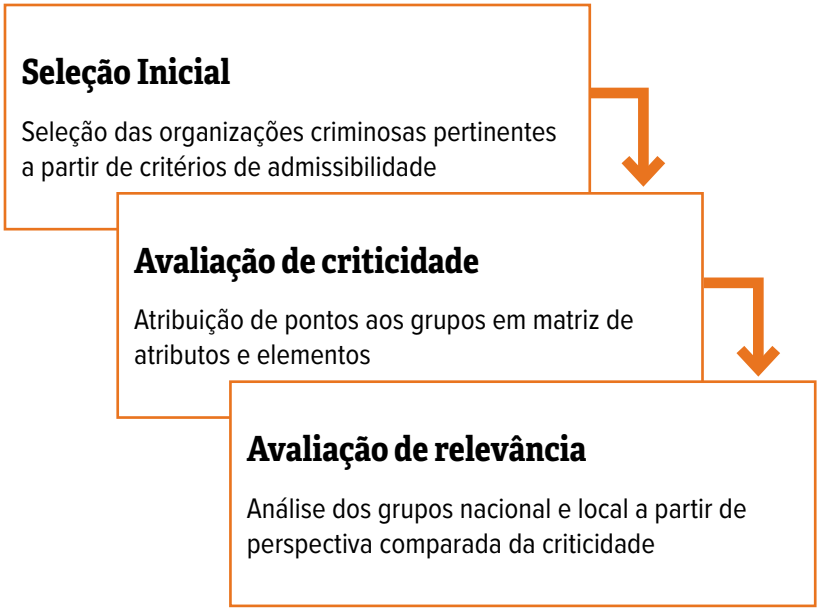
A metodologia utilizada no projeto se propõe a qualificar organizações criminosas a partir de suas representações estaduais, mensurando o nível de ameaça imposto em escala local e nacional. O modelo utilizado teve como uma de suas principais referências a metodologia Sleipnir, desenvolvida pela Polícia Montada do Canadá e utilizada para avaliar e ranquear as organizações criminosas e orientar a priorização de ações de enfrentamento (TUSIKOV; FAHLMAN, 2009).

Entende-se que a qualificação aqui atribuída às organizações criminosas também apresenta potencial para subsidiar a priorização de ações repressivas, uma vez que identifica os grupos com maiores capacidades operacionais, político-territoriais e econômicas, aptos, portanto, a gerar desafios mais robustos à segurança institucional do país. A base de dados sobre grupos criminosos utilizada foi produzida a partir de questionários preenchidos por analistas locais, validados pela ABIN e pelo FBSP, processo que visou maximizar o uso de conhecimentos locais na produção de representações adequadas dos cenários estaduais de disputa territorial e mercadológica das organizações criminosas. Assim como a maioria das práticas que visam mensurar e aplicar critérios objetivos a fenômenos complexos, a metodologia proposta incide em generalizações, uma vez que demanda colocar em perspectiva comparada organizações criminosas originadas em contextos regionais e sociais bastante diversos.

↑ SUMÁRIO

A metodologia encontra-se dividida em etapas sequenciais, a saber: seleção inicial, análise de criticidade e análise de relevância, ilustradas na Figura 1. A seleção inicial consiste no primeiro momento de filtragem dos grupos criminosos, no qual são identificados os agrupamentos de cada estado que atendem as premissas deste trabalho. Na análise de criticidade, são atribuídas notas aos critérios que qualificam o nível de ameaça imposto pelos grupos selecionados. Por fim, na avaliação de relevância, as organizações criminosas são analisadas em perspectiva comparada, aplicando-se enfoque tanto nacional quanto local.

Figura 1
Etapas da metodologia Cenários do Crime Organizado



ETAPA 1 - SELEÇÃO INICIAL

A seleção inicial parte de critério de admissibilidade para os grupos analisados, os quais devem apresentar concomitantemente características que os diferenciam das pequenas quadrilhas e os tornam objeto de atenção por representar ameaça efetiva em uma perspectiva nacional. Os grupos de interesse deste projeto devem apresentar:

Territorialização – As organizações criminosas de interesse possuem natureza eminentemente territorial, se valendo de ações e estratégias voltadas para a apropriação do espaço, tanto para evitar concorrência de outros grupos quanto para garantir apoio dos atores

↑ SUMÁRIO

sociais locais e regionais. Quadrilhas voltadas para atividades ilícitas que não demandam apropriação espacial encontram-se, portanto, fora do escopo deste projeto.

Amplitude – Considerando que a meta do projeto é avaliar os cenários em perspectiva estadual e nacional, grupos que possuem atuação espacialmente muito restrita também se encontram fora do espectro de interesse. Embora seja difícil mensurar a amplitude da atuação de um grupo de forma precisa, as organizações de interesse são aquelas que possuem pelo menos 5% dos territórios em disputa no cenário estadual do crime organizado.

Nesse sentido, grupos que possuem atuação apenas em um ou poucos municípios de pequeno porte ou quadrilhas dominantes somente em algumas ruas e bairros devem ser excluídos. Deve-se considerar ainda que o projeto Cenários do Crime Organizado tem como foco a identificação e análise de ameaças às instituições democráticas e à ordem econômica, de modo que apenas grupos efetivamente capazes de cercear direitos e impor riscos aos mecanismos concorrenciais legítimos constituem objeto de interesse imediato e aprofundamento.

Atuação direta ou indireta no narcotráfico– Os grupos admitidos na seleção inicial também devem ter algum tipo de engajamento no narcotráfico, ainda que este ocorra de forma indireta, em ações de logística conexa ou mesmo utilizando seu controle territorial para facultar a exploração do mercado para outros grupos, tal qual fazem algumas milícias atuantes no Rio de Janeiro. Embora facções do narcotráfico e milícias cariocas apresentem origens significativamente distintas, suas estratégias são bastante similares, no sentido em que ambos invadem áreas e fixam grupos armados para manter o controle do território, exercer domínio e explorar atividades rentáveis (MISSE, 2007).

Assim, os grupos estaduais que atendem os critérios de admissibilidade são qualificados como relevantes e tem sua análise aprofundada nas etapas seguintes de avaliação. Para efeitos de análise quantitativa, cada grupo estadual possui pertinência territorial restrita à Unidade da Federação a qual está vinculado. Dessa forma, cada célula estadual do Primeiro Comando da Capital considerada relevante, por exemplo, é contabilizada como sendo um grupo específico, ainda que esteja ligado a uma organização criminosa com territorialidade mais ampla.

ETAPA 2 - Avaliação de criticidade

A análise de criticidade consiste na principal mensuração realizada no âmbito desta proposta metodológica e é feita a partir da *Matriz de Criticidade*, na qual são atribuídas notas por um analista com amplo conhecimento acerca da organização criminosa avaliada. Tais

↑
SUMÁRIO

notas serão processadas em um sistema avaliativo no qual as organizações mais críticas e dominantes tendem a obter *scores* mais altos.

A matriz é composta por quatro atributos, que, por sua vez, se subdividem em elementos específicos que caracterizam as organizações a partir de seus aspectos considerados mais relevantes para mensuração do nível de ameaça representado pelo grupo. São atributos avaliados: Influência territorial, Capacidade operacional, Capacidade econômica e financeira e Domínio de áreas estratégicas da Unidade da Federação. Adiante são apresentados os atributos e seus respectivos elementos.

Figura 2

Atributos e elementos utilizados na Matriz de criticidade

Influência Territorial	• Controle e amplitude no varejo de drogas • Controle social e econômico das ruas/comunidades • Controle social e econômico do sistema prisional
Capacidade Econômica e Financeira	• Volume de movimentação de recursos financeiros e capacidade de lavagem de ativos • Atuação em mercados lícitos • Diversificação de atividades ilícitas
Capacidade Operacional	• Acesso a armamentos e capacidade de uso da violência • Inserção em redes criminais nacionais e internacionais • Capacidade de captura do estado • Coesão e reposição de membros
Domínio de Áreas Estratégicas da Unidade da Federação	• Atuação na capital • Atuação em fronteiras e divisas • Presença em áreas estratégicas para a logística

Atributo 1 - Influência territorial

Capacidade do grupo de exercer controle territorial, impor seus interesses aos demais atores locais e se contrapor à ação estatal, tanto nas áreas/comunidades que atua quanto no sistema prisional.

Atributo 2 - Capacidade econômica e financeira

Capacidade de movimentar recursos financeiros, lavar ativos e operar em circuitos econômicos lícitos e ilícitos diversos. Busca estimar se o volume de recursos financeiros à

↑ SUMÁRIO

disposição da organização é capaz de saldar dívidas, garantir a continuidade dos negócios e promover a expansão das práticas criminosas. Envolve ainda a possibilidade de acessar e prospectar novas fontes de recurso em curto espaço de tempo, para substituir fluxos interrompidos por variações no mercado ou por ação das forças de segurança. Abarca, ainda, a utilização e a sofisticação de mecanismos para lavagem de dinheiro.

Atributo 3 - Capacidade Operacional

Recursos e capacidades operacionais da organização, inclusive aqueles direcionados a dificultar as ações repressivas do Estado contra o grupo. Diz respeito às capacidades que a organização possui para desempenhar suas práticas e dificultar seu rastreio e neutralização pelo Estado. Inclui competências e habilidades que sofisticam a execução das atividades criminais, tais como acesso a recursos materiais, humanos e tecnológicos de difícil acesso ou o emprego de métodos, técnicas e ferramentas especializadas.

Atributo 4 - Domínio de áreas estratégicas do estado

Avalia a atuação e a do grupo em áreas estratégicas para a prática de ilícitos, tais como grandes cidades, entroncamentos rodoviários, portos e aeroportos. A presença nessas localidades facilita o acesso a fornecedores e compradores e amplia as possibilidades logísticas das operações do grupo.

As notas devem ser atribuídas a cada elemento a partir da similaridade das práticas adotadas pela organização criminosa em relação aos Cenários Críticos de Referência (CCR), descritores elaborados a partir das situações mais agudas identificadas no país. Quanto mais similar é o comportamento de uma organização criminosa em relação ao CCR, maior a ameaça representada por ela. A avaliação deve se enquadrar em uma das quatro situações apresentadas a seguir, ordenadas do cenário mais grave para o menos:

- O cenário identificado pelo analista é bastante similar ao CCR;
- O cenário identificado pelo analista é similar ao CCR;
- O cenário identificado pelo analista guarda pouca similaridade em relação ao CCR; ou
- O cenário identificado pelo analista é distinto do CCR

↑ SUMÁRIO

ETAPA 3 – ANÁLISE DE RELEVÂNCIA

A relevância de um grupo decorre em grande parte dos valores alcançados na mensuração da criticidade, sendo definida a partir de duas perspectivas distintas: uma nacional e uma local/estadual. A relevância nacional é definida diretamente a partir do *score* de criticidade alcançado e permite a comparação entre organizações criminosas de Unidades da Federação distintas, uma vez que as notas de criticidade têm como parâmetro os CCR, cenários definidos a partir de perspectiva nacional. A relevância nacional pode ser considerada como muito alta, alta, média e baixa.

Vale ressaltar, no entanto, que todo o resultado obtido a partir das notas atribuídas pelos analistas locais foi validado ao final pela coordenação técnica nacional do projeto, a qual tem a responsabilidade de analisar e balizar o conjunto de avaliações produzidas. Deve-se considerar que as avaliações são feitas de forma pelas equipes estaduais de forma isolada, o que torna recomendável uma revisão dos dados nacionais em seu conjunto, visando identificar possíveis incongruências, hipervarização ou subvalorização dos cenários e organizações criminais.

As organizações criminosas consideradas de relevância baixa consistem naquelas que possuem presença territorial significativa, porém pontual em uma Unidade da Federação. Em geral, apresentam atuação localizada em parcela pequena do estado ou dispersa em pequenos pontos que, quando somados, tornam a atuação do grupo pertinente. Muitos grupos avaliados nessa classificação estão em processo de redução, com tendência de perda de relevância nas próximas atualizações deste levantamento, embora existam casos de novos grupos que só recentemente atingiram o patamar mínimo de relevância, apresentando viés de expansão.

Os grupos de relevância média representam ameaça mais robusta. As diversas possibilidades de performance nos atributos de criticidade desses grupos fazem com que eles possam apresentar perfis bastante diversificados.

Considerando os requisitos de pontuação, os grupos de relevância alta tendem a se encontrar em condição de dominância nos cenários criminais em que atuam, ainda que eventualmente disputem com outros grupos de relevância alta ou média. Grupos avaliados com relevância muito alta são, invariavelmente, prevalentes e representam ameaça robusta à segurança institucional.

A relevância local é calculada de forma mais complexa do que a nacional, pois pondera a correlação entre as ameaças impostas pelos grupos atuantes na mesma Unidade da Federação. A nota obtida para a relevância local também é expressa nas categorias baixa, média, alta e muito alta.

↑ SUMÁRIO

Debates e questões teóricas para a análise dos resultados

A análise dos resultados obtidos a partir da avaliação de relevância deve considerar diversos aspectos acerca das correlações estabelecidas entre os grupos. Experiências pregressas de mapeamento e de análise de cenários podem fornecer importantes subsídios para uma proposta de elaboração de tipologia de configurações de contextos criminais.

A dicotomia entre "configurações hegemônicas" e "configurações fragmentadas" proposta por Dias (2024) consiste em ponto de partida para a identificação de modelos que expressam situações extremas e divergentes quanto ao número de grupos que disputam poder e mercados em um determinado cenário criminal. Essa dicotomia pode ser traduzida, de forma simplificada e objetiva, pela oposição entre cenários dominados essencialmente por um único grupo de grande porte e alta capacidade e contextos em que predominam os embates entre numerosos grupos de capacidades equivalentes e limitadas.

A existência de vários grupos não resulta necessariamente em um cenário de múltiplos conflitos. Há diversas referências na bibliografia sobre crime organizado acerca de cenários em que a existência de uma estrutura de governança criminal permite a construção de pactos e acordos que podem, ao menos, minimizar e mitigar conflitos. São bem conhecidos na literatura sobre crime organizado os casos do "Conselho" das cinco principais famílias da máfia ítalo-norte-americana, da Oficina de Envigado na Colômbia e do Cartel de Guadalajara no México, os quais exemplificam práticas de construção de sistemas de governança das relações entre grupos e indivíduos criminosos. Nesses casos, o estabelecimento de estrutura "moderadora" dos conflitos logrou evitar que cenários integrados por diversos grupos criminosos resultassem em violência indiscriminada entre os múltiplos atores armados.

Nesse sentido, entende-se que as análises dos cenários criminais devem atentar para a existência desse tipo de mecanismo, não se aceitando a inevitabilidade da violência em contextos de configuração fragmentada.

Quanto à análise dos conflitos estabelecidos no âmbito de um cenário, é importante considerar a classificação proposta por Lessing (2018), que diferencia os conflitos envolvendo organizações criminosas a partir de pelo menos duas vertentes. A primeira trata dos conflitos relacionados ao embate entre os grupos delitivos e o Estado (*Cartel–State Conflict*), nos quais as ações protagonizadas pelas organizações criminosas são predominantemente direcionadas a coibir e retaliar as atividades repressivas. A capacidade de enfrentamento ao Estado por parte dos grupos criminosos consiste em um dos principais focos da metodologia proposta, pois consiste em uma das principais características das organizações que efetivamente representam ameaça à segurança institucional e social.

↑ SUMÁRIO

Já a outra vertente de análise dos conflitos proposta por Lessing (*Intercartel turf war)* foca no embate entre as próprias organizações criminosas, as quais disputam, muitas vezes de forma violenta, fatias de mercado e territórios no cenário criminal. Embora a mensuração e qualificação de ameaças consistam na principal meta deste trabalho, a compreensão das disputas e alianças das organizações criminosas em cada cenário estadual também se mostra central para avaliar os riscos e impactos à sociedade gerados pelas dinâmicas territoriais protagonizadas pelas facções.

Vale destacar, ainda, que o escopo do trabalho se restringe à avaliação de capacidades operacionais das organizações criminosas, não analisando os determinantes estruturais do crime organizado, como desigualdade social, política de encarceramento e nível de presença estatal.

↑
SUMÁRIO

Dinâmicas e transformações dos cenários criminais no Brasil em 2025/2026:

Como resultado da metodologia desenvolvida – e detalhada na seção anterior – o presente estudo traz, a partir de diagnósticos e avaliações em nível estadual, a possibilidade de se construir um cenário para o nível nacional sobre a atuação das facções criminosas no Brasil. Tendo como pilar analítico a questão do controle territorial como pré-requisito para esses grupos exercerem suas atividades, considerando o período de coleta dos dados (junho de 2025), esse tipo de análise só seria possível a partir da parceria entre instituições, numa agregação de saberes, tanto para desenvolverem tal metodologia quanto para analisar e gerar os diagnósticos que serão apresentados adiante.

↑ SUMÁRIO

Os resultados encontrados a partir das matrizes de relevância local e relevância nacional permitem a identificação de alguns padrões e tendências em relação à natureza dos grupos identificados, à presença das grandes facções, à polarização dos cenários e às novas práticas adotadas pelas organizações criminosas, demonstrando a configuração espacial da atuação desses grupos no país a partir da soma da agregação das análises estaduais. Esse segmento do trabalho se propõe a identificar pontos em comum e convergências entre as dinâmicas estabelecidas pelos atores criminais nos cenários criminais em que atuam e nos territórios que estão sob sua influência.

Antes de avançarmos nas análises, algumas observações precisam ser feitas para entendermos os dados que iremos apresentar. A primeira é que na construção do cenário nacional que vamos apresentar não realizamos nenhum tipo de ponderação ou hierarquização das Unidades da Federação, todas foram analisadas em condições de igualdade. Um segundo ponto é que dos quatro atributos considerados, dois deles estão centrados na questão territorial, a partir de diferentes perspectivas: Influência Territorial (que trata do controle dos territórios para realização das atividades ilícitas) e Domínio de áreas estratégicas da Unidade da Federação (que revela o domínio/controle de áreas importantes para viabilizar as atividades). Outro ponto a ser mencionado é que, como veremos adiante, esses quatro atributos não estão altamente correlacionados entre si. Logo, obter alta pontuação em um dos atributos não garante, necessariamente, tal pontuação nos demais. Dessa forma, buscamos captar as diferentes perspectivas de atuação desses grupos.

Uma primeira informação sobre os achados deste trabalho é que, mesmo não atingindo pontuação suficiente para se fazer presente em todo o Brasil, Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho apresentam sinais de atuação em todas as Unidades da Federação, configurando-se como as maiores facções brasileiras. Mesmo no caso de Sergipe, onde nenhuma facção atingiu todos os critérios de interesse metodologicamente definidos para serem categorizadas como relevantes, foi observado que a venda de drogas e armas é realizada por essas organizações, a partir de contatos de criminosos locais com lideranças ou elementos de destaque desses grupos.

Assim, considerando os apontamentos acima destacados e o critério de seleção inicial, foram identificadas 31 organizações criminosas relevantes atuantes no território nacional (Tabela 1), as quais compõem 75 células estaduais individuais (Tabela 2):

↑
SUMÁRIO

Tabela 1

Lista de organizações criminosas relevantes em ordem alfabética

Nome	Sigla
Amigos do Estado	ADE
Amigos dos Amigos	ADA
Bala na Cara	BNC
Bonde da União	BDU
Bonde do Maluco	BDM
Bonde dos 13	B13
Bonde dos 40	B40
Comando Classe A	CCA
Comando Litoral Sul	CLS
Comando Vermelho	CV
Comboio do Cão	CDC
Estados Unidos	EUA
Família do Sul	FMS
Família Terror do Amapá	FTA
Guardiões do Estado	GDE
Massa ou Tudo Neutro	TDN

Nome	Sigla
Milícia de Campo Grande/Santa Cruz	-
Milícia de Nova Iguaçu	-
Nova Okaida	NKD
Os Abertos	-
Os Manos	-
Os Taura	-
Primeiro Comando da Capital	PCC
Primeiro Comando de Vitória	PCV
Primeiro Comando do Maranhão	PCM
Primeiro Grupo Catarinense	PGC
Sindicato do Crime	SDC
Terceiro Comando Puro	TCP
Grupos Criminosos Venezuelanos	-
Tropa da Revolução	TDR
União Criminosa do Amapá	UCA

↑ SUMÁRIO

Tabela 2

Lista de células estaduais relevantes por Unidade da Federação

UF	Organização Criminosa
AC	Comando Vermelho
AC	Bonde dos 13
AC	Primeiro Comando da Capital
AL	Comando Vermelho
AL	Primeiro Comando da Capital
AM	Comando Vermelho
AM	Primeiro Comando da Capital
AP	Família Terror do Amapá
AP	Comando Vermelho
AP	União Criminosa do Amapá
BA	Bonde do Maluco
BA	Comando Vermelho
BA	Primeiro Comando da Capital
BA	Terceiro Comando Puro
CE	Comando Vermelho
CE	Guardiões do Estado
CE	Primeiro Comando da Capital
CE	Massa ou Tudo Neutro
DF	Comboio do Cão
DF	Primeiro Comando da Capital
ES	Primeiro Comando de Vitória
ES	Terceiro Comando Puro
GO	Amigos do Estado
GO	Comando Vermelho
GO	Primeiro Comando da Capital
MA	Bonde dos 40
MA	Comando Vermelho
MA	Primeiro Comando da Capital
MA	Primeiro Comando do Maranhão
MG	Primeiro Comando da Capital
MG	Comando Vermelho
MG	Terceiro Comando Puro
MS	Primeiro Comando da Capital
MS	Comando Vermelho
MT	Comando Vermelho
MT	Primeiro Comando da Capital
PA	Comando Vermelho
PA	Primeiro Comando da Capital

UF	Organização Criminosa
PA	Comando Classe A
PB	Nova Okaida
PB	Comando Vermelho
PB	Primeiro Comando da Capital
PB	Estados Unidos
PE	Comando Litoral Sul
PE	Primeiro Comando da Capital
PE	Bonde da União
PI	Primeiro Comando da Capital
PI	Comando Vermelho
PI	Bonde dos 40
PI	Guardiões do Estado
PR	Primeiro Comando da Capital
RJ	Comando Vermelho
RJ	Terceiro Comando Puro
RJ	Milícia de Campo Grande/Santa Cruz
RJ	Milícia de Nova Iguaçu
RJ	Amigos dos Amigos
RN	Sindicato do Crime
RN	Primeiro Comando da Capital
RN	Comando Vermelho
RO	Comando Vermelho
RO	Primeiro Comando da Capital
RO	Tropa da Revolução
RR	Primeiro Comando da Capital
RR	Grupos Criminosos Venezuelanos
RR	Comando Vermelho
RS	Os Manos
RS	Bala na Cara
RS	Os Taura
RS	Os Abertos
RS	Família do Sul
SC	Primeiro Grupo Catarinense
SC	Primeiro Comando da Capital
SP	Primeiro Comando da Capital
TO	Primeiro Comando da Capital
TO	Comando Vermelho

↑ SUMÁRIO

Após a seleção inicial, as 75 células estaduais das organizações criminosas relevantes foram avaliadas, sendo estabelecidos os respectivos níveis de relevância nacional e local. A relevância nacional teve como objetivo classificar os grupos criminosos segundo o nível geral de ameaça que eles representam ao Estado, conforme detalhado na Etapa 3 da seção Metodologia. Nesse sentido, foram identificados 12 grupos criminosos com relevância nacional "muito alta"; 20 com relevância nacional "alta"; 28 como relevância "média"; e 15 com relevância "baixa" (Tabela 3). A relevância local de cada organização criminosa está apresentada nas seções "cenário criminal: análises e perspectivas", constantes dos capítulos de cada Unidade da Federação.

↑
SUMÁRIO

Tabela 3

Relevância nacional das células estaduais das organizações criminosas relevantes, por categoria e ordem alfabética

UF	Organização Criminosa	Categoria Relevância Nacional
AC	Comando Vermelho	Muito Alta
AM	Comando Vermelho	Muito Alta
CE	Comando Vermelho	Muito Alta
MG	Primeiro Comando da Capital	Muito Alta
MS	Primeiro Comando da Capital	Muito Alta
MT	Comando Vermelho	Muito Alta
PA	Comando Vermelho	Muito Alta
PR	Primeiro Comando da Capital	Muito Alta
RJ	Comando Vermelho	Muito Alta
RJ	Terceiro Comando Puro	Muito Alta
SC	Primeiro Grupo Catarinense	Muito Alta
SP	Primeiro Comando da Capital	Muito Alta
AP	Família Terror do Amapá	Alta
AP	Comando Vermelho	Alta
BA	Bonde do Maluco	Alta
BA	Comando Vermelho	Alta
CE	Guardiões do Estado	Alta
CE	Primeiro Comando da Capital	Alta
ES	Primeiro Comando de Vitória	Alta
GO	Amigos do Estado	Alta
MA	Bonde dos 40	Alta
MS	Comando Vermelho	Alta
PB	Nova Okaida	Alta
PE	Comando Litoral Sul	Alta
RJ	Milícia de Campo Grande/Santa Cruz	Alta
RJ	Milícia de Nova Iguaçu	Alta
RN	Sindicato do Crime	Alta
RO	Comando Vermelho	Alta
RR	Primeiro Comando da Capital	Alta
RS	Os Manos	Alta
RS	Bala na Cara	Alta
TO	Primeiro Comando da Capital	Alta
AC	Bonde dos 13	Média
AC	Primeiro Comando da Capital	Média
AL	Comando Vermelho	Média
AL	Primeiro Comando da Capital	Média
AM	Primeiro Comando da Capital	Média
BA	Primeiro Comando da Capital	Média
CE	Massa ou Tudo Neutro	Média
DF	Comboio do Cão	Média
ES	Terceiro Comando Puro	Média
GO	Comando Vermelho	Média
GO	Primeiro Comando da Capital	Média
MA	Comando Vermelho	Média
MA	Primeiro Comando da Capital	Média
MG	Comando Vermelho	Média
MG	Terceiro Comando Puro	Média
MT	Primeiro Comando da Capital	Média
PA	Primeiro Comando da Capital	Média
PA	Comando Classe A	Média
PB	Comando Vermelho	Média
PE	Primeiro Comando da Capital	Média
PI	Primeiro Comando da Capital	Média
PI	Comando Vermelho	Média
RJ	Amigos dos Amigos	Média
RO	Primeiro Comando da Capital	Média
RR	Grupos Criminosos Venezuelanos	Média
RR	Comando Vermelho	Média
RS	Os Taura	Média
TO	Comando Vermelho	Média
AP	União Criminosa do Amapá	Baixa
BA	Terceiro Comando Puro	Baixa
DF	Primeiro Comando da Capital	Baixa
MA	Primeiro Comando do Maranhão	Baixa
PB	Primeiro Comando da Capital	Baixa
PB	Estados Unidos	Baixa
PE	Bonde da União	Baixa
PI	Bonde dos 40	Baixa
PI	Guardiões do Estado	Baixa
RN	Primeiro Comando da Capital	Baixa
RN	Comando Vermelho	Baixa
RO	Tropa da Revolução	Baixa
RS	Os Abertos	Baixa
RS	Família do Sul	Baixa
SC	Primeiro Comando da Capital	Baixa

↑ SUMÁRIO

1. NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS IDENTIFICADOS

Os grupos identificados e analisados apresentam origem e características diversas, havendo predominância das organizações criminosas com origem no sistema prisional brasileiro. Há ainda grupos que surgiram nas ruas, mas que adotaram o modelo faccional daquelas surgidas nos presídios e gradualmente ampliaram sua presença no ambiente carcerário, mantendo forte relação entre as lideranças encarceradas e os integrantes em liberdade e uma cultura de busca por prevalência no sistema prisional.

Foram identificados, contudo, grupos com outras origens e matrizes sociais, tais como as milícias fluminenses, criadas por integrantes e ex-integrantes de órgãos de segurança pública, e as organizações criminosas de matriz familiar (clãs), tipologia mais comum nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Os grupos criminosos de matriz estrangeira se mostraram relativamente escassos no controle territorial, sendo identificados quase sempre nas imediações dos ambientes fronteiriços.

Os grupos venezuelanos atuantes em Roraima configuram o exemplo mais consolidado de organização de matriz estrangeira em disputa territorial, sendo numerosa a presença de seus integrantes tanto no sistema prisional quanto no varejo de drogas de Boa Vista. Ainda que existam células criminosas de grupos venezuelanos em outras unidades da federação, não foi identificada atuação significativa articulada dessas quadrilhas que atenda aos parâmetros estabelecidos para este trabalho.

As lideranças e integrantes dos clãs fronteiriços apresentam com frequência dupla nacionalidade e capacidade de atuação em ambos os lados da fronteira. Ainda que sejam capazes de efetivamente realizar controle territorial de trechos da fronteira, sua atuação é pontual e não apresenta a amplitude mínima definida para serem detalhados e avaliados pela metodologia proposta.

Outros grupos criminosos ligados a máfias internacionais ou comunidades estrangeiras presentes no país não se mostraram suficientemente relevantes, além de não adotarem, de um modo geral, práticas de controle territorial. Embora seja conhecida a atuação no Brasil de máfias italianas, balcânicas e chinesas, dentre outras de origem estrangeira, as atividades desses grupos apresentam caráter mais similar àquele definido por Jones (2022) como transacional, no qual o foco das atividades ilícitas está mais direcionado à manutenção do fluxo contínuo de mercadorias e dinheiro do que ao controle armado do espaço.

↑ SUMÁRIO

2. ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS GRANDES ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

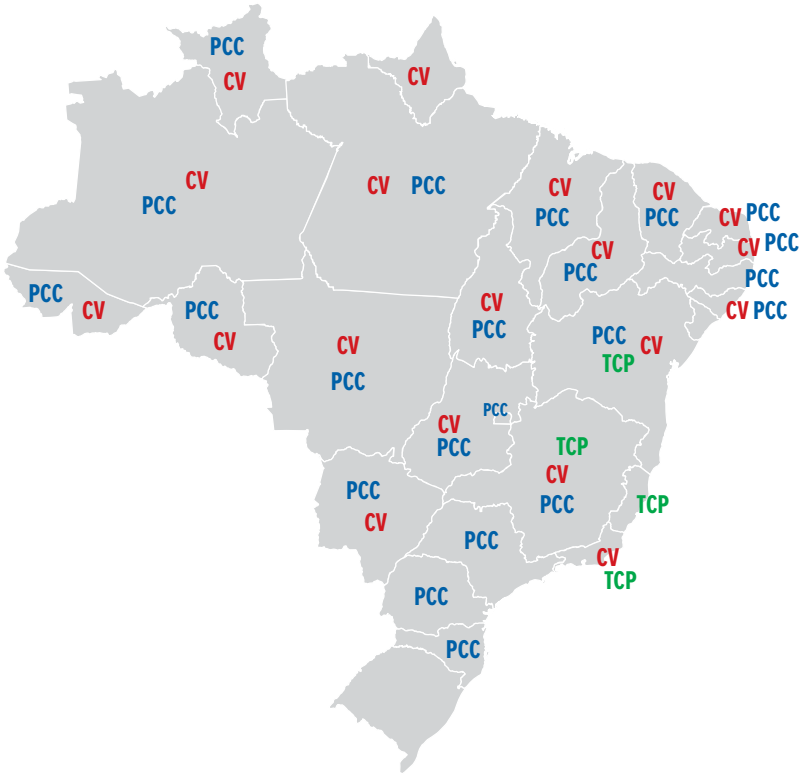
Dentre as organizações criminosas identificadas em junho de 2025, apenas três podem ser consideradas nacionais, pois demonstraram ter presença relevante em mais de uma região do país, são elas o Primeiro Comando da Capital (com presença em 22 estados), o Comando Vermelho (atuante de forma significativa em 19 unidades da Federação) e o Terceiro Comando Puro, que possui células relevantes identificadas no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Dentre essas três, vemos ainda uma grande distância entre o Terceiro Comando Puro, de menor dimensão, e as outras duas.

Embora outros grupos, como Guardiões do Estado e o Bonde dos 40, tenham logrado demonstrar presença relevante em mais de uma Unidade da Federação, a área de atuação dessas organizações não ultrapassa o entorno dos estados onde surgiram, caracterizando que sua atividade possui alcance, no máximo, regionalizado. Foi identificado ainda que muitos grupos possuem integrantes ou pequenas células estabelecidas em ambientes prisionais de outros estados, o que não configura atuação relevante para os critérios definidos neste trabalho. Estados fronteiriços como o Mato Grosso do Sul e o Paraná tendem a abrigar em suas unidades prisionais integrantes de diversas facções, geralmente interessados na aquisição de narcóticos a preços mais reduzidos, sem constituir, contudo, relação de controle territorial.

↑
SUMÁRIO

Figura 3

Mapa do Brasil que ilustra presença relevante das organizações criminosas nacionais: PCC, CV e TCP



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

Para melhor ilustrar o cenário nacional a partir das capilaridades das principais facções criminosas, elaboramos o mapa acima. Nele visualizamos que, na maior parte dos estados brasileiros, prevalece uma coexistência de Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital.

Apesar da compartilharem semelhanças quanto ao surgimento, Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho desenvolveram ao longo do tempo diferentes formas de operar, mas que lhes garantiram a possibilidade de expansão/crescimento. O PCC migrou do comércio varejista de drogas para o tráfico internacional a partir do controle de todas as etapas logísticas, desde o contato com produtores até conexões com parceiros internacionais e para viabilizar essa conexão, o estabelecimento de rotas para o mercado internacional e para o mercado consumidor brasileiro. Para isso, sua estrutura foi se complexificando (as sintonias) e a lógica era a de incorporar membros de outras facções à sua estrutura. O controle territorial pode ser visto como necessário para manter o domínio das rotas, e as áreas subjugadas obedecem às regras da facção paulista, gerando uma padronização da dinâmica de atuação.

↑ SUMÁRIO

O Comando Vermelho por sua vez também se valeu do domínio das rotas para abastecer o mercado interno e internacional, mas sua expansão se deu a partir da lógica de parcerias com outras facções. Essas parcerias, no entanto, não demandavam a necessidade de seguir um conjunto de regras preestabelecidas, com cada chefe local tendo liberdade para adotar atitudes de forma autônoma. À medida que havia disputas pelo controle territorial, um novo chefe do grupo local se estabelecia e a parceria com o Comando Vermelho poderia ser continuada ou rompida, gerando um cenário de menor previsibilidade e, por vezes, demandando mais ações violentas em conflitos armados.

Conforme ilustra a Figura 3, apenas os estados do Rio Grande do Sul e Sergipe não apresentam presença territorial relevante de nenhuma das três grandes organizações criminosas, cenários que possuem, no entanto, configurações bastante distintas. Sergipe foi a única Unidade da Federação na qual não foi identificada a presença de nenhuma organização criminosa relevante, nem mesmo de caráter estritamente local. A reduzida relevância do mercado consumidor do estado, a ausência de portos com movimentação expressiva são algumas das possíveis causas para a baixa articulação das quadrilhas de varejo e atacado de drogas existentes no estado. Considerando que as políticas públicas de enfrentamento ao crime organizado não foram objeto de análise do presente trabalho, não é possível afirmar se as ações implementadas pelo conjunto de atores engajados na área de segurança pública do estado obtiveram êxito na contenção da entrada dos grandes grupos em Sergipe, hipótese que demandaria estudo específico para ser confirmada.

Já o cenário do Rio Grande do Sul é marcado historicamente pela rejeição à presença territorializada das grandes facções do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo seus espaços de varejo ocupados por facções e quadrilhas articuladas a partir de denominações locais, tais como Os Manos, Bala na Cara e Os Taura. Ainda que tais grupos se articulem com as grandes facções nacionais para fornecimento de drogas ou eventual apoio em situações de enfrentamento, não há indícios que sugiram alteração no cenário local de rechaço ao controle territorial de áreas do estado por quadrilhas associadas diretamente ao PCC, CV ou TCP.

2.1 Primeiro Comando da Capital

A presença de células do Primeiro Comando da Capital (PCC) com atuação relevante foi identificada em 22 Unidades da Federação (UF), sendo a mais relevante em 6 (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Roraima e Piauí) e disputando em igualdade em outras 4 (Alagoas, Goiás, Pernambuco e Tocantins). Notando-se, assim, evidente concentração de atuação crítica em São Paulo e no entorno desse estado, notadamente nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. A forte presença territorial do grupo nessas áreas

↑
SUMÁRIO

sugere foco em manter a denominada Rota Caipira sob sua influência, garantindo acesso e conexão entre as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia e o núcleo central de atuação do PCC, estabelecido na região Metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista.

Segundo Abreu (2017), a Rota Caipira consiste na região formada pelo interior paulista, triangulo mineiro e sul goiano, eixo central para logística do narcotráfico internacional, por conectar os países produtores (Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia) a capital de São Paulo, grande polo de consumo e de conexão para enviar a droga a outras partes do Brasil e do mundo.

Figura 4

Mapa das Unidades da Federação com presença relevante do PCC



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

Fora da Rota Caipira, a presença do PCC apresenta caráter mais errático, havendo convergência na descrição dos cenários estaduais do nordeste acerca de atividade mais intensiva do grupo na porção interiorana da região do que nas áreas litorâneas. Nesse contexto, a relevância do PCC no estado do Piauí seria justificável pela centralidade desse estado na mobilidade e logística do interior do Nordeste, servindo ainda como ponto de conexão entre a região Norte e o litoral do Ceará, historicamente utilizado pela facção paulista para exportar cocaína para a Europa.

↑ SUMÁRIO

A prevalência do grupo no estado de Roraima segue configurando "ilha" de dominância em meio ao cenário de quase hegemonia do Comando Vermelho na região Amazônica. A persistência desse cenário é ameaçada, contudo, pela expansão do Comando Vermelho no sul do estado e ampliação da presença dos grupos de matriz venezuelana em Boa Vista.

Embora não tenha sido feito mapeamento de cenários pretéritos, os relatos históricos coletados sugerem que um esforço de sistematização similar ao realizado neste trabalho teria apresentado resultado significativamente diferente acerca da presença do PCC no país há 10 ou 15 anos. Numerosos estados retrataram a atuação do PCC como gênese da presença de facções em seu sistema prisional, surgindo posteriormente como estrutura de oposição à facção local, como célula do Comando Vermelho ou como ambos os fenômenos. Nesse sentido, pode-se supor que um mapeamento baseado em metodologia similar por volta de 2010 teria retratado mais estados com presença crítica do PCC, especialmente nas regiões norte e nordeste do país.

Ainda que visualmente a prevalência do Comando Vermelho em estados com grande extensão territorial como Amazonas, Mato Grosso e Pará remeta a uma superioridade da presença e da atuação nacional da organização carioca, a condição de hegemonia do PCC no Paraná e, sobretudo, em São Paulo, sugere a persistência de situação equilibrada entre as duas facções no cenário criminal brasileiro. Embora o PCC tenha perdido influência em espaços importantes nos últimos anos, devido ao foco da cúpula de São Paulo cada vez mais no tráfico internacional e menos em disputas territoriais pelo Brasil, uma análise que considere a relevância econômica e demográfica dos territórios que persistem sob seu controle tende a concluir que a facção segue sendo dominante no cenário criminal de áreas produtivas e logisticamente centrais do país.

A análise das células estaduais do PCC revela, ainda, que a organização criminosa, em geral, adota estrutura altamente verticalizada, onde as principais ordens são emanadas pela "Sintonia Final Geral" em São Paulo. Essa subordinação às decisões de São Paulo é claramente verificada nas células da facção do Ceará, Distrito Federal e Pará.

Os dados também indicam que uma das principais características da atuação nacional do PCC é o foco na presença em pontos estratégicos de rotas logísticas para o tráfico de entorpecentes, muitas vezes abrindo mão do controle territorial ostensivo de pontos de venda de entorpecentes em grandes centros urbanos. Tal situação é verificada em diversos estados no Nordeste, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, onde o grupo criminoso se estabeleceu no interior dos estados, em entrepostos logísticos importantes para escoamento de drogas.

↑
SUMÁRIO

Nesse sentido, a análise demonstra que o PCC se mantém como um ator relevante no cenário criminal brasileiro, mas com tendência de enfraquecimento no domínio de territórios de varejo e no apoio à massa carcerária, principalmente em estados das regiões Norte e Nordeste. Esse cenário resultou na perda de espaço para o CV e grupos locais em estados como Alagoas, Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte. O menor suporte a aliados e células estaduais dessas regiões nos últimos anos teria ligação direta com o redirecionamento do foco de atuação da cúpula da facção em São Paulo para a exportação de entorpecentes para outros continentes, especialmente Europa e África. Cabe reforçar, no entanto, que, apesar do enfraquecimento do PCC no Norte e Nordeste, o grupo criminoso mantém prevalência no cenário criminal do "cinturão" estratégico para o narcotráfico pela Rota Caipira, notadamente no Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, indicando que a perda relativa de foco no varejo de drogas ocorre em regiões consideradas menos estratégicas para as diretrizes atuais da cúpula da facção.

2.2 Comando Vermelho

A presença de células do Comando Vermelho (CV) com atuação relevante foi identificada em 19 Unidades da Federação (UF). A análise da relevância das células estaduais do Comando Vermelho sustenta a continuidade do processo de expansão do grupo descrito por Dias e Manso (2018), no qual as lideranças da facção estabeleceram parceria com criminosos das regiões Norte e Nordeste que viabilizaram progressiva disseminação do uso da denominação CV por redes de quadrilhas locais. Esse movimento teve origem pontual e focada em alguns estados (notadamente Mato Grosso) e progressivamente se espraiou por praticamente toda a porção norte do país, gerando dinâmica de predominância do Comando Vermelho nos cenários criminais da Amazônia e do Nordeste.

A facção, hoje, encontra-se predominantemente em 7 Unidades da Federação (UF) (Rio de Janeiro, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Ceará) e disputa em 4 UFs (Alagoas, Goiás, Paraíba e Tocantins). Além disso, é a segunda em nível de relevância em outras 6 Unidades da Federação (Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Piauí), indicando seu foco na disputa de varejo.

↑
SUMÁRIO

Figura 5

Mapa das Unidades da Federação com presença relevante do CV



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

A criticidade do Comando Vermelho registrada nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso confirma e evidencia a prevalência do grupo na Amazônia, condição que permite à facção utilizar a região simultaneamente como porta de entrada e de saída para seus negócios no âmbito do atacado do tráfico de drogas, tanto para a distribuição para outros estados quanto para a exportação. A prevalência do CV nos estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas constitui elemento facilitador para o acesso do grupo às fronteiras com Bolívia, Peru e Colômbia, países produtores de cocaína. Por outro lado, a presença significativa do Comando Vermelho no Pará, Amapá e nos estados da Região Nordeste confere à facção acesso e facilidades para as operações de exportação de narcóticos com destino ao mercado europeu, realizadas a partir das áreas costeiras.

No Nordeste, a facção atua de forma relevante em praticamente todos os estados, ainda que em Pernambuco a quadrilha vinculada não utilize necessariamente a denominação Comando Vermelho. Atualmente, a expansão do Terceiro Comando Puro e o rompimento com grupos locais, em especial o Sindicato do Crime no Rio Grande do Norte, contiveram e tensionaram a presença do Comando Vermelho na região.

↑
SUMÁRIO

Embora o Comando Vermelho apresente estrutura mais descentralizada do que o PCC, as células estaduais da facção apresentaram significativa uniformidade em suas estruturas de liderança e gerenciamento. Em diversos estados, como Acre, Amazonas, Maranhão, Pará e Piauí, a organização criminosa replica o modelo administrativo baseado em colegiado denominado Conselho Permanente, Conselho Final ou Conselho dos 13. Tais conselhos são liderados pela figura do "Presidente" e há divisão de tarefas entre os membros da cúpula.

As articulações entre as células estaduais do Comando Vermelho também demonstraram ser mais comuns do que no PCC, ocorrendo, muitas vezes, sem aparente mediação das lideranças do grupo no Rio de Janeiro, ainda que o contato entre lideranças homiziadas nos complexos de favelas da capital fluminense constitua importante vantagem para a articulação interestadual entre integrantes da organização criminosa.

A concentração de lideranças do CV em comunidades do Rio de Janeiro apresenta-se como componente importante na expansão da facção. A convivência no mesmo ambiente permite que essas lideranças fortaleçam redes logísticas de aquisição e escoamento de armas e entorpecentes, bem como aprendam e repliquem em seus estados práticas de exploração territorial.

Exemplo de emulação da maximização da exploração territorial a partir das práticas adotadas pelo CV do Rio de Janeiro se verifica nas células da facção no Mato Grosso, Ceará e Bahia, onde há registro de cobrança de taxa de segurança de comerciantes e moradores, bem como registram-se tentativas de imposição do monopólio de serviços essenciais, como internet, TV a cabo, água, luz e gás.

Outro fator comum no processo de expansão do CV é a agressividade e a disposição para o confronto aberto contra rivais e órgãos de segurança. As células estaduais do CV são protagonistas em grande parte dos incidentes de enfrentamento ao Estado, como casos de incêndio a ônibus e troca de tiros com forças policiais. Tal característica é verificada no crescimento da facção, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, onde o CV tem histórico de conquistas territoriais por meio de enfrentamentos violentos diretos com grupos rivais. Tal situação foi verificada nos embates do grupo no Amazonas com a facção Família do Norte; no Ceará, nos diversos confrontos principalmente com a Guardiões do Estado (GDE); na Bahia, nas disputas com o Bonde do Maluco, PCC e Terceiro Comando Puro (TCP), entre outros.

O crescimento nacional do Comando Vermelho aparenta seguir um padrão: o CV se estabelece no estado por meio de aliança com grupo local com objetivo de contrapor inimigo comum (geralmente o PCC) e, posteriormente, absorve o grupo aliado ou incentiva cisões internas visando que parte dos membros da facção aliada migrem para a célula local do CV. Exemplos

↑ **SUMÁRIO**

desse padrão foram verificados na Bahia e no Amapá, onde o CV absorveu as facções Comando da Paz e Amigos para Sempre, respectivamente, e no Amazonas, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde o grupo carioca cresceu localmente a partir de dissidências internas das ex-aliadas Família do Norte, Sindicato do Crime e Nova Okaida, respectivamente.

2.3 Terceiro Comando Puro

Nos últimos anos, a organização criminosa Terceiro Comando Puro (TCP) expandiu sua atuação para outras Unidades da Federação (UF). Fundada no Rio de Janeiro em 2002 a partir de dissidência do extinto Terceiro Comando, o TCP iniciou processo de nacionalização inicialmente impulsionado não por um projeto de poder centralizado, mas por conexões interpessoais estabelecidas entre lideranças cariocas e criminosos de outros estados. O movimento caracteriza-se pela formação de uma rede flexível de alianças baseada na oportunidade de negócios e de ocupação de espaço como polo de oposição ao Comando Vermelho, além do pragmatismo comercial.

O TCP possui presença relevante nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ademais, foi identificada a atuação da organização criminosa, por meio de alianças com grupos criminosos locais, no Acre e Amapá. A organização criminosa carioca aproveita as conjunturas do cenário criminal do Rio de Janeiro para oferecer suporte logístico e homizio a traficantes de outras UFs. A estratégia de expansão baseia-se no homizio de lideranças regionais em complexos de favelas cariocas dominados pela facção na capital fluminense, como Maré, Israel, Serrinha e Pedreira.

↑
SUMÁRIO

Figura 6

Mapa das Unidades da Federação com presença relevante do TCP



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

Um dos vetores cruciais para essa nacionalização é a posição do TCP como uma "terceira via" para facções regionais que buscam resistir à polarização entre PCC e CV. Diversos grupos locais, pressionados pela expansão agressiva do Comando Vermelho ou insatisfeitos com a rigidez hierárquica do PCC, aliaram-se ao TCP para garantir sua sobrevivência e acesso a armamento de alto poder lesivo. Na Bahia, o Bonde do Maluco (BDM) estreitou laços com o TCP, utilizando a facção carioca como principal fornecedora de armas após romper com o PCC, com células locais adotando símbolos como a Bandeira de Israel. No Acre, o Bonde dos 13 (B13) buscou uma parceria estratégica com o TCP para reduzir sua dependência logística do PCC, após rompimento de aliança com a facção paulista.

Essa coalizão de grupos regionais sob o guarda-chuva do TCP consolida um bloco de resistência que utiliza o Rio de Janeiro como *hub* logístico e financeiro como alternativa à hegemonia das duas maiores facções do país. Além disso, a facção demonstra ter capacidades relativamente sofisticadas no manejo de recursos financeiros, tal como evidenciado pela desarticulação de um banco clandestino no Complexo da Maré que lavava recursos oriundos de extorsões praticadas por células do TCP no Espírito Santo[1].

1 https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/02/03/tcp-como-era-banco-do-crime-que-movimentou-mais-de-r-40-mi-no-rj.htm

↑ SUMÁRIO

3. REORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS ALIANÇAS E RIVALIDADES ENTRE FACÇÕES: INDÍCIOS DE SURGIMENTO DE UM CENÁRIO TRIPOLAR E MANUTENÇÃO DE POLOS DE RESISTÊNCIA LOCAIS

Os sistemas de aliança e rivalidade entre as organizações criminosas são objeto de análise permanente por parte de órgãos de inteligência, acadêmicos e especialistas em segurança pública da Colômbia e do México. Tal interesse decorre, em grande parte, da necessidade de antever possíveis crises de segurança pública e episódios de violência decorrentes das alterações na dinâmica dos pactos e antagonismos estabelecidos entre grupos armados, cujas relações entre si se organizam em sistemas extremamente complexos nesses dois países há mais de vinte anos.

No Brasil, pode-se identificar a gênese desses sistemas, ainda que de forma local e simplificada, no processo de fragmentação vivenciado pelo Comando Vermelho nos anos 90, o qual deu origem aos grupos Amigos dos Amigos e Terceiro Comando. Na década de 2010, com a expansão nacional do PCC e CV e o surgimento em profusão de facções locais, ocorre nova reconfiguração importante dessas estruturas, motivada pela sequência de divergências e desentendimentos entre as lideranças do CV e PCC, narrada de forma detalhada por Dias e Manso (2018). Esse processo, que culmina em uma sequência de massacres prisionais e o rompimento entre as cúpulas dos dois grupos, termina por consolidar um cenário bipolar, marcado pela agregação em polos distintos dos núcleos das duas facções e de suas respectivas organizações parceiras, representados simbolicamente a partir das designações *Tudo 2* (Comando Vermelho e aliados) e *Tudo 3* (Primeiro Comando da Capital e aliados).

Embora ao longo dos últimos anos tenham ocorrido numerosas alterações na composição dos blocos Tudo 2 e Tudo 3, o modelo bipolar em si pouco se alterou nesse período, preservando-se a liderança das duas facções, ainda que alguns grupos tenham buscado, inicialmente, uma posição de neutralidade no cenário de conflito bipolarizado, tais como a Massa/Tudo Neutro, no Ceará. Nos últimos dois anos, no entanto, transcorreram eventos com capacidade para impactar a estrutura do cenário nacional de alianças e embates entre as facções: a proposta de trégua entre CV e PCC e a expansão nacional do Terceiro Comando Puro.

Nos primeiros meses de 2025, foram identificadas sucessivas mensagens que faziam referência a uma suposta trégua entre as cúpulas do CV e PCC, manifestando, ainda que com algumas diferenças locais de tom e conteúdo, o interesse em sustar ataques e hos-

↑ SUMÁRIO

tilidades entre as células das duas organizações por todo o território nacional. Embora, aparentemente, a trégua tenha logrado a redução dos embates em diversas Unidades da Federação, as dificuldades em equacionar as numerosas situações de antagonismo estabelecidas estado a estado teriam inviabilizado a supressão das hostilidades e uma eventual reconfiguração pacificada das relações entre as duas maiores facções do Brasil. Mesmo com a trégua reduzindo a tensão entre as cúpulas, a percepção predominante é a de que permanece relação de antagonismo entre as duas grandes organizações.

Por motivos distintos, muitos grupos de expressão local, no entanto, demonstraram descontentamento em manterem-se alinhados ao CV ou ao PCC, evidenciando que há manutenção de polos regionais de resistência sobretudo no Nordeste e, em menor grau, no Sul e Centro-Oeste. Quando avaliamos a predominância dos grupos em cada região, avaliamos que no Nordeste, 5 dos 9 estados detêm predominância de grupos locais, sendo 4 deles independentes ou aliados do TCP. São eles: Bonde dos 40, no Maranhão; Sindicato do Crime, no Rio Grande do Norte; e Bonde do Maluco, na Bahia. Vale também mencionar a Nova Okaida, na Paraíba, que disputa a hegemonia no estado com o CV.

Enquanto no Sul, dos 3 estados, 2 têm facções locais como as predominantes, embora o Primeiro Grupo Catarinense se encontre na zona de influência do CV e os Manos sejam aliados do PCC. Já, no Centro-Oeste, 2 dos 4 estados da região detêm facções locais entre as que brigam pelo predomínio: no Goiás, a Amigos do Estado mantém relação de neutralidade com o PCC e rivalidade com o CV, enquanto no Distrito Federal, o Comboio do Cão se mantém como predominante, em neutralidade com os demais grupos.

Pelo menos desde 2023, um terceiro grande ator criminal iniciou, ainda que de forma pontual, processo de expansão territorial interestadual, avançando sobretudo em estados limítrofes ao Rio de Janeiro, como Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. O Terceiro Comando Puro refuta desde o início a trégua com o Comando Vermelho e, embora integrasse a aliança Tudo 3, intensifica articulações com as organizações de caráter local/regional, aproveitando a existência de insatisfações direcionadas simultaneamente ao CV e ao PCC.

O estudo encontrou evidências dessa articulação, possivelmente motivada pelas possibilidades das facções locais de se desvincular do CV e do PCC simultaneamente mantendo, contudo, alternativas de fornecimento de armas e drogas, apoio logístico e refúgio. Movimentos nesse sentido já foram observados no Acre pela facção Bonde dos 13, no Ceará pela GDE e na Bahia pelo BDM, configurando um novo polo de articulação, antagônico em algum grau tanto ao Comando Vermelho quanto ao PCC e redesenhando, portanto, o sistema bipolar Tudo2/Tudo3. Tal mudança, se confirmada, resultaria em uma nova configuração

↑
SUMÁRIO

das relações entre as grandes facções, marcada, agora, pela existência de três polos de aglomeração das alianças entre grupos criminosos em escala nacional.

4. POLARIZAÇÃO DOS CENÁRIOS E CONFLITOS

Com base nos resultados da avaliação de criticidade e relevância, foram identificadas, a partir do foco na análise de polaridade, quatro tipos de configurações de cenário nas unidades da Federação analisadas: unipolar, bipolar, tripolar e multipolar. O cenário unipolar é caracterizado por UFs em que há apenas uma facção relevante; bipolar por estados onde há duas facções relevantes; tripolar onde há presença de três grupos criminosos relevantes; e multipolar, caracterizado por UFs em que há quatro ou mais organizações criminosas consideradas relevantes. Apenas Sergipe apresenta cenário onde não há nenhuma organização criminosa com nível de criticidade considerado relevante.

Dos 26 estados brasileiros onde há atuação de ao menos uma facção relevante, verifica-se a presença de 2 cenários unipolares (8%), 8 cenários bipolares (31%), 9 cenários tripolares (35%) e 7 cenários multipolares (27%)[2]. Nota-se, portanto, que cenários fragmentados são mais comuns no Brasil, situação que tende a influenciar o panorama dos conflitos entre grupos criminosos e, consequentemente, a percepção de segurança experimentada pela população. Parte significativa da literatura sobre o tema, correlaciona fragmentação dos cenários criminais a enfrentamento entre os grupos, gerando panoramas similares àqueles descritos por Lessing, como *Intercartel turf wars*, ainda que mecanismos de governança criminal possam mitigar a violência entre organizações delitivas nesses contextos.

Não foram consideradas nesse modelo de análise as relações de aliança, antagonismo ou neutralidade, as quais tendem a agregar grupos em um número menor de polos de enfrentamento efetivo, de forma que, cenários classificados aqui como tripolares, por exemplo, podem envolver alianças entre grupos que os tornem, na prática, estruturados em apenas dois polos de tensão. As articulações entre os grupos são complexas, imprecisas e extremamente dinâmicas e, embora tenham sido mapeadas em algum grau no presente projeto, demandariam um segundo esforço de confirmação para uma análise mais detalhada.

↑ SUMÁRIO

2 Nota-se que a soma das porcentagens apresentadas totaliza 101%. Isso se explica pelos arredondamentos feitos para fins de exposição.

Cenários de Unipolaridade

Figura 7

Mapa das Unidades da Federação com cenário criminal unipolar



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

Nos estados caracterizados pela unipolaridade, observa-se a presença de uma única organização com relevância muito alta, tanto na análise nacional quanto estadual. Este cenário encontra-se solidamente configurado em São Paulo e no Paraná, estados onde o Primeiro Comando da Capital (PCC) exerce hegemonia no ambiente criminal (com ressalva para o litoral do estado, que experimenta conflitos entre diferentes facções).

Nesses territórios, a dinâmica criminal tende a ser menos ruidosa no que tange a confrontos territoriais ostensivos entre grupos criminosos. O foco da organização dominante pode se deslocar da disputa territorial para o controle de acesso a eixos logísticos e infraestruturas estratégicas. A ausência de conflitos diretos entre facções possibilita um maior controle dos mercados ilícitos por parte da facção, ao minimizar disputas em áreas estratégicas para o varejo local de venda de drogas e para exportação de entorpecentes, como portos e aeroportos, conferindo estabilidade operacional favorável ao desenvolvimento da atividade criminosa.

↑ SUMÁRIO

Cenários de Bipolaridade

Figura 8

Mapa das Unidades da Federação com cenário criminal bipolar



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

A configuração bipolar é aquela em que há duas organizações criminosas relevantes dentro do estado. Verifica-se tal cenário em 8 estados: Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

Apesar da presença de apenas duas facções relevantes, na maioria dessas UFs não prevalece condição de equilíbrio entre os grupos criminosos, existindo, nos casos identificados, grupo com presença territorial, capacidade financeira e operacional superior ao outro em 6 dos 8 estados que possuem cenário bipolar. Apenas Alagoas e Tocantins apresentam equivalência de poder entre os grupos atuantes. Nestes estados, PCC e Comando Vermelho (CV) possuem relevância estadual alta e capacidades similares.

Já na análise de relevância nacional, verifica-se que, nos estados com cenário bipolar, há 4 grupos criminosos com classificação muito alta, 3 com relevância alta, 7 com relevância média e 2 com relevância baixa. As facções com relevância nacional muito alta compreendem as células estaduais do Primeiro Comando da Capital no Mato Grosso do Sul, além do Comando Vermelho no Amazonas e no Mato Grosso e do Primeiro Grupo Catarinense (PGC). Tais grupos não encontram rivais com capacidades de enfrentamento em seus estados no que se refere ao controle do varejo de drogas,

↑ SUMÁRIO

predomínio na capital e presença no sistema prisional. Dentre os estados com cenário bipolar, destacam-se UFs que servem como corredores logísticos e estão localizadas em áreas de fronteira, a exemplo de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas. Tais estados são estratégicos para as facções por estarem situadas na fronteira com alguns dos principais países produtores de entorpecentes do mundo - Colômbia, Bolívia e Paraguai. Nesse sentido, o CV e o PCC são as organizações criminosas com atuação relevante nos citados estados, motivados, sobretudo, pelo acesso a fornecedores desses países e pelo controle de entrepostos logísticos, fatores que viabilizam a redução de custos operacionais e de aquisição de drogas, bem como otimizam a dinâmica de interiorização de entorpecentes para outros estados brasileiros. O CV possui predominância no Amazonas e no Mato Grosso frente ao PCC, enquanto a facção paulista é predominante no Mato Grosso do Sul.

As duas maiores organizações criminosas brasileiras mantêm presença relevante em 5 dos 8 estados cujo cenário de facções é bipolar (Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins). No Espírito Santo e Santa Catarina, o Comando Vermelho atua de maneira indireta, por meio de estreita aliança com as facções locais Primeiro Comando de Vitória (PCV) e PGC, respectivamente. O PCC, por outro lado, não possui atuação relevante apenas no Espírito Santo, entre os 8 estados que apresentam cenário bipolar.

Cenários de Tripolaridade

Figura 9

Mapa das Unidades da Federação com cenário criminal tripolar



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

↑ SUMÁRIO

Nos cenários tripolares, há presença de três organizações criminosas consideradas relevantes na UF. Esse é o cenário criminal mais comum no Brasil, presente em 9 estados: Acre, Amapá, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima.

O PCC e o CV coexistem, direta ou indiretamente, com uma terceira facção em todos os estados com cenário tripolar. A presença indireta ocorre no Amapá, onde o PCC opera em aliança com a Família Terror do Amapá (FTA), e em Pernambuco, onde o CV exerce influência por meio da aliança com o Comando Litoral Sul (CLS). Nos demais estados há presença relevante de células das duas principais organizações criminosas brasileiras.

Além do CV e PCC, a terceira facção com relevância significativa atuante nessas UFs, em regra, é originária do próprio estado. As exceções são Minas Gerais e Roraima, onde as organizações criminosas relevantes que não são células do PCC ou CV têm origem em territórios limítrofes aos respectivos estados. Em Minas Gerais, há presença relevante do Terceiro Comando Puro (TCP), facção de origem carioca, e em Roraima há presença de grupos criminosos de origem venezuelana.

A análise dos dados demonstra que essa terceira organização criminosa normalmente se alia ao CV ou ao PCC, principalmente nos primeiros anos de surgimento, com objetivo de conter o avanço no estado pela facção nacional rival. Porém, as alianças encontram dificuldade de manutenção a longo prazo. Dos 9 estados com cenário tripolar, 4 (Acre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rondônia) apresentam contexto criminal em que as três facções relevantes mantêm relação de rivalidade entre si. No Amapá, Pará e Pernambuco, a terceira facção é aliada do CV ou PCC. Já em Goiás, a terceira organização criminosa mantém relação de neutralidade com o PCC e rivalidade com o CV. Roraima apresenta cenário *sui generis* em que a terceira facção mantém neutralidade com PCC e CV.

↑
SUMÁRIO

Cenários de Multipolaridade

Figura 10

Mapa das Unidades da Federação com cenário criminal multipolar



Fonte: Agência Brasileira de Inteligência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

Os cenários multipolares, compostos por quatro ou mais organizações relevantes, representam a configuração de maior complexidade para a segurança pública, como verificado na Bahia, no Rio de Janeiro e no Ceará. A dinâmica multipolar encontra-se estabelecida no cenário criminal de sete estados brasileiros: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Nestes estados, a análise sugere a existência de uma assimetria estrutural de forças: quase todos possuem uma facção dominante com relevância estadual muito alta e, ao menos, uma facção cuja relevância é classificada como média ou baixa. O Maranhão ilustra bem esse quadro, no qual o grupo criminoso local Bonde dos 40 apresenta relevância estadual muito alta, enquanto a facção Primeiro Comando do Maranhão encontra-se em declínio, mantendo relevância baixa, com uma presença praticamente residual no estado. A multipolaridade favorece a instabilidade na dinâmica criminal, com constantes mudanças de alianças e surgimento de dissidências. O contexto de confrontos recorrentes impulsiona a busca por maior controle territorial e acesso a armamentos de alto poder lesivo por parte dos grupos criminosos. Essa

↑ SUMÁRIO

dimensão se reflete no nível elevado de ameaça das facções atuantes em cenários multipolares, em que 13 organizações criminosas são classificadas com relevância nacional muito alta ou alta, o que representa 43% das facções relevantes presentes em tais estados.

Os dados prospectados sugerem ainda que, nesses contextos, exista maior necessidade de captação de recursos para financiamento dos custos operacionais decorrentes dos conflitos para expansão ou manutenção da presença territorial. Tal demanda impulsionaria a maximização da exploração territorial por parte de algumas dessas facções, que passariam a explorar taxas de segurança e monopólios de serviços básicos, visando compensar os custos operacionais decorrentes da situação de permanente conflito. Tal hipótese demanda, no entanto, aprofundamento das análises para ser confirmada.

O CV e o PCC estão presentes em 5 dos 7 estados com cenário multipolar. As exceções são o estado do Rio Grande do Sul, o qual, conforme anteriormente mencionado, apresenta dinâmica criminal sui generis, com histórico de atuação praticamente exclusiva de facções locais, e o RJ, onde não há presença do PCC.

5. NOVAS PRÁTICAS E TENDÊNCIAS DO CRIME ORGANIZADO: MAXIMIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO TERRITORIAL E A ENTRADA NOS MERCADOS LÍCITOS

Práticas envolvendo a diversificação dos ilícitos e a maximização da exploração econômica do território pelas facções foram identificadas em diversos cenários criminais. As facções criminosas em algumas unidades da Federação, notadamente as da Região Nordeste, vêm ampliando o rol de ilícitos praticados nos territórios, adotando modelo de atuação similar ao das milícias fluminenses.

Nesse tipo de dinâmica, o eixo do negócio criminal tende a progressivamente se deslocar da venda de drogas para exploração de serviços e bens essenciais e para a extorsão dos comerciantes locais e moradores. O controle do território e das atividades econômicas que nele ocorrem passa a ser o principal ativo para a organização criminosa, modelo de exploração inaugurado no Brasil pelas milícias atuantes na zona oeste e que passou a ser emulado pelo Comando Vermelho tanto no Rio de Janeiro quanto em territórios controlados pelo grupo nas regiões Norte e Nordeste do país.

Ainda que existam formas diversas de exercício dessa exploração territorial, são recorrentes as referências à cobrança de taxas de segurança e à venda monopolista de serviços e bens essenciais, às vezes pela própria facção, às vezes por fornecedores em conluio com

↑ SUMÁRIO

esta. Em estados como Bahia e Ceará, há registros de imposição do controle sobre serviços de internet e TV a cabo em territórios sob influência do Comando Vermelho, ocorrendo tanto a extorsão e sabotagem de provedores legais quanto a venda de serviços por empresas ou grupos clandestinos autorizados pela facção. No Rio de Janeiro, milícias e facções monopolizam, em alguns locais, a distribuição de gás, água e energia elétrica, convertendo necessidades básicas em fonte de renda ilícita.

Quanto à extorsão e cobrança de taxas de segurança, além do CV e do PCC, verificam-se ocorrências de adoção da prática também pelo Bonde dos 13, no Acre, e a Família Terror do Amapá (FTA), no Amapá, os quais cobrariam mensalidades de comerciantes e moradores em certos bairros sob a promessa de proteção. Em Rondônia, Roraima, Acre e outros estados há registro de ocupação forçada de imóveis e expulsão de moradores por integrantes do PCC e do CV para estabelecer bases operacionais de drogas ou para alugar as residências.

O Rio de Janeiro se apresenta como local de inovação de práticas criminais ligadas à maximização da exploração territorial. O homizio de lideranças do Norte e Nordeste em comunidades cariocas favorece o compartilhamento destas novas estratégias e práticas, permitindo que estas sejam reproduzidas em outras regiões do país por meio de ordens emitidas à distância.

Para além do impacto econômico nas populações afetadas, a maximização da exploração territorial produz interferência na dinâmica social e política das comunidades sob influência das organizações criminosas. O controle territorial invariavelmente encontra-se relacionado à regulação do cotidiano, da restrição à circulação dos moradores e da imposição de regras de conduta, podendo interferir ainda nos processos eleitorais, por meio da negociação de acesso dos candidatos às comunidades sob influência do crime organizado.

As práticas de extorsão e monopólio de serviços essenciais têm como objetivo diversificar as fontes de receitas das organizações criminosas, garantindo recursos constantes e previsíveis, bem como mitigar riscos relacionados ao mercado de entorpecentes, como apreensões e perdas de mercadorias.

↑
SUMÁRIO



Cenários estaduais, por Região

Região Norte

ACRE

A localização geográfica do Acre, em fronteira com a Bolívia e o Peru, ambos países com expressiva produção de cocaína no cenário global, posiciona o estado como uma área de relevância para o tráfico internacional de entorpecentes. De modo geral, o Acre funciona como porta de entrada de drogas no Brasil, que subsequentemente são distribuídas para outras unidades federativas. Os grupos criminosos ativos na região buscam o controle tanto das rotas de tráfico quanto dos pontos de venda de varejo de drogas.

O estado do Acre, com uma população de aproximadamente 830 mil habitantes, conforme dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), figura como a terceira Unidade da Federação com o menor número de residentes. Essa característica demográfica sugere um mercado de varejo de drogas menos lucrativo, em comparação com estados mais populosos. Entre os anos de 2023 e 2024, foram apreendidas cerca de 3,1 toneladas de drogas no estado, sendo 2,17 toneladas de maconha e 953 kg de cocaína, segundo informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025).

O território acreano é composto por vinte e dois municípios, divididos administrativamente em cinco regionais. A regional “Alto Acre” abrange os municípios de Assis Brasil, Brasiléia,

↑ SUMÁRIO

Epitaciolândia e Xapuri. A região do "Baixo Acre" congrega Capixaba, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Senador Guiomard e Bujari. A microrregião do "Purus" inclui Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus. A quarta microrregião, "Tarauacá Envira", é formada por Feijó, Tarauacá e Jordão. Por fim, a microrregião do "Juruá" reúne Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter.

Dentre o total de municípios, dezessete possuem parte de seu território localizada na faixa de fronteira. A vasta extensão da Floresta Amazônica, aliada a uma rede fluvial densa, cria rotas de difícil monitoramento pelas autoridades. Os rios desempenham um papel significativo no transporte de entorpecentes no estado, especialmente nas regiões do Alto Acre, Purus e Juruá. Além das vias fluviais, o transporte de produtos ilícitos também ocorre por rodovias, em particular as BR-317 e BR-364, e por meios aéreos, utilizando aeroportos e pistas de pouso, tanto legais quanto clandestinas.

O Vale do Juruá, que compreende os municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, representa 19,4% do território estadual e se destaca como uma das principais portas de entrada de drogas no Acre. Essa região possui uma bacia hidrográfica extensa, com rios que nascem no Peru, e tem Cruzeiro do Sul como seu entreposto principal. Desse município, o transporte de drogas para Rio Branco ou outras unidades da federação se dá pela BR-364, pelo rio Juruá, ou por meio de pequenas aeronaves que partem do Aeroporto de Cruzeiro do Sul.

A área fronteiriça com o departamento de Ucayali, no Peru, observa um crescimento acentuado no plantio de coca. Conforme o relatório "Perú – Monitoreo de Cultivos de Coca 2023", da Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas (DEVIDA, 2024), as áreas de plantação de folha de coca em Ucayali apresentaram um aumento de 604% entre 2019 e 2023, expandindo-se de 1.735 hectares para 12.221 hectares.

Na região do Purus, a rota principal passa por Santa Rosa do Purus, cidade situada a poucos minutos de barco da Vila Palestina, um povoado peruano reconhecido como refúgio de traficantes e ponto de entrega de drogas para narcotraficantes brasileiros. O transporte de drogas também é realizado pelo Rio Iaco, com saída de Assis Brasil e passagem pelas cidades de Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba, até chegar a Rio Branco. Nas regiões do Alto e Baixo Acre, a BR-317 constitui a principal via para a entrada de produtos ilícitos.

Além do tráfico de drogas, os grupos criminosos no Acre praticam uma variedade de delitos, como extorsão, homicídio, lavagem de dinheiro, estelionato, receptação, contrabando, descaminho, agiotagem, exploração de jogos de azar e roubo de veículos. Os veículos roubados são geralmente encaminhados para a Bolívia por duas rotas principais. A primeira

↑ **SUMÁRIO**

segue pela BR-317, atravessando os municípios de Capixaba, Epitaciolândia e Brasiléia. A segunda rota utiliza as rodovias estaduais AC-40 e AC-475, que dão acesso ao município de Plácido de Castro, na fronteira com a Bolívia.

Até recentemente, não se registrava um histórico relevante da utilização de armamentos de alto poder letal por organizações criminosas. Contudo, nos últimos dois anos, as forças de segurança estatais apreenderam fuzis.

A presença de facções no estado remonta ao final da década de 2000, com a atuação de organizações criminosas locais e facções de abrangência nacional. Atualmente, o Acre registra a presença do Comando Vermelho (CV), do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Bonde dos 13 (B13). O CV mantém uma presença notável na maioria das cidades, enquanto o B13 e o PCC atuam em menor escala. Esses três grupos criminosos disputam o controle dos pontos de venda de drogas e o acesso a fornecedores no Peru e na Bolívia. Atualmente, o B13 busca estabelecer parceria com a organização criminosa carioca Terceiro Comando Puro (TCP) para rivalizar com o CV e o PCC no estado.

Entre 2009 e 2021, o Acre abrigou a facção local Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana (IFARA), que gradualmente perdeu força a partir de 2019. Seus membros foram absorvidos pelas demais organizações criminosas ativas no estado. As alianças entre as três principais facções do estado caracterizam-se pela volatilidade, com alternância constante de rivalidades, influenciadas por desentendimentos entre lideranças locais e acordos nacionais envolvendo o CV e o PCC. Até 2016, não havia conflitos significativos entre as facções presentes no Acre, que mantinham certa neutralidade. Exemplo disso foi em outubro de 2015, quando as facções agiram em coordenação, incendiando veículos em represália à morte de membros do B13 em confronto com a polícia.

O controle territorial e social exercido pelas organizações criminosas no estado manifesta-se, sobretudo, por meio de pichações. Essas marcações indicam os territórios dominados e transmitem ordens à população local. Exemplos incluem pichações do PCC e do B13 com ordens à população no bairro Sumaúma, em Brasiléia/AC, em 2019.

Além do tráfico de drogas, as facções no Acre buscam diversificar suas fontes de recursos, cobrando valores de moradores e comerciantes em seus territórios. Utilizando ameaças, os membros das facções exigem pagamentos mensais, oferecendo em troca uma suposta segurança contra danos ou roubos.

As organizações criminosas ativas no Acre possuem um histórico de enfrentamento ao Estado. Entre 6 e 8 de outubro de 2015, as quatro facções presentes no estado à época (B13,

↑
SUMÁRIO

PCC, IFARA e CV) realizaram uma série de ataques contra prédios públicos e veículos em Rio Branco. Esses ataques incluíram incêndios criminosos em ônibus, viaturas policiais e edifícios governamentais, como represália à morte de membros do B13 por um policial à paisana durante um assalto a uma clínica na capital. Em agosto de 2016, após a morte de um membro do CV em confronto com a polícia militar, registraram-se mais de 46 incêndios em prédios públicos e veículos, além de invasões a residências na capital e no interior. Moradias de policiais e agentes de segurança foram alvos de disparos[3].

Em agosto de 2017, integrantes de facções iniciaram uma série de incêndios a ônibus, com 34 ocorrências registradas em diversas cidades do Acre. Essa ação foi uma resposta à medida do governo estadual de instalar bloqueadores de sinal telefônico na Unidade Prisional Francisco D'Oliveira Conde (FOC), localizada em Rio Branco[4]. Além disso, grupos criminosos desencadearam duas rebeliões que resultaram em mortes no presídio FOC. Em outubro de 2016, uma rebelião culminou com a morte de quatro detentos e dezenove feridos, inserida no contexto de rebeliões ocorridas em presídios das regiões Norte e Nordeste, no âmbito do término da aliança nacional entre PCC e CV[5]. A outra rebelião foi promovida por membros do CV em julho de 2023, resultando na morte de cinco detentos ligados ao PCC e B13 e deixando três feridos, entre presos e agentes de segurança[6].

3 https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/10/rio-branco-registra-ataques-pela-terceira-noite-consecutiva.html

4 https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/video-mostra-onibus-em-chamas-apos-ataque-criminoso-em-rio-branco.ghtml

5 https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/apos-principio-de-motim-presos-fazem-rebeliao-em-presidio-no-acre.html

6 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/cinco-morrem-em-rebeliao-que-durou-mais-de-24-horas-em-presidio-do-acre.shtml

↑ SUMÁRIO

Figura 11

Mapa do estado do Acre



Cenário criminal do Acre: análises e perspectivas

Na avaliação do cenário do crime organizado no estado do Acre, realizada em junho de 2025, o Comando Vermelho apresenta relevância nacional muito alta, enquanto o Bonde dos 13 e o Primeiro Comando da Capital foram classificados com relevância nacional média. No nível estadual, o CV apresenta relevância muito alta, o B13 relevância alta e o PCC relevância média.

A classificação como muito alta nas análises nacional e estadual por parte do Comando Vermelho do Acre se baseia na prevalência da organização criminosa na influência terri-

↑ SUMÁRIO

torial e no domínio de áreas estratégicas do estado, materializada no controle da maioria dos pontos de venda de drogas na capital e no interior, na acentuada presença no sistema prisional e na atuação em áreas estratégicas na fronteira com o Peru e a Bolívia.

Nesse contexto, o cenário criminal no Acre tende a se manter fragmentado, com prevalência do Comando Vermelho. A aliança entre B13 e o Terceiro Comando Puro (TCP), no entanto, tem potencial de aumentar o acesso a armamentos por parte da organização criminosa acreana e acirrar disputas violentas pelo controle de pontos de venda de drogas no estado.

AMAPÁ

O estado do Amapá detém localização com potencial estratégico para a dinâmica do narcotráfico brasileiro, especialmente no Arco Norte-Nordeste do Brasil. Por estar localizado na foz do Rio Amazonas, e consequentemente, mais perto dos países consumidores europeus, o estado é utilizado como plataforma de exportação de carregamentos que adentram o Brasil pela Rota do Solimões, que conecta as regiões amazônicas produtoras de entorpecentes ao Norte do país. Ainda que grande parte do volume de drogas que adentre o Brasil por esta rota siga para o Pará, de onde é interiorizado ou exportado, o Amapá vem aumentando sua importância na logística criminal brasileira.

Além da capital Macapá, municípios como Santana/AP e Laranjal do Jari/AP são localidades importantes na logística do fluxo de entorpecentes que perpassa o estado. Macapá e Santana representam importantes polos de exportação, seja via portuária, em navios maiores, seja via embarcações de menor porte ou, mesmo, submersíveis. O município de Laranjal do Jari, por sua vez, localizado às margens do rio Amazonas na divisa com o Pará, é importante entreposto logístico para armazenamento e distribuição de carregamentos que vêm pelo rio Amazonas.

A relação com o Pará, então, é essencial para entender a dinâmica do narcotráfico amapaense. Em situação de não exportação direta pelo território do Amapá, os carregamentos que adentram o estado costumeiramente seguem para o Pará, contornando a Ilha de Marajó, seja pelo oceano, pelo modal da cabotagem, seja pela complexa rede fluvial da região. Contudo, também há fluxo inverso de carregamentos oriundos do Pará com destino ao território amapaense, provável reflexo da expansão do Comando Vermelho no estado, que já detém maior influência territorial em grande parte dos estados do Norte, inclusive o Pará.

Outrossim, o estado faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Embora não haja identificação de grandes fluxos de entorpecentes entre o Brasil e os dois países, ambos

↑ SUMÁRIO

exercem pressões criminais sobre o território brasileiro a partir do Amapá. Na Guiana Francesa, já foram identificados núcleos das facções atuantes no Amapá especialmente na atuação em áreas de mineração ilegal de ouro, mas também, no recrutamento de mulas locais para envio de pequenas quantidades de entorpecentes em voos, com direção ao continente europeu.

O Suriname, por sua vez, representa importante *hub* logístico para diversas modalidades criminais transnacionais que acabam no Brasil, notadamente tráfico de armas e contrabando de cigarros. O litoral amapaense é passagem obrigatória das embarcações que navegam pela rota marítima entre o Suriname e o litoral Norte-Nordeste, embora seja pouco utilizado como entreposto para desembarque de mercadorias ilícitas. No entanto, as embarcações levando contrabando obrigatoriamente o contornam, e pontos da costa amapaense servem de entreposto para o reabastecimento de barcos que rumam a outras Unidades da Federação.

O litoral recortado do Amapá, repleto de ilhas e ilhotas, principalmente na foz do rio Amazonas e no entorno da Ilha de Marajó, apresenta desafios significativos para a fiscalização costeira. Essa geografia complexa facilita a operação de portos clandestinos, que servem como pontos de apoio para o desembarque de pequenas cargas ou para o abastecimento de embarcações maiores utilizadas no narcotráfico internacional. Um exemplo claro do uso dessa rota foi a interceptação de um submarino que partiu de Macapá com destino à Europa. A embarcação, que transportava 6,6 toneladas de cocaína, foi interceptada pela Marinha de Portugal em uma operação denominada "Nautilus" na região dos Açores. A ação, que resultou na prisão de cinco tripulantes (três brasileiros, um colombiano e um espanhol), evidencia como a dificuldade de monitoramento no litoral amapaense contribui para a construção e operação de submersíveis a serviço do tráfico internacional de drogas[7].

Os volumes de apreensões no estado, no entanto, ainda são relativamente baixos se comparados aos índices nacionais. Foram apreendidos em média 108 kg de cocaína e 61 kg de maconha por ano entre 2015 e 2024, o que representa 0,06% do total nacional no período, o que não reflete a realidade da quantidade de mercadoria que de fato passa pelo estado. Os últimos anos, no entanto, refletem a intensificação do território amapaense como uso de rota, quando foram apreendidos, respectivamente em 2023 e 2024, 249 kg e 351 kg de entorpecentes, somando cocaína e maconha. Em 2025, há previsão de recorde do número total de apreensões no estado, tendo em vista que somente em uma operação da Polícia Civil do Amapá, em 04 jun. 2025, foram apreendidos cerca de 400 quilos de cocaína[8].

7 https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/policia/submarino-que-partiu-do-amapa-e-transportava-66-toneladas-de-cocaina-e-interceptado-pela-marinha-de-portugal/

8 https://policiacivil.portal.ap.gov.br/noticia/06-06-2025-policia-civil-realiza-a-maior-apreensao-de-drogas-da-historia-do-amapa

↑ SUMÁRIO

Apesar do pequeno mercado consumidor local, o crime organizado de base territorial e dedicado ao narcotráfico tem atuação territorial significativa no Amapá. Considerando a baixa diversificação econômica e o nível de renda do estado, há quantidade relevante de comunidades de baixa renda e com menor presença dos serviços do estado. Até o momento, foram identificadas quatro organizações criminosas de base prisional atuando no estado, sendo duas locais e duas nacionais, divididas em dois blocos. São eles: a Família Terror Amapá (FTA) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), de um lado, e a União Criminosa do Amapá (UCA) e o Comando Vermelho (CV), de outro.

O cenário da criminalidade organizada de base territorial no Amapá vem se modificando rapidamente. Antes pulverizado, com presença de muitos grupos criminosos locais, o que contribuiu para altos índices de homicídios no estado ao longo dos últimos anos, a tendência é de concentração de poder em menos polos e aumento da presença de grupos nacionais. A facção amapaense Amigos Para Sempre (APS), por exemplo, que rivalizou com a FTA nas disputas territoriais, foi quase que totalmente absorvida pelo Comando Vermelho, enquanto que a UCA, também aliada do CV, está em processo semelhante.

Do outro lado, há o polo representado pela aliança FTA e PCC. A FTA se mantém como maior grupo atuante no estado mesmo com perdas territoriais recentes para o CV e UCA, especialmente de áreas consideradas estratégicas para o escoamento fluvial de entorpecentes. O PCC, por sua vez, detém pouco domínio territorial no estado, focado mais no narcotráfico em larga escala e atuando no varejo por meio da FTA, emulando sua prática histórica de utilizar algum grupo local como vetor territorial. Ressalta-se que, entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, a FTA e a APS se uniram sob o nome de Terceiro Comando do Amapá (TCA), grupo este que não se sustentou por conta de desavenças internas entre os membros, que optaram por refundar as duas organizações criminosas.

Esse cenário histórico pulverizado e de alta beligerância também ocasionou episódios de grande repercussão no estado, especialmente em momentos de rupturas de *status quo*, como em 2018 e 2023. Em 2018, ocorreu o primeiro grande conflito entre a FTA e UCA, com consolidação das áreas dominadas de cada um dos grupos. Já, em 2023, houve ruptura da então aliança entre FTA e APS, que haviam se unido no início de 2022 sob o nome de Terceiro Comando do Amapá (TCA). Em ambos os contextos, houve aumento considerável de índices de homicídios e da sensação de insegurança da sociedade amapaense.

Diferentemente de outras áreas do país dominadas por organizações criminosas, não se observam no estado áreas onde as forças de segurança pública sejam impedidas de transitar. Não há casos identificados de barricadas em comunidades ou ataques ostensivos contra policiais em áreas dominadas pelas organizações criminosas, por exemplo.

↑
SUMÁRIO

De modo geral, a principal atividade ilícita de todas as facções no Amapá é o narcotráfico, principalmente a operação logística das rotas de exportação de drogas. A diversificação empreendida pelos grupos, especialmente a FTA, é correlata à lavagem de dinheiro advinda do narcotráfico, por exemplo, com a criação de empresas de fachada para a lavagem de capitais provenientes de atividades ilícitas.

A atuação das organizações criminosas no Amapá expandiu-se para além das fronteiras urbanas e nacionais, alcançando também as áreas de garimpo ilegal. Investigações recentes demonstram o envolvimento de facções do estado em zonas de mineração de ouro na Guiana Francesa, uma atividade que, embora possa ser empreendida por indivíduos ou grupos de faccionados de forma autônoma, revela a diversificação das fontes de renda do crime organizado[9]. Paralelamente, em áreas urbanas, algumas dessas facções consolidam seu poder através de práticas milicianas, como a extorsão de moradores em territórios sob sua influência, principalmente nos conjuntos habitacionais das zonas periféricas de Macapá[10].

9 https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/08/25/homem-e-preso-no-ap-com-ouro-e-arma-em-operacao-da-pf-contra-faccao-que-atua-em-garimpos-ilegais-na-guiana-francesa.ghtml

10 https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/09/18/membro-de-faccao-que-cobrava-taxa-para-que-lojas-nao-fossem-alvos-de-assaltos-e-preso-no-ap.ghtml

↑ SUMÁRIO

Figura 12

Mapa do estado do Amapá



Cenário criminal do Amapá: análises e perspectivas

Com relação ao nível de relevância nacional, a Família Terror Amapá, maior organização criminosa de base territorial do estado, foi classificada com relevância alta, assim como o Comando Vermelho, após fusão com a APS. A União Criminosa do Amapá, por sua vez, restou com nível de relevância baixo. Contudo, considerando a relevância local do contexto criminal amapaense, a FTA aparece com nível muito alto, enquanto o CV se mantém como alto e a UCA evolui para médio.

↑ SUMÁRIO

Esses resultados são decorrentes da manutenção da FTA como maior organização criminosa do estado e que mantém foco em controle territorial para o narcotráfico de varejo. A facção detém superioridade em basicamente todos os atributos, como influência territorial, capacidade de movimentar recursos financeiros e domínio de áreas estratégicas do estado. Perde apenas no atributo capacidade operacional, onde o CV possui melhor avaliação, mantendo a segunda colocação nos demais. A UCA, por sua vez, fica com a menor nota em todos. O PCC, apesar de atuar no estado, não obteve relevância mínima para avaliação segundo os critérios da metodologia utilizada

Assim, há tendência de aumento da bipolarização do cenário na balança de poder da criminalidade organizada amapaense, especialmente em virtude do processo de absorção da UCA pelo CV. Ao mesmo tempo, é muito provável a continuidade de investidas do CV/APS no estado contra o bloco FTA/PCC, o que tende a impulsionar índices de violência elevados no estado, especialmente considerando o *modus operandi* violento do CV em nível nacional, que estimula o acesso a armamentos de maior capacidade lesiva, como fuzis. Por fim, o Amapá continua sendo o único estado nortista a deter facção local como predominante, ainda que aliada ao PCC, o que demonstra resiliência da marca FTA entre os criminosos locais e resistência em aderir nomenclaturas externas, diferentemente de outros estados da região.

AMAZONAS

O Amazonas desempenha papel estratégico na dinâmica do narcotráfico no Brasil devido a sua localização fronteiriça com Colômbia e Peru, os maiores cultivadores de folha de coca do mundo. A rota Solimões, uma das principais rotas de tráfico de drogas do país, tem origem no estado. Traficantes exploram as características geográficas do Amazonas: vasta extensão territorial, densa vegetação, baixa densidade populacional e extensa rede de rios. As organizações criminosas que atuam no estado têm como objetivo prioritário exercer controle sobre a rota do Solimões, desde o acesso a fornecedores nos países produtores de entorpecentes (Peru e Colômbia) até o transporte para mercados internacionais e nacionais. O transporte de entorpecentes no Amazonas ocorre predominantemente por via fluvial, porém há registro crescente do uso de pequenas aeronaves, as quais utilizam pistas de pouso legais e clandestinas para distribuição da droga e reabastecimento. O modal terrestre é pouco utilizado para o narcotráfico, com um fluxo reduzido de apreensões na BR-174, que conecta o estado a Roraima.

Entre 2023 e 2024, aproximadamente 71,9 toneladas de drogas foram apreendidas no estado, sendo 48,9 toneladas de maconha e 22,9 toneladas de cocaína, conforme dados do

↑
SUMÁRIO

Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025). Em 1º de julho de 2025, foram apreendidas cerca de 6,5 toneladas de maconha do tipo skunk, cocaína e oxi em embarcação que navegava pelo rio Solimões no município de Manacapuru/AM, maior apreensão já realizada no estado. A Rota Solimões é o principal corredor logístico para a entrada de drogas no Amazonas. Essa rota começa na Tríplice Fronteira (Tabatinga/AM - Letícia/Colômbia - Santa Rosa/Peru) e segue até o Oceano Atlântico, notadamente nos portos do Pará e do Amapá. A Tríplice Fronteira é também o principal *hub* de narcotráfico na Amazônia brasileira, onde são negociados grandes carregamentos de drogas, embora nem todas as cargas passem por esses municípios.

Diversas cidades ao longo do rio Solimões, curso d'água que conecta Tabatinga a Manaus, servem como entrepostos logísticos para o tráfico, com destaque para Coari e Tefé no Médio Solimões. Nessas cidades, além da atuação de facções, há narcotraficantes independentes, frequentemente disfarçados de empresários locais, que formam consórcios para negociar cargas diretamente com fornecedores da Tríplice Fronteira. Em seguida, as drogas são divididas e renegociadas com compradores em Manaus, Pará ou diretamente no Nordeste.

Além da cocaína, um grande volume de maconha colombiana, conhecida como skunk no Brasil e creepy na Colômbia, também entra no Amazonas. Essa variedade tem ganhado espaço no mercado consumidor brasileiro por ser uma alternativa de melhor qualidade e maior valor agregado em comparação com a droga produzida na fronteira Paraguai-Brasil. O skunk é transportado em grandes carregamentos, principalmente por barcos, através dos rios Caquetá (Colômbia) e Japurá (Brasil). Quase a totalidade dessa maconha é para consumo interno, sem registros de remessas para o exterior a partir de portos e aeroportos brasileiros.

A presença de facções no Amazonas se consolidou no início dos anos 2010, com a formação da Família do Norte (FDN) em Manaus, a partir da fusão entre os grupos locais Amigos do Amazonas e Primeiro Comando do Norte, movimento capitaneado por José Roberto Fernandes Barbosa (Zé Roberto da Compensa) e Gelson Lima Carnaúba (Mano G), conforme descoberto na Operação La Muralla. Nos anos seguintes, a FDN se consolidou como a organização criminosa dominante no estado e uma das principais do país. Contudo, a partir da segunda metade da década de 2010, a facção perdeu poder, vindo a ser extinta em 2020. As causas incluem o isolamento de suas lideranças no Sistema Penitenciário Federal (SPF) após a Operação La Muralla em 2015, cisões internas e o rompimento da aliança com o Comando Vermelho (CV) em 2017. O declínio da FDN fragmentou o cenário criminal do estado, com o CV absorvendo a maioria de seus membros e se tornando a organização criminosa predominante a partir de 2020.

Atualmente, quatro facções atuam no Amazonas: CV, Primeiro Comando da Capital (PCC), Cartel do Norte (CDN) e Revolucionários do Amazonas (RDA). O CV tem ampla prevalência

↑ **SUMÁRIO**

em número de integrantes e pontos de venda de drogas, com presença em quase todos os municípios. As outras organizações criminosas mantêm aliança ou neutralidade na tentativa de combater o domínio do CV.

O PCC é a segunda organização criminosa com maior número de integrantes no estado. A facção paulista tenta se estabelecer no Amazonas desde a década de 2010, inicialmente rivalizando com a FDN pelo controle das rotas de drogas, mas nunca se consolidou como o principal grupo criminoso do estado.

O CDN, sucessor da FDN, não teve crescimento significativo desde sua criação em 2020, mantendo presença limitada a poucos pontos de venda de drogas em Manaus. A organização criminosa RDA, criada em 2021 a partir de uma cisão de lideranças do CV, inicialmente cresceu em número de membros e tentou rivalizar com o CV, mas a transferência de suas principais lideranças para o SPF conteve sua ascensão, mantendo, no momento, atuação reduzida a poucos bairros da capital.

A dissolução da FDN também impactou o cenário criminal na Tríplice Fronteira. Em 2019, surgiu a organização criminosa Alcateia Família Tríplice (AFT), composta por membros brasileiros, colombianos e peruanos, visando controlar o tráfico de drogas no Alto Solimões e combater a expansão do CV. Em 2020, a AFT foi sucedida pela organização criminosa Os Crias da Tríplice, que se aliou ao PCC e cresceu significativamente nos primeiros anos. Contudo, a prisão e morte das principais lideranças levaram à sua extinção em 2024, e atualmente o CV prevalece no varejo de drogas na Tríplice Fronteira.

Além das facções, atuam no Amazonas grupos criminosos conhecidos como "piratas de rios" ou "ratos d'água", concentrados na região do Médio Solimões, em Coari, Tefé e Uarini, e em outros corredores fluviais importantes, como os rios Japurá e, mais recentemente, Negro. Esses grupos se dedicam ao roubo de entorpecentes e combustível transportados pela rota do Solimões. Os grupos não possuem uma estrutura organizacional como as facções, sendo formados por indivíduos que conhecem bem a localidade, suas rotas e vulnerabilidades, utilizando armamento de alto poder lesivo para abordar embarcações.

A dinâmica de confronto entre as facções no Amazonas é marcada por atos violentos, que desestabilizaram o sistema prisional e geraram enfrentamentos ao Estado. Em 1º de janeiro de 2017, uma rebelião no COMPAJ resultou na morte violenta de 56 presos[11]. Essa rebelião, orquestrada por membros da FDN (então aliada do CV) contra faccionados do PCC, ocorreu no contexto do fim da aliança nacional entre CV e PCC, desencadeando eventos semelhantes em presídios do Norte e Nordeste.

11 https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/maior-massacre-do-sistema-prisional-do-am-diz-secretario-sobre-rebeliao.html

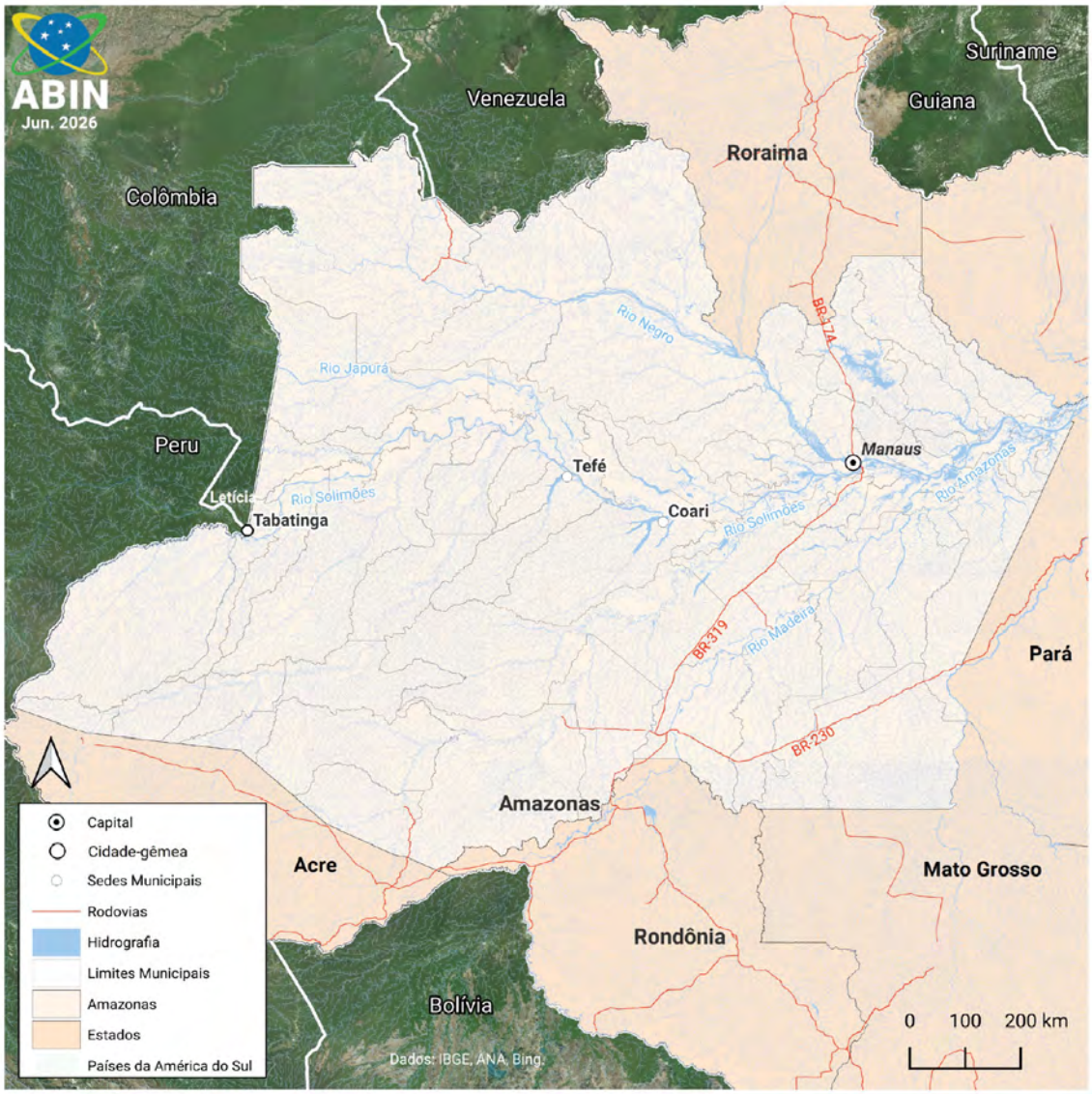
↑ SUMÁRIO

Em maio de 2019, 55 detentos foram assassinados em presídios de Manaus em menos de 48 horas, motivados por desentendimentos internos na FDN[12]. Esse episódio foi crucial para acelerar o enfraquecimento da facção, culminando em sua extinção em 2020.

Em junho de 2021, membros do CV incendiaram mais de 30 ônibus e 12 veículos particulares em Manaus em retaliação à morte de uma liderança durante operação policial. Os atos violentos duraram dois dias e geraram a suspensão de serviços públicos, como transporte, aulas e vacinação contra COVID-19.

Figura 13

Mapa do estado do Amazonas



12 https://oglobo.globo.com/politica/disputa-em-faccao-criminosa-deixa-55-mortos-em-presidios-no-amazonas-1-23697466

SUMÁRIO

Cenário criminal do Amazonas: análises e perspectivas

Na avaliação do cenário do crime organizado do estado do Amazonas em junho de 2025, o Comando Vermelho foi classificado com relevância nacional muito alta, enquanto o Primeiro Comando da Capital apresenta relevância nacional média. Tais classificações se mantêm na relevância estadual, com o CV classificado como relevância muito alta e o PCC com relevância média.

A classificação do CV com relevância muito alta decorre do amplo controle de pontos de venda de droga no estado; da prevalência no sistema prisional da capital e dos municípios do interior; e da alta capacidade operacional, com acesso a armas de alto poder lesivo e ampla inserção em redes criminais de escoamento de entorpecentes nacionais e internacionais.

Nesse contexto, o CV tende a manter a hegemonia no cenário criminal do Amazonas, uma vez que as organizações criminosas rivais não apresentam, no momento, capacidade financeira e operacional para contrapor o grupo carioca. Considerando o foco atual da cúpula do PCC em São Paulo de priorizar o tráfico de entorpecentes para outros continentes, em detrimento do controle do varejo de drogas nos demais estados brasileiros, a tendência é que o PCC mantenha presença reduzida no Amazonas, com foco em Coari e tendência de perda de relevância, dado as investidas do Comando Vermelho contra os territórios remanescentes da facção no estado.

As organizações criminosas Cartel do Norte (CDN) e Revolucionários do Amazonas (RDA) possuem presença territorial reduzida a poucos bairros de Manaus e poucas pessoas no sistema prisional, razão pela qual não atenderam os requisitos mínimos de admissibilidade propostos na metodologia.

PARÁ

O Pará conecta os estados do Norte às demais regiões do país, servindo como entreposto logístico das cargas que abastecem esses mercados. O estado é um dos principais na Rota Solimões, em conjunto com Amazonas e Amapá. O transporte de drogas através do Pará ocorre de maneira multimodal (fluvial, marítimo, aéreo e terrestre), o que destaca sua importância estratégica para a logística do narcotráfico nacional e transnacional. A partir do seu vasto território, as cargas de entorpecentes podem ser internalizadas no Brasil, com destino ao Centro-Sul e ao Nordeste, ou serem exportadas pela via marítima, valendo-se do extenso litoral e da proximidade geográfica com a África e Europa.

↑
SUMÁRIO

Dentre os grupos criminosos que atuam no Pará e disputam territórios para a consecução, sobretudo, do narcotráfico, destacam-se o Comando Vermelho (CV), o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Classe A (CCA), esta última facção criminosa autóctone. Atualmente, o CV atua em todas as regiões do estado e apresenta predominância territorial em relação aos demais na capital e na Região Metropolitana de Belém (RMB), áreas com maior concentração demográfica e relevância econômica. Já o PCC e CCA concentram-se no interior do estado, com pouca capacidade de desafiar a prevalência do CV no Pará. São raros os enfrentamentos entre as facções no estado, já que os grupos têm atuado em territórios e rotas específicas, sem sobreposições e, por conseguinte, sem confronto.

As principais rotas do tráfico de drogas usam os modais terrestre e fluvial, com a rota originária da fronteira do Brasil com a Colômbia explorando os rios da Bacia Amazônica e as rotas originárias do Peru e da Bolívia utilizando o modal terrestre. O modal aéreo é explorado no estado para o transporte de cargas maiores de droga, por meio de pequenos aviões, ou ainda por meio de passageiros da aviação civil, que carregam porções menores de entorpecentes em suas bagagens. Já o modal marítimo é utilizado para enviar drogas para o exterior pelo porto de Vila do Conde ou para outros estados costeiros brasileiros, por meio de barcos pesqueiros que realizam a navegação de cabotagem.

Os diferentes modais são favorecidos pelas dificuldades de monitoramento e fiscalização devido à extensão do território paraense, com a área de 1.247.955,38 km^2 (2º maior estado do Brasil), o que facilita a atuação do tráfico quanto ao delineamento das rotas terrestres, fluviais e aéreas. É frequente o compartilhamento logístico entre traficantes e garimpeiros, a exemplo de pistas de pouso de aeronaves em garimpos utilizadas também para movimentar a droga no estado.

Segundo estatísticas compiladas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025), foram apreendidos 3.261 quilos de cocaína em 2023 e 2.883 quilos em 2024 no estado. Já as apreensões de maconha totalizaram 5.895 quilos em 2023 e 10.357 quilos em 2024.

O Rio Amazonas é a principal via fluvial, de onde partem também várias rotas a partir de Santarém (ponto de apoio/descarregamento) em direção ao Rio Xingu, passando por Porto de Moz/PA, Altamira/PA e Vitória do Xingu/PA, para chegar à BR-230 (Rodovia Transamazônica), abastecendo a região e seguindo em direção a outros municípios paraenses. Com o objetivo de evitar fiscalizações de órgãos de segurança nas imediações de Óbidos, traficantes têm alternado os modais e os métodos de transporte ao longo da Rota Solimões. Por exemplo, uma nova rota explorada é a que desembarca em Parintins/AM e segue por uma estrada em região próxima ao município de Santarém. De lá a droga segue na rota da BR-163 (Santarém-Cuiabá).

↑
SUMÁRIO

O cultivo da *Cannabis sativa*, nome científico da maconha, encontrou solo adequado para a sua adaptação no Nordeste paraense, levando famílias de pequenos agricultores a serem recrutadas por traficantes para o plantio da maconha. Essa atividade vale-se das dificuldades de fiscalização dos órgãos estatais em remotas áreas rurais e de difícil acesso. A região onde a maconha é cultivada favorece a atuação de traficantes, haja vista a facilidade de escoamento da droga por diferentes modais, sobretudo o terrestre, em direção a outros estados do Centro-Oeste e Nordeste.

O *modus operandi* do transporte de drogas com origem no Pará para a Europa e África inclui, entre outros meios, o emprego de semissubmersíveis para a travessia do Oceano Atlântico. Essas embarcações, construídas de forma artesanal em áreas remotas da Amazônia, são projetadas para difícil detecção (maior parte do casco submerso na água), para abrigar grandes quantidades de drogas e para percorrer longas distâncias. No Pará foram registradas duas apreensões de semissubmersíveis. Em 15 dez. 2015, em Vigia/PA, região Nordeste do estado, ocorreu a apreensão de semissubmersível que contava com sonar, sistema de refrigeração interno e capacidade de carga de até 12 toneladas. Já em 21 fev. 2024, em São Caetano de Odivelas/PA, região Nordeste do Pará, foi encontrado por pescadores locais um semissubmersível sem motor e equipamentos. Em 31 de maio de 2025, foi apreendida uma embarcação semissubmersível em fase final de construção no município de Chaves/PA que fica na Ilha do Marajó, praticamente às margens do Oceano Atlântico[13]. O estado do Pará possui um extenso litoral e, juntamente como o Amapá, são os estados do Brasil mais próximos da Europa.

As principais organizações criminosas atuantes nos cenários de tráfico de drogas, plantação de maconha, contrabando e descaminho, invasão de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), garimpo ilegal, transporte ilegal de minérios, extorsões de civis e roubos a bancos (na modalidade "domínio de cidades") apelam para ações armadas e possuem como característica a violência. Nesse contexto, quatro facções criminosas passaram a atuar no estado com presença identificada em 79 (54,86%) dos 144 municípios paraenses.

O Comando Vermelho (CV), presente em 71 municípios, é a facção com maior capilaridade, atuando em praticamente todas as regiões do estado, com destaque para Belém e a Região Metropolitana de Belém (RMB). O Primeiro Comando da Capital (PCC), presente em 20 municípios, desenvolve atividades principalmente na região Sudeste (notadamente em Marabá/PA e Parauapebas/PA). Com menor expressão, atuando em 6 municípios, há o Comando Classe A (CCA), e, ainda, a Família Terror do Amapá (FTA), facção criada e mais forte no estado vizinho, presente em 2 municípios paraenses.

13 https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/06/06/embarcacao-semissubmersivel-usada-para-trafico-internacional-chega-a-belem-apos-apreensao-no-marajo.ghtml

↑ SUMÁRIO

Embora com presença territorial menor, o CCA foi o responsável pelo último grande massacre prisional do Pará, em 29 jul. 2019, no Centro de Recuperação Regional de Altamira. Nesse evento, 62 detentos vinculados ao CV foram mortos após integrantes do CCA, portando armas artesanais, invadirem e incendiarem pavilhão que abrigava membros da facção de origem carioca. Foi a rebelião em presídio mais letal já registrada no Brasil[14]. A ação tinha por objetivo mostrar força e frear o crescimento do CV no estado. Entretanto, não alcançou seu objetivo pois, no ano seguinte, o CV já despontava como principal grupo criminoso do Pará.

A partir de 2020, o CV passou a fazer ameaças à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP/PA) pela forma como seus integrantes estariam sendo tratados nos presídios paraenses e ordenou, ocasionalmente, ataques contra agentes estatais como forma de represália. Em 2020, três policiais penais foram mortos no Pará; em 2021, ano de maior tensão e violência, oito servidores da segurança pública foram mortos e dez policiais penais foram feridos; em 2022, três servidores da SEAP/PA foram mortos; em 2023, um policial militar foi morto depois da convocação para ataques feita por liderança do CV; e em 2024, 5 policiais penais foram mortos. A maioria das mortes ocorreu em Belém e em municípios da RMB.

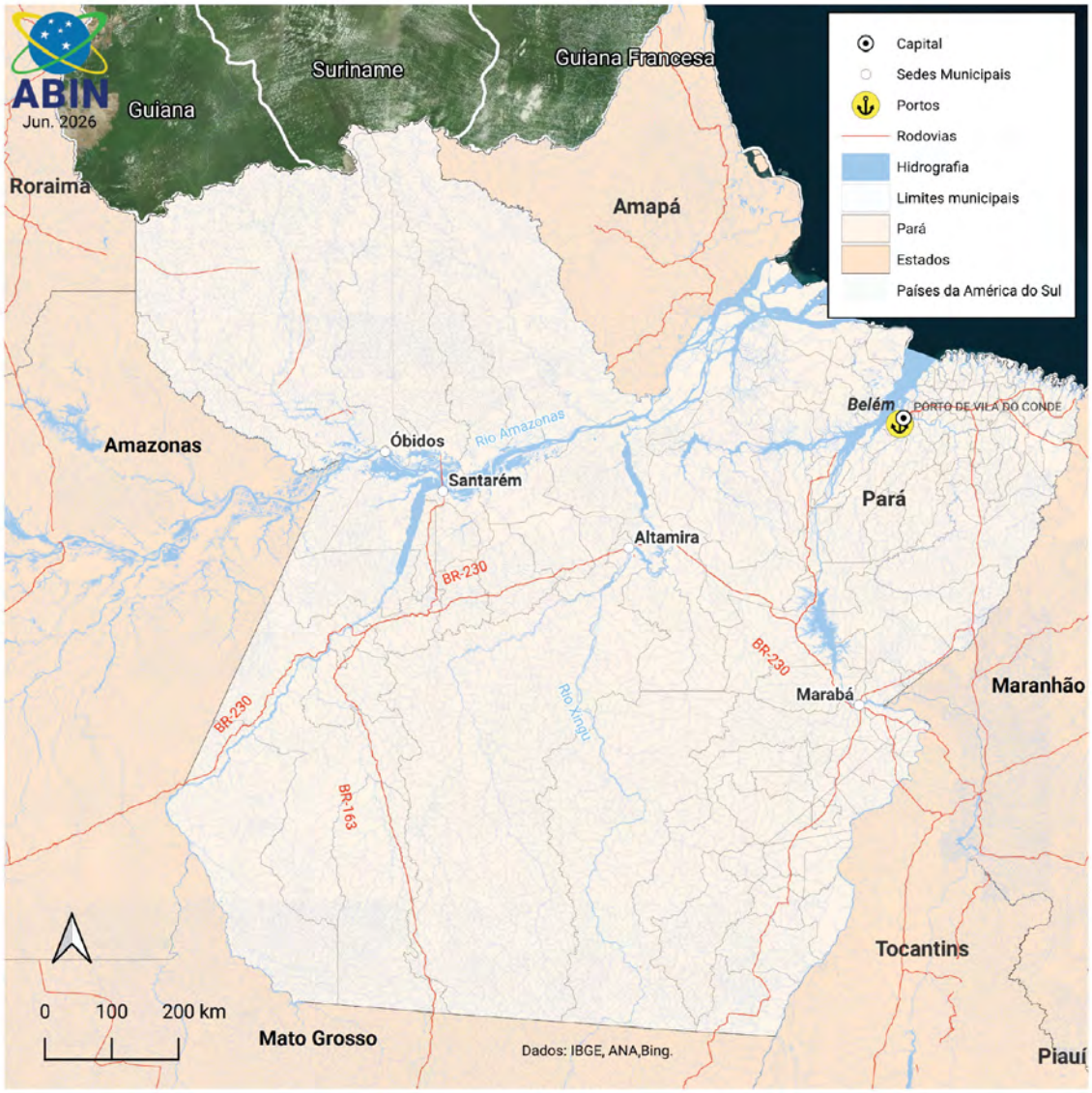
Outro fenômeno identificado no Pará é a presença de grupos análogos a milícias na RMB. Eles se formaram a partir de servidores das forças de segurança estaduais que se corromperam para a prestação de serviços de segurança privada valendo-se de seus cargos públicos. Suas formas de agir consistem em assassinatos, mediante compensações financeiras, segurança particular a traficantes e comerciantes, apropriação ou roubo de drogas apreendidas de traficantes e usuários de entorpecentes. A expansão do CV em bairros periféricos da RMB provocou, contudo, a redução de grupos milicianos, que perderam espaço e ficaram desarticulados nesses locais.

14 https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-07/sobe-para-62-o-numero-de-mortos-em-briga-de-faccoes-no-para

↑ SUMÁRIO

Figura 14

Mapa do estado do Pará



Cenário criminal do Pará: análises e perspectivas

Quando comparadas com outras organizações criminosas atuantes no Brasil, as facções criminosas paraenses apresentam-se como relevantes no cenário nacional, com destaque para o CV que foi considerado com relevância muito alta. Já PCC e CCA foram avaliados com relevância média nacionalmente.

No cenário criminal do Pará, avaliado em junho de 2025, o CV apresenta relevância muito alta, como principal ator criminoso do estado, sobretudo quando em comparação com os demais grupos criminosos atuantes nesse território. O PCC apresenta relevância média,

↑ SUMÁRIO

com destaque para sua importância na logística do narcotráfico de grande escala, porém com pouca influência territorial e número de membros (presos ou em liberdade). Ainda, o CCA também apresenta relevância média no Pará, com atuação concentrada em municípios no Sul e Sudeste do estado, principalmente Altamira, mas com influência no sistema prisional do estado onde possui histórico de ataques violentos contra seus rivais.

O CV tende a permanecer como principal facção criminosa do Pará, valendo-se sobretudo da sua vinculação com criminosos de outros estados, como o Rio de Janeiro e da recente diversificação de ilícitos praticados, como as práticas extorsivas contra comerciantes e moradores de comunidades carentes sob influência do grupo. Outros grupos atuantes no estado, como a FTA e alguns resquícios de grupos análogos às milícias fluminenses, não obtiveram pontuação mínima para avaliação de relevância.

RONDÔNIA

O estado de Rondônia apresenta aproximadamente 1.500 quilômetros de fronteira com a Bolívia, sendo a maior parte formada por florestas. O Rio Madeira, que banha os estados de Rondônia e do Amazonas, é o segundo maior rio de toda a região amazônica com extensão aproximada de 1.459 km dentro do território brasileiro. A dificuldade do estado em fiscalizar esses aspectos geográficos representa vulnerabilidades exploradas por organizações criminosas.

O estado de Rondônia é utilizado como rota de passagem para o tráfico de drogas e de armas, não existindo dominância das rotas por nenhuma organização criminosa. Os principais pontos de entrada de entorpecentes e de produtos provenientes de contrabando e descaminho estão localizados em três cidades: Guajará-Mirim/RO, Costa Marques/RO e Pimenteiras do Oeste/RO.

A cocaína produzida na Bolívia entra em Rondônia, principalmente, pelos modais aéreo, fluvial e rodoviário. No modal terrestre, são utilizadas a BR-364 ligando Rondônia aos estados do Mato Grosso, do Acre e à Bolívia; BR-319 ligando Rondônia ao estado do Amazonas; e BR-429 também ligando Rondônia à Bolívia. Em geral, são utilizados carros de passeio e caminhões para o transporte de entorpecentes, inclusive com uso de batedores para identificar fiscalização. Também há utilização de passageiros de ônibus interestaduais para transporte de drogas.

No modal fluvial, o transporte de drogas é feito em pequenas embarcações, durante o período noturno, pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé que ligam o estado rondoniense

↑ SUMÁRIO

aos estados de Mato Grosso e Amazonas, além da Bolívia e do Peru. Nesse contexto, o distrito de Surpresa (pertencente a Guajará-Mirim), na confluência do Rio Mamoré com o Rio Guaporé, estaria se tornando ponto estratégico para o tráfico de drogas, uma vez que só se tem acesso por meio de embarcação ou aeronave.

No modal aéreo, o transporte é feito por aeronaves de pequeno porte que levam, em média, 15 minutos para decolarem da Bolívia, arremessarem carregamentos de drogas e armas em Seringueiras/RO e São Miguel do Guaporé/RO e retornarem ao país de origem. Os voos são realizados nas primeiras horas da manhã, em baixa altitude, com manobras circulares sobre os pontos de arremesso e retorno imediato ao território boliviano. Organizações criminosas utilizam pistas de pouso clandestinas em fazendas próximas às BR-364, BR-319, BR-429 e BR-425 para recebimento de carregamento de drogas e ocultação de entorpecentes e armamentos. Em Rondônia, há oito aeroportos, sendo um aeroporto internacional e sete aeroportos regionais. O aeroporto internacional situa-se na capital Porto Velho, enquanto os demais estão localizados nas cidades de Ariquemes/RO, Cacoal/RO, Guajará-Mirim, Ji-Paraná/RO, Pimenta Bueno/RO, Costa Marques e Vilhena/RO.

Além de tráfico de drogas e de armas, há também no estado atividades de garimpo ilegal (ouro, cassiterita e diamante) e de extração ilegal de madeira. Não há identificação de organizações criminosas atuando nessas atividades, mas é provável que essas atividades se relacionem com o tráfico de drogas. Há indícios de que traficantes brasileiros utilizariam ouro extraído de garimpos ilegais como forma de pagamento para fornecedores bolivianos. Além disso, a infraestrutura logística utilizada para o escoamento de minérios e madeiras ilegais serviria também para o escoamento de drogas.

Nas principais cidades do estado, localizadas às margens da BR-364, há presença de facções criminosas. Contudo, o domínio territorial nessas cidades seria exercido de maneira difusa, diferentemente do que ocorre na capital Porto Velho. O tráfico existente nessas cidades seria voltado à logística de interiorização da droga vinda, sobretudo, da Bolívia e do Peru. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025), em 2023, foram apreendidas aproximadamente nove toneladas de drogas em Rondônia. Em 2024, foram contabilizadas cinco toneladas de drogas apreendidas, sendo 1,7 tonelada de cocaína e 3,2 toneladas de maconha.

Na capital Porto Velho, as organizações criminosas utilizam condomínios situados na periferia da cidade para exercerem o seu domínio territorial. Nas regiões onde estão situados

↑
SUMÁRIO

esses condomínios, os criminosos chegaram a estabelecer regras de conduta, como exigir que motoristas abaixassem os vidros do carro para acessar determinadas ruas[15].

As organizações criminosas surgiram em 2009 no estado de Rondônia, após as primeiras transferências de presos ligados às principais facções do Brasil para a Penitenciária Federal de Porto Velho (PFPV). Atualmente, há presença de três facções criminosas relevantes no estado: Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e Tropa da Revolução (TDR). Rondônia é o único estado da Região Norte que tem presídio federal e pode receber presos de várias facções e diferentes regiões do país. Atualmente, a população prisional do sistema penitenciário estadual de Rondônia conta com aproximadamente 15.000 custodiados.

Outro grupo que atuou muito tempo no estado foi a facção autóctone Primeiro Comando do Panda (PCP), que perdeu sua relevância de atuação no estado. O PCP manteve aliança com o PCC na rivalidade com o CV, na disputa pelo domínio de territórios. A aliança foi desfeita em 2021 e, atualmente, a facção detém a atuação residual no estado. Da mesma forma, pontualmente, há em Rondônia a presença de grupos acreanos e de outros locais que buscam os acessos fronteiriços ou da logística do estado, mas sem necessariamente presença territorial estruturada. A atuação de organizações criminosas em Rondônia não é desvinculada da atuação em outros estados da federação. É comum que as ordens para ações das facções em Rondônia tenham origem em outros estados. As ordens recebidas pelo CV de Rondônia para a série de atentados ocorridos em janeiro de 2025 partiram de faccionado que cumpre pena no estado do Mato Grosso. Já as ordens recebidas pelo PCC para homicídio de uma faccionada que estava se relacionando com um faccionado do CV, em Porto Velho, vieram da cidade de São Paulo.

15 https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/11/27/conflitos-faccoes-criminosas-em-rondonia.htm

↑ SUMÁRIO

Figura 15

Mapa do estado de Rondônia



Cenário criminal de Rondônia: análises e perspectivas

O cenário nacional das organizações criminosas em Rondônia apresenta o Comando Vermelho classificado como de relevância alta, o Primeiro Comando da Capital como média e a Tropa da Revolução como baixa. No nível estadual, o CV apresenta relevância muito alta, o PCC alta e a TDR baixa. Nesse contexto, o CV se destaca em influência territorial, capacidade operacional e domínio de áreas estratégicas de Rondônia. O PCC, por sua vez, apresenta maior capacidade econômica e financeira e influência territorial equivalente à do CV. Por fim, a TDR apresenta capacidade baixa de atuação nesses atributos. Outros grupos atuantes no estado não configuraram como relevantes segundo a metodologia adotada.

↑ SUMÁRIO

Essa dinâmica de atuação das organizações criminosas em Rondônia, sobretudo de CV e PCC, tende a permanecer gerando embates entre seus integrantes. É provável que o conflito entre as facções continue a impactar os indicadores de violência, principalmente na capital Porto Velho. Além disso, as vulnerabilidades presentes no estado, como fronteira porosa e baixa capacidade de fiscalização em estradas e rios, continuam a representar oportunidade para atuação dos grupos criminosos que internalizam entorpecentes provenientes da Bolívia e do Peru. Por fim, é provável que a presença das facções nos residenciais populares de Porto Velho permita a prática de ilícitos criminais como extorsão e cobrança de taxas de moradores, bem como a exploração de serviços lícitos, a exemplo de serviços de fornecimento de internet e televisão a cabo.

RORAIMA

O mercado de narcóticos de Roraima é relativamente pequeno, o que é justificado pelo reduzido número de habitantes do estado, isolamento geográfico terrestre e limitadas rotas de acesso a essa Unidade da Federação. O consumo de entorpecentes se concentra na cidade de Boa Vista, onde reside cerca de 70% da população do estado, sendo relevante também nas áreas de garimpo, onde, embora o mercado seja quantitativamente pequeno, os preços dos narcóticos podem atingir valores bastante elevados.

Apesar de ter um varejo pouco relevante, Roraima apresenta logística interessante para as organizações criminosas, que utilizam pistas, suprimentos, estrutura de estoque e aeronaves relacionadas ao garimpo para a distribuição de narcóticos. Essas estruturas são utilizadas tanto para saída de drogas do Brasil, com direção à Venezuela, Guiana e Suriname, quanto para a entrada no país, geralmente com carregamentos de maconha skunk e cocaína originárias da Colômbia. A chegada ao Brasil é muitas vezes precedida por rotas fluviais entre a Colômbia e o estado do Amazonas, as quais se utilizam dos rios Japurá, Içá, Solimões e Negro. No caso do emprego estrito de aeronaves, é comum a droga passar ainda pelo território venezuelano, em especial pela região de Apure/Venezuela.

No modal rodoviário, o transporte de entorpecentes ocorre principalmente pela BR-174, com origem em Manaus e destino a Boa Vista, a garimpos ou a municípios ao sul de Roraima, geralmente voltado para o tráfico de drogas com foco no consumo. Há casos em que a droga seria destinada a outro estado, sendo utilizado modal aéreo em pistas ilegais ou mesmo voos comerciais no Aeroporto Internacional de Boa Vista.

↑
SUMÁRIO

O skunk, tipo de maconha com maior concentração de psicoativos, é o entorpecente mais apreendido em Roraima. Foram apreendidas mais de duas toneladas dessa droga nos últimos cinco anos em diferentes pontos do estado. Em alguns casos, as drogas foram encontradas juntamente com a contabilidade de garimpos e quantidades de ouro e cassiterita, evidenciando a correlação e a convergência entre o narcotráfico e a mineração ilegal.

Embora o narcotráfico seja pouco relevante no contexto nacional, Roraima é central no cenário da mineração ilegal. O estado apresenta abundância e diversidade de recursos minerais, riqueza cuja exploração foi central para a ocupação e desenvolvimento de Roraima. Atualmente, a mineração ilegal no estado concentra-se no ouro e na cassiterita, extraídos majoritariamente em Terras Indígenas (TI), em especial a TI Yanomami, que ocupa quase toda a porção noroeste do estado.

Essa interconexão entre as práticas ilícitas ocorrentes no estado vem ocorrendo, muitas vezes, pelo modal aéreo. Muitos aviões de pequeno porte aproveitam os trajetos de ida e vinda das áreas de mineração ilegal de ouro para levar entorpecentes. Nesse sentido, muitas propriedades rurais no entorno da TI Yanomami, com destaque para Mucajaí/RR, são utilizadas como pistas de pouso, onde já ocorreram apreensões de diversos carregamentos de skunk.

No norte de Roraima, a BR-174 leva a Pacaraima/RR, cidade que faz fronteira com Santa Elena do Uairén/Venezuela, onde há fluxo intenso de migrantes desde 2016. Parte dos fluxos ilícitos ocorre por estradas de terra alternativas, conhecidas como *trochas*, utilizadas por criminosos para ingressar artigos ilegais no Brasil, notadamente pistolas, as quais muitas vezes seguem para Manaus.

Na porção leste do estado, a BR-401 conecta Boa Vista a Bonfim/RR, cidade que faz fronteira com Lethem/Guiana, onde é produzida maconha que também abastece o mercado local de Roraima. Diversos itens são contrabandeados a partir da Guiana para Boa Vista, dentre eles o mercúrio que supre os garimpos situados na TI Yanomami.

Entre 2002 e 2010, a principal organização criminosa atuante em Roraima era o Primeiro Comando da Maioria (PCM), grupo originado na Penitenciária Agrícola Monte Cristo (Pamc). Em 2011, após as forças de segurança do estado descobrirem plano para executar agentes públicos, os líderes da facção PCM foram transferidos para presídios federais.

A partir de 2012, ocorre processo de ascensão da Família do Norte (FDN) na Pamc, com as lideranças desse grupo transferidas para o Sistema Penitenciário Federal (SPF), em maio de 2013. Nesse período, integrantes da PCM foram transferidos para o SPF, onde se filiaram ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Desde então, a célula da facção se tornou a mais

↑
SUMÁRIO

relevante em Roraima, único estado da região norte no qual a organização paulista é mais numerosa e demonstra maior capacidade operativa do que o Comando Vermelho (CV).

Ao longo de 2016 e 2017, ocorreu grande tensionamento entre as facções no estado, o qual resultou em sucessivos atos de violência. Em outubro de 2016, membros do PCC invadiram ala do Comando Vermelho na Pamc e assassinaram dez indivíduos, entre eles a principal liderança da facção carioca no estado[16]. Em 06 jan. 2017, membros do PCC na Pamc executaram 33 outros detentos como resposta à chacina ocorrida no Amazonas dias antes[17].

Tais fatos desencadearam nos meses seguintes crise de segurança pública, com sucessivos embates entre facções e ataques a autoridades. Em apoio a Roraima foram deflagradas ações federais, no âmbito da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) em 2018 e da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco) em 2019.

Os indicadores de violência de Roraima chegaram a ser os mais elevados do país em 2018[18], período em que convergem o enfrentamento entre as facções e um *boom* demográfico motivado pela intensificação da migração venezuelana. Embora a FTIP tenha deixado a Pamc no fim de 2021, o aprimoramento da gestão penitenciária local resultou em melhora permanente no ambiente de segurança da unidade. Os indicadores de violência de Roraima têm apresentado redução desde 2022, com o estado registrando em 2024 os menores números da Região Norte.

Atualmente, as principais organizações criminosas presentes em Roraima são as brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), e as venezuelanas Tren de Aragua e Tren de Guayana, além de grupos criminosos também de origem venezuelana que atuam de forma autônoma (*pandillas*). Concernente à relação entre PCC e CV, há amplo histórico de rivalidade e enfrentamentos violentos entre integrantes dos dois grupos nas ruas e no sistema prisional. Contudo, desde os confrontos ocorridos em 2017, notou-se redução na animosidade entre as duas organizações criminosas. O PCC segue sendo o grupo com maior influência em quase todos os municípios do estado. A maior parte dos presos ligados a facções criminosas encontra-se na Pamc, havendo faccionados também em outras unidades de menor porte.

O cenário de Roraima apresenta como particularidade o protagonismo da mineração na dinâmica criminal do estado, o que se traduziu em um engajamento expressivo de faccionados e organizações criminosas na atividade. É bem conhecida a atuação e presença de

16 https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/10/confronto-entre-presos-de-rr-deixa-10-mortos-e-6-feridos-afirma-sejuc.html

17 https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-01/roraima-33-pessoas-morrem-em-presidio

18 https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/02/27/roraima-e-o-estado-com-maior-numero-de-mortes-violentas-no-brasil-em-2018.ghtml

↑ SUMÁRIO

integrantes do PCC nos garimpos da região do Alto Rio Uraricoera. Há ainda em Roraima atuação histórica de milícias e organizações criminosas integradas por policiais e ex-policiais na exploração ilegal de ouro e atividades ilícitas conexas, como a aviação irregular que atende aos garimpos situados na TI Yanomami.

Figura 16

Mapa do estado de Roraima



Cenário criminal de Roraima: análises e perspectivas

O cenário das organizações criminosas em Roraima apresenta o PCC classificado com relevância nacional alta, enquanto o Comando Vermelho e os grupos venezuelanos (Tren

↑ SUMÁRIO

de Aragua, Tren de Guayana e Pandillas) apresentam relevância nacional média. No nível estadual, contudo, o PCC apresenta relevância muito alta, justificando-se em grande parte pelo controle e amplitude no mercado de varejo de drogas e pela atuação na fronteira, de forma que Roraima segue sendo o único estado da região norte do país no qual o PCC encontra-se em posição de predomínio.

No âmbito estadual, os grupos venezuelanos tiveram sua relevância avaliada como alta, entre outros fatores pela diversificação de atividades ilícitas desempenhadas além do tráfico de drogas. Já o Comando Vermelho teve relevância estadual classificada como média em Roraima, tendo relevância principalmente pela atuação na fronteira e na divisa com o Amazonas.

Apesar desse histórico de prevalência em Roraima, o PCC sofre atualmente pressões do CV (dominante no Amazonas e expressivo no sul de Roraima) e dos grupos venezuelanos, que se encontram em evidente expansão em Boa Vista. A retração vivenciada pelo PCC no cenário criminal amazonense e os riscos de intensificação dos fluxos migratórios venezuelanos[19] sugerem, contudo, um contexto de maiores dificuldades para a manutenção da prevalência do PCC em Roraima.

TOCANTINS

O estado do Tocantins é relevante para o crime organizado principalmente pela sua centralidade física no território nacional, atraindo interesse, sobretudo, dos grandes distribuidores de drogas que se utilizam de articulação entre os modais aéreo e terrestre. Quanto ao varejo de drogas do estado, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) disputam território em processo que se intensificou a partir de 2023, quando ocorreu embate violento entre os dois grupos.

O Tocantins faz divisa com Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pará e, em função de sua localização na região central do país, possui expressiva relevância logística. Diversas quadrilhas e redes multimodais de narcotráfico se utilizam das conexões entre as rodovias do estado e as numerosas pistas de pouso situadas em fazendas, que muitas vezes funcionam como local para a armazenagem de grandes carregamentos de drogas.

O tráfico de drogas em modal terrestre é favorecido pela existência de conexões rodoviárias federais e estaduais que cruzam longos trechos de baixa densidade e fiscalização reduzida. A BR-153 conecta Marabá/PA ao centro-sul do Brasil, sendo recorrentemente uti-

19 A intensificação dos fluxos migratórios venezuelanos se apresenta como tendência em cenário de persistência da crise econômica e política do país e da restrição à migração com destino aos Estados Unidos.

↑ SUMÁRIO

lizada por organizações criminosas, embora existam diversas alternativas logísticas menos monitoradas. No ano de 2024, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu no município de Guaraí/TO carregamento de mais de 1.100 quilos de drogas, entre maconha, cloridrato de cocaína e pasta base, ocultado dentro de um caminhão.

O tráfico de drogas no Tocantins se utiliza recorrentemente do modal aéreo, aproveitando-se da baixa capacidade de fiscalização e da abundância de pistas de pouso irregulares em fazendas do estado. Dados de 2022 indicam a existência de mais de 100 pistas de pouso clandestinas no Tocantins, encontrando-se a maior parte delas em municípios do interior do estado. A maior apreensão de cocaína já realizada no país ocorreu em fazenda situada em Guaraí (TO), em 1994 (mais de sete toneladas), e estava vinculada a grupo atuante na tríplice fronteira Brasil/Peru/Colômbia, que utilizava propriedade no Tocantins como entreposto para redistribuir a droga.

Diversas operações realizadas recentemente pela Polícia Federal (PF) também identificaram a atuação de grandes quadrilhas que operam a partir do modal aéreo. A operação Flak investigou quadrilha que traficava grandes quantidades de cocaína se utilizando de pequenos aviões e fazendas no estado, onde era estocado e distribuído entorpecente com destino, sobretudo, ao Suriname. Em 2023, a PF deflagrou a Operação Rota Caipira, com o objetivo de reprimir o tráfico de cocaína oriunda da Bolívia, Peru e Colômbia, com destino a UFs do Norte e Nordeste por meio de complexa estrutura aérea.

Em 08 abr. 2025, a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/TO) realizou a apreensão de mais de 565 quilos de cloridrato de cocaína e armas de uso restrito na cidade de Porto Nacional/TO, havendo evidências da atuação de indivíduos ligados ao PCC na estrutura criminal desarticulada. Há ainda confirmação, a partir de investigação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/GO), do uso de pistas de pouso clandestinas em Tocantins por quadrilhas ligadas à organização criminosa goiana Amigos do Estado (ADE). A recorrência desses episódios ressalta a relevância do estado para a logística aérea e terrestre do atacado de cocaína no Brasil e para o trânsito da droga com destino à exportação.

Já o varejo de drogas do estado é relativamente pequeno e pouco relevante em perspectiva nacional, sendo disputado por PCC, CV e, com relevância bem menor, por quadrilhas ligadas à ADE, mais presentes na divisa com o estado de Goiás. Embora existam evidências anteriores de presença do PCC, a origem das grandes facções em Tocantins é geralmente correlacionada à rebelião ocorrida em dezembro de 2009, no Presídio Barra da Grota, em Araguaína/TO, que resultou na transferência dos presos de maior periculosidade para unidades federais. Avalia-se que o retorno desses presos ao Tocantins após o convívio com

↑ **SUMÁRIO**

lideranças criminais de outras partes do país nos presídios federais teria resultado nos principais vínculos entre os criminosos locais e grandes facções como o CV e o PCC.

As tensões entre CV e PCC tiveram seu momento mais relevante em Palmas no ano de 2023, quando ocorreu intensa disputa, sobretudo, pela hegemonia do tráfico de drogas em Palmas, capital do estado. Os homicídios nesse período apresentaram aumento de 277% em relação ao mesmo período de 2022. Estruturas do PCC de São Paulo teriam enviado armas para a célula do Tocantins, visando apoiá-la no embate com o CV.

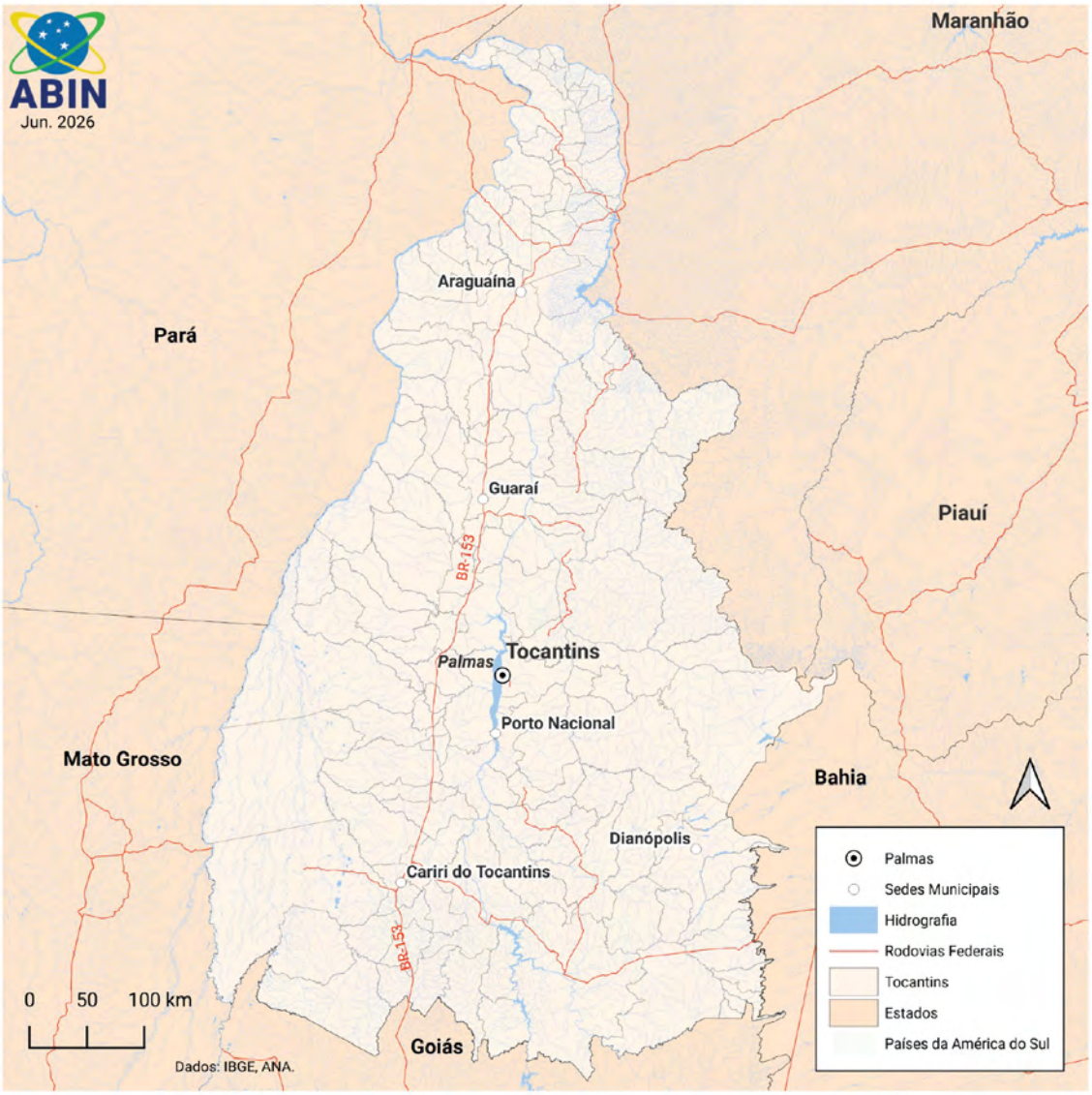
A redução dos confrontos e assassinatos entre faccionados na capital ocorreu depois das prisões de lideranças dos dois grupos, realizadas entre junho e agosto de 2023. Investigações sobre a onda de violência de 2023 apontaram as lideranças do Comando Vermelho como principais mandantes dos homicídios ocorridos em Palmas no primeiro semestre de 2023. No cenário de disputa entre os grupos, haveria pequena superioridade do PCC, a qual se traduz em maior quantidade de membros nas ruas e prisões. Desde a trégua proposta entre as cúpulas do CV e PCC no primeiro semestre de 2025, a tensão entre as organizações teria sido reduzida.

Os grupos seguem, contudo, separados em pavilhões ou raios específicos, visando minimizar a possibilidade de conflitos. Haveria superioridade numérica de detentos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. Há ainda presença no sistema prisional do Tocantins de integrantes de outras organizações do país como a já mencionada ADE, o Bonde dos 13 do Acre e o Bonde do Maluco da Bahia, sendo que tais grupos não possuem, no entanto, relevância territorial fora dos presídios, atuando pontualmente em regiões ou localidades da capital ou perto das divisas dos seus estados de origem.

↑
SUMÁRIO

Figura 17

Mapa do estado do Tocantins



Cenário criminal em Tocantins: análises e perspectivas

Em perspectiva nacional, a relevância do PCC ativo em Tocantins é alta, enquanto a do CV local é estimada como média, em avaliação realizada em junho de 2025. Já no cenário do crime organizado do estado, a relevância de ambas as facções é classificada como alta. Embora o núcleo local do PCC possua maior número de integrantes e conexões mais evidentes com o atacado de grandes quantidades de drogas, o Comando Vermelho adota conduta mais violenta, com amplo histórico de ataques armados a rivais e ameaças a autoridades.

↑ SUMÁRIO

As operações recentes realizadas pelas polícias do Tocantins enfraqueceram o Comando Vermelho, impondo limite ao processo expansivo que o grupo almejava, iniciado com o recrutamento de importante liderança da Amigos do Estado (ADE) para a facção carioca em 2023. Outras facções atuantes no estado, como a goiana ADE e a baiana Bonde do Maluco (BDM) não se configuraram como relevantes segundo a metodologia utilizada.



↑
SUMÁRIO

Cenários estaduais, por Região

Região Nordeste

ALAGOAS

O tráfico de drogas e o ambiente prisional estão entre os principais indutores da criminalidade organizada no estado de Alagoas. Organizações criminosas exploram vulnerabilidades dos modais de transporte para escoar entorpecentes e armas trazidas de outros estados tanto para consumo local quanto para o envio para outros estados do Nordeste ou mesmo para o exterior. Ao mesmo tempo, facções prisionais atuantes no estado disputam poder, influência e controle de negócios ilícitos, com foco no varejo de drogas.

A importância do estado para as organizações criminosas é determinada pela posição geográfica, que permite conexão de rotas de distribuição de drogas e armas desde estados do Sudeste, Centro-Oeste e Norte a mercados consumidores do estado e da região Nordeste, principalmente os vizinhos Bahia, Sergipe e Pernambuco. A demanda local por drogas se concentra em áreas urbanas mais densamente povoadas, a exemplo da capital Maceió e de Arapiraca/AL, no interior, e centros turísticos, como cidades do litoral Norte.

Prevalecem as rotas de drogas terrestres, principalmente por meio de rodovias federais que cortam o estado. A BR-101 se destaca por conectar as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste pelo litoral. Pela BR-104, a capital Maceió se integra ao interior dos estados de Pernambuco

↑ SUMÁRIO

(Caruaru), Paraíba (Campina Grande) e Rio Grande do Norte (Santa Cruz e Lajes). Já a BR-316, liga Maceió a Belém/PA, passando pelo interior dos estados de Pernambuco, Piauí e Maranhão. Tal importância logística implica a utilização do território para estocagem temporária de drogas para varejo e exportação, seja em propriedades rurais, seja em imóveis urbanos, como armazéns.

Além do modal terrestre, as organizações também exploram vulnerabilidades de logística para rotas marítimas e aéreas, sobretudo visando a envios ao exterior. Destacam-se como principais pontos de assédio por criminosos o Porto de Maceió, devido ao transporte de cargas, e o aeroporto internacional Zumbi dos Palmares, que opera voos regulares para a Europa e países da América do Sul.

A centralidade logística de Alagoas reforça sua condição de elo funcional em cadeias interestaduais. Em contextos de rivalidade faccional relativamente equilibrada, a estabilidade logística pode representar ativo estratégico para as organizações, sobretudo quando associada à capacidade de estocagem temporária e redistribuição de cargas sem necessidade de controle ostensivo de todos os territórios atravessados.

Duas facções se sobressaem no cenário criminal de Alagoas. De atuação nacional, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) estendem suas rivalidades ao longo do território do estado. Num plano secundário, há atuação do grupo autodenominado Neutros, composto majoritariamente por dissidentes daquelas facções nacionais. A organização criminosa opera de forma independente e em oposição às duas outras organizações. Os três grupos travam um conflito violento pela hegemonia dos negócios ilícitos.

A dinâmica de alianças e hostilidades entre facções em Alagoas repercute em confrontos e eventos violentos que perturbam a ordem pública e impactam o cotidiano da população. Rebeliões em presídios, interdição de vias públicas, incêndios a ônibus e depredação de imóveis públicos são exemplos de ações motivadas por disputas de poder ou eventuais retaliações a políticas ligadas à segurança pública e ao cumprimento de penas. Destacam-se incidentes violentos nas prisões do estado e tentativas de rebeliões coordenadas no início de 2017, na esteira do conflito nacional entre PCC e CV, que motivou onda de assassinatos dentro de presídios em diferentes estados.

PCC e CV apresentam características semelhantes: possuem estatuto próprio, mantêm-se ativos nas unidades prisionais e exercem influência em bairros e regiões carentes e periféricas. Nestas localidades, os grupos impõem suas regras e passaram a replicar métodos análogos aos das milícias fluminenses ao extorquir comerciantes e moradores locais a fim de angariar recursos para a aplicação em atividades ilícitas, como tráfico de drogas e ar-

↑ **SUMÁRIO**

mas. Como ocorre em diversos estados pelo país, há registros de assédios a autoridades por parte de facções, na tentativa de cooptá-los a participarem de esquemas envolvendo ilícitos que as financiam ou coagi-los a concederem privilégios, como remoções dentro do sistema carcerário ou vantagens no cárcere.

Historicamente, o PCC exerceu predominância na capital Maceió, enquanto o CV ainda possui maior relevância no interior de Alagoas. No entanto, vem-se observando processo de avanço do CV em todo o estado. Dos 102 municípios alagoanos, foi detectada a presença do CV em 51, enquanto o PCC está presente em 42 municípios. Somente sete municípios não registram atividades de facções.

O avanço territorial do CV constitui o principal movimento dinâmico recente no estado. Ainda assim, expansão não equivale automaticamente à hegemonia. As ações violentas associadas a esse processo podem ser compreendidas como instrumentos de manutenção e tentativas de ampliação de áreas de influência, e não como evidência de controle pleno ou estabilidade definitiva, o que indica a permanência de um cenário aberto e disputado.

O grupo criminoso conhecido como Neutros é composto por integrantes que agem de forma independente e sem alinhamento automático às duas facções de alcance nacional (PCC e CV) presentes em Alagoas. Além de gerar oportunidade de alianças pragmáticas, seguindo conveniência e atendendo a interesses específicos, a alegada neutralidade também funciona como subterfúgio para evitar agravamento de penas por vínculo a determinada facção, o que configura crime de organização criminosa. O recrutamento para integrar o Neutros inclui a disseminação de ideário por uma vida autônoma e independente de facções.

O entorno da divisa entre Alagoas e Pernambuco estabeleceu-se como área de disputa entre organizações criminosas, em razão do mercado ilícito de drogas. As cidades do litoral norte alagoano tornaram-se atrativas para a criminalidade organizada em função da localização estratégica e pelo crescente movimento turístico. As facções pernambucanas Trem Bala, Comando Litoral Norte (CLN) e Comando Litoral Sul (CLS) buscam expansão para o litoral do estado de Alagoas e operam em regime de aliança com o Comando Vermelho (CV). Os embates causados por essa dinâmica criminal na Zona da Mata e Litoral Norte alagoanos, nos últimos dois anos, têm repercutido no aumento da violência nos municípios localizados nas microrregiões.

↑
SUMÁRIO

Figura 18

Mapa do estado de Alagoas



Cenário criminal em Alagoas: análises e perspectivas

Avaliação realizada em junho de 2025 aponta média relevância nacional para CV e PCC ativos em Alagoas. Já no cenário do crime organizado no estado, ambas as facções foram classificadas com relevância alta. O comércio de drogas na capital, no interior e em polos turísticos do litoral está em constante disputa, catalisando violência e ganho de influência territorial dessas organizações. A conjuntura é de aparente equilíbrio de forças no estado entre as facções de atuação nacional, com leve vantagem para o CV, evidenciado nos níveis atualmente observados de capacidades econômica e financeira e domínio de áreas estratégicas do estado.

↑ SUMÁRIO

Esse equilíbrio com leve vantagem do CV não deve ser interpretado como sinal de hegemonia consolidada, mas como expressão de um arranjo competitivo relativamente estabilizado, no qual o PCC permanece como ator estruturalmente relevante no estado. As facções não se configuram como blocos homogêneos ou entidades fixas, mas como atores inseridos em um campo de disputas materiais e simbólicas em permanente reconfiguração, no qual oscilações territoriais não eliminam capacidades organizacionais acumuladas.

As condições criminais de Alagoas, hoje percebidas pelas organizações criminosas como oportunidades para a obtenção de lucros por meio de atividades ilegais, configuram importante atrativo para o estabelecimento de redes e bases de atuação. Por conseguinte, é muito provável que CV e PCC sigam rivalizando em influência, uma vez que a atuação e a presença destes grupos nos municípios e prisões do estado apontam certa equivalência e estabilidade local. Apesar do avanço do CV observado no litoral norte, o equilíbrio entre as duas principais forças criminais do estado tende a persistir em curto prazo, com tendência de fortalecimento do CV a médio prazo.

Além do CV e PCC, há presença territorial, ainda que reduzida, de organizações criminosas de Pernambuco e do grupo criminoso Neutros no estado. Contudo, o grupo não aparenta possuir estrutura definida, apresentando-se como opção para criminosos que não têm intenção de aderir às facções nacionais e mantendo forma de atuação independente e sem alinhamento com os desígnios das lideranças dos outros grupos criminosos. Até o momento, considerou-se que esses grupos não atingiram os critérios mínimos de relevância para constar no trabalho, mas constituem um repertório organizacional que merece acompanhamento, ainda que sem superdimensionamento.

BAHIA

O estado da Bahia possui a maior extensão costeira do Brasil (cerca de 1.100 quilômetros), além de fazer divisa com diversos estados (Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Tocantins). Seu território é cortado por diversas rodovias dentre as quais a BR-101, BR-423, BR-407, BR-324, BR-116, BR-020 e a BR-242. Em termos econômicos, detém o maior PIB em valores absolutos entre todos os estados do Nordeste, com destaque para o setor de serviços, sobretudo, o turismo; as atividades da indústria de transformação; e a agropecuária. Essas características, aliadas ao grande mercado consumidor, dado que a Bahia possui a maior população da região Nordeste, tornam o estado atrativo para o mercado de narcotráfico brasileiro.

↑
SUMÁRIO

O surgimento das facções criminosas na Bahia remonta à criação da Comissão da Paz, em 2007, no Complexo Prisional da Mata Escura, em Salvador. Posteriormente o grupo adotou a nomenclatura Comando da Paz (CP) e sofreu diversas dissidências que deram origem a outros grupos, compondo um cenário complexo e fragmentado de alianças e rivalidades na Bahia, que permanece até hoje, por meio da presença de diversos grupos locais, porém com tendência de concentração de polos criminais capitaneados por algumas organizações criminosas específicas.

Atualmente, o Bonde do Maluco (BDM) permanece como o maior grupo criminoso do estado, embora frequentemente suas próprias fissuras internas ameacem sua posição em relação aos demais. O Comando Vermelho (CV) vem expandindo sua influência desde 2020 na Bahia e alcançou o patamar de segunda força em presença territorial para a condução do narcotráfico de varejo na capital, além de ser um relevante fornecedor de recursos para grupos criminosos menores nos demais municípios baianos. Já o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Terceiro Comando Puro (TCP) se estabeleceram inicialmente no estado como fornecedores e aliados do BDM, adotando maior inserção na disputa de mercado do microtráfico baiano apenas recentemente, em decorrência da perda de coesão do BDM.

Nesse sentido, a partir de dois troncos principais que rivalizavam, CP e sua primeira dissidência em 2008, a Caveira (atualmente extinta), surgiram grupos criminosos que foram se expandindo e se subdividindo. Destacam-se o Comando Boqueirão (CB), o Bonde do Ajeita (BDA), a Tropa, o Bonde da Gamboa (BDG), a Ordem e Progresso (OP) e o próprio BDM. Já o grupo denominado Katiara, aliado do CV e fundado em 2014, foi criado por um assaltante de bancos e expandiu sua influência por bairros periféricos de Salvador e cidades da região metropolitana. Há ainda outras facções que surgiram nesse mesmo período histórico, em municípios distantes da capital e permanecem com influência local até hoje, como Mercado do Povo Atitude (MPA), Raio A, e Primeiro Comando de Eunápolis/BA (PCE).

A Bahia representa relevante entreposto logístico para as cargas de drogas que partem do Sudeste e do Centro-Oeste com destino aos demais estados nordestinos. As apreensões de drogas no estado indicam que essas cargas ilícitas são originárias majoritariamente do estado de São Paulo, seguidas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Segundo estatísticas compiladas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025), foram apreendidos 906 quilos de cocaína em 2023 e 1.149 quilos em 2024 no estado. Já as apreensões de maconha, totalizaram 5.870 quilos em 2023 e 5.114 quilos em 2024.

A BR-116, historicamente, apresenta os maiores índices de apreensões de drogas, sendo a região próxima a Vitória da Conquista/BA onde se concentra boa parte das ocorrências. Nessa cidade, distante 110 km aproximadamente da divisa com Minas Gerais, há presença

↑ **SUMÁRIO**

dos grupos criminosos locais, como Bonde do Neguinho (BDN), aliado do PCC, e Bonde do Nem Bomba (BNB). Os dois grupos disputam o controle e monopólio do tráfico de drogas no varejo da cidade, com maior presença territorial do BDN a oeste da BR-116, enquanto o BNB prevalece no lado leste da rodovia.

Nos últimos dois anos, Jequié/BA, município do interior baiano, tem figurado como uma das cidades mais violentas do país, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025). A escalada da violência está estreitamente ligada ao crescimento do tráfico de drogas na região e a aproximação de criminosos locais às duas maiores facções com atuação nacional. Inicialmente, o grupo criminoso denominado RR Doideira surgiu e se desenvolveu em Jequié mantendo relações próximas com o PCC por questões relacionadas ao fornecimento de drogas. Entretanto, a partir de 2018, a RR Doideira assumiu uma nova estrutura de alianças, adotando vinculação direta ao CV para obter drogas, além de enviar emissários diretamente à fronteira com o Paraguai e Bolívia.

Outra cidade com altos índices de violência no estado é Ilhéus/BA, ao sul da capital. Forças de segurança detectaram nos últimos meses um intercâmbio logístico envolvendo pessoal e material ilícito entre criminosos do município baiano e células ligadas ao TCP em Belford Roxo/RJ, na baixada fluminense, onde houve prisão de narcotraficante baiano em 13 ago. 2024[20]. O CV, por meio da parceria com o grupo local Raio A, rivaliza com o TCP na cidade, onde foram identificados membros do TCP advindos do Rio de Janeiro.

Ressalte-se que Ilhéus e Itabuna compõem uma microrregião econômica atrativa para as facções nacionais, pois fornece logística rodoviária (BR-101) e marítima (Porto de Ilhéus) para o envio de drogas para o exterior ou transporte de outras cargas ilícitas. Outras cidades do Sul da Bahia, como Porto Seguro/BA e Trancoso/BA, também se mostram atrativas em razão do turismo, que atrai recursos financeiros e aquece a demanda por entorpecentes. Ali, o CV se estabeleceu nos últimos anos como o principal fornecedor dos traficantes e das organizações criminosas locais, como o PCE.

O Recôncavo Baiano opera como zona de expansão e reacomodação de grupos pressionados na capital, absorvendo dissidências e consolidando novas bases territoriais. Já, o Oeste Baiano é território de passagem e retaguarda estratégica, com menor visibilidade de conflitos armados diretos, mas relevância logística significativa, pela sua conexão com as rotas caipira e que vêm pelo Arco Norte do Brasil. Já na capital Salvador, observa-se nos últimos meses um cenário conflagrado de enfrentamento entre organizações criminosas pelo controle do narcotráfico de varejo. O CV, aliado da Katiara, pode ser considerado o principal

20 https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/suspeito-de-liderar-faccao-criminosa-de-salvador-e-preso-no-rio-de-janeiro/

↑ SUMÁRIO

fomentador da sensação de insegurança pública soteropolitana, uma vez que o projeto de expansão territorial do grupo, iniciado por meio da aliança com o grupo criminoso baiano Comando da Paz, em 2020, passa pela incursão violenta em comunidades ocupadas pelo BDM e outros grupos rivais. Para tanto, o CV utiliza-se de armamentos longos e *modus operandi* comumente vistos no Rio de Janeiro/RJ. Os territórios em que se faz mais influente são o complexo de bairros do Nordeste de Amaralina, além da localidade do Buracão, no bairro de Tancredo Neves.

O BDM, por sua vez, permanece com maior presença territorial e influência no narcotráfico de varejo em Salvador. Desde sua criação, em 2015, adotou uma posição próxima ao PCC, de quem adquiria entorpecentes e armamento. Contudo, as lideranças do BDM optaram por não se vincular formalmente ao grupo paulista em razão das diversas obrigações que essa opção acarretaria, mantendo certa independência individual. Observa-se que a estrutura de comando do BDM é difusa, sendo comum que as principais lideranças se organizem em células que não seguem necessariamente uma diretriz central de comando. Recentemente, também após fragmentações internas do BDM, o PCC se inseriu como ator no narcotráfico de varejo e nos confrontos por territórios em Salvador, o que vai de encontro com a tendência geral do PCC em nível nacional, que vem reduzindo o engajamento territorial em prol do narcotráfico em larga escala. Em março de 2024, criminosos outrora integrantes do BDM realizaram um ataque armado em uma área dominada pelo próprio BDM, no bairro de Fazenda Coutos, em Salvador, e declararam a região como novo território sob influência do PCC[21]. O episódio enfraqueceu o relacionamento entre os grupos, que de maneira oficial se mantêm em grau de neutralidade, e aproximou ainda mais BDM e TCP.

O TCP se posiciona como alternativa de aliança para grupos locais que resistem tanto à incorporação pelo PCC quanto pelo CV, configurando uma espécie de "terceira via" com potencial para integrar dissidentes do BDM, sem significar confronto entre as duas siglas. Sua inserção ocorre, em regra, junto a grupos que compartilham o CV como inimigo comum, mas que buscam evitar a dependência ou absorção direta das principais facções no estado.

Ao contrário de outros estados, a disputa entre organizações criminosas na Bahia ocorre majoritariamente fora do sistema prisional, sem produzir grandes instabilidades no sistema carcerário. Contudo, foram registrados eventos em que criminosos faccionados conseguiram fugir de presídios e em alguns casos essa fuga ocorreu após ataques à unidade prisional e aos servidores públicos. Em 12 dez. 2024, dezesseis detentos do Conjunto Penal de Eunápolis (CPE), no extremo sul da Bahia, fugiram após um grupo de cerca de oito homens

21 https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/sem-onibus-desde-sabado-16-fazenda-coutos-vive-conflito-entre-faccoes-do-bdm-e-pcc-0324

↑ SUMÁRIO

armados invadir o local e iniciar uma troca de tiros com os seguranças. Os presos eram vinculados ao CPE[22].

Episódios de ataques a infraestruturas públicas e funcionários públicos são pouco frequentes na Bahia. As organizações criminosas possuem histórico pontual de ordenarem ataques a policiais, postos policiais e sistema de transporte urbano, quase sempre de forma reativa e pouco organizada, em decorrência de operações policiais específicas. Ressalta-se que em dias de operações policiais de grande escala, as próprias empresas de ônibus baianas reduzem suas frotas e evitam alguns itinerários, provocando impactos negativos para a população, mas evitando que seus veículos sejam alvos de vandalismo.

Foi identificado o envolvimento de organizações criminosas baianas em outros ilícitos além do narcotráfico, sobretudo a extorsão. Investigações policiais apontam que serviços como mototáxi[23] e provedores de internet devem pagar taxas para operar[24], bem como os comerciantes estabelecidos em territórios sob influência dos criminosos.

22 https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/ba/fuga-em-presidio-na-bahia-16-detentos-escapam-apos-ataque-de-grupo-armado/

23 https://todabahia.com.br/comando-vermelho-impoe-cobranca-a-mototaxistas-em-cosme-de-farias/

24 https://www.bahianoticias.com.br/noticia/283059-ssp-investiga-denuncia-de-cobranca-pelo-acesso-a-internet-por-faccao-criminosa-em-salvador

↑
SUMÁRIO

Figura 19

Mapa do estado da Bahia



Cenário criminal na Bahia: análises e perspectivas

No cenário criminal da Bahia, avaliado em junho de 2025, o BDM foi avaliado com o nível de relevância alta para o contexto nacional e muito alta para o contexto local baiano. O grupo deteve a maior nota em dois dos quatro atributos avaliados (influência territorial e capacidade operacional), empatou com o CV na capacidade de movimentar recursos financeiros e ficou em segundo no domínio das áreas estratégicas do estado.

O CV, por sua vez, apresenta relevância alta tanto no contexto nacional quanto no local, conseguindo a maior nota em domínio de áreas estratégicas do estado e em segundo na influ-

↑ SUMÁRIO

ência territorial e capacidade operacional. O PCC apresenta relevância média na Bahia e no contexto nacional, representando um novo ator no cenário do narcotráfico de varejo, que ainda está em fase de estabelecimento nos territórios para a condução de seus negócios ilícitos, enquanto o TCP da Bahia apresenta relevância baixa nacionalmente, mas média localmente, com fraca presença na capital e região metropolitana, concentrando-se em municípios do Sul do estado. Os demais grupos atuantes no estado não atingiram o patamar mínimo de relevância para a metodologia utilizada, embora possam impactar as áreas onde atuam.

Conclui-se que a realidade baiana é relevante para observar padrões de adaptação estratégica de facções nacionais em contextos de instabilidade, conferindo ao estado importância analítica no cenário nordestino e nacional. Ao mesmo tempo, a dinâmica faccional no estado não se distribui de forma homogênea, sendo possível identificar subáreas com funções diferenciadas.

Assim, o cenário baiano tende a se manter fragmentado, mas com tendência de concentração relativa em polos de grandes grupos, sobretudo as facções nacionais. Longe da capital, há tendência, em curto prazo, de manutenção de forças locais, ainda que estejam na zona de influência de PCC, CV e TCP. Por fim, tendo em vista a baixa coesão do BDM, que mesmo assim se mantém como principal grupo, o grupo tende a perder membros para rivais ou para facções nacionais que representem oposição ao CV, como PCC e TCP.

CEARÁ

O Ceará possui posição geográfica considerada estratégica, por sua proximidade com a Europa, a África e os Estados Unidos. Tal característica, em conjunto com as infraestruturas portuária e aeroportuária instaladas no estado, o torna importante centro de exportação e importação, bem como um dos principais polos turísticos do país. Posiciona-se como *hub* que conecta a fronteira Norte do Brasil com demais estados do Nordeste, sendo seu território usado como rota de passagem para entorpecentes, ponto de apoio para cargas exportadas pelos portos e aeroporto, e ainda destino final para abastecer seu mercado consumidor. No que diz respeito aos conflitos entre grupos criminosos no Ceará, observa-se que o momento atual é marcado pela disputa territorial entre o Comando Vermelho (CV), a Guardiões do Estado (GDE) e a aliança Primeiro Comando da Capital (PCC) e Tudo Neutro (TDN). A presença do Terceiro Comando Puro (TCP) é ainda incipiente. O CV tem predominância na maioria dos bairros de Fortaleza, bem como nos litorais leste e oeste do Ceará. Recentemente, o CV tem obtido sucesso na conquista de novas áreas, em virtude do enfraquecimento da GDE - decorrente de várias cisões internas e de recorrentes e sucessivas operações policiais que tiveram a facção cearense como alvo.

↑
SUMÁRIO

O cenário criminal do Ceará é altamente volátil, um dos mais voláteis do país atualmente, sendo que transformações importantes em sua configuração podem ocorrer em períodos relativamente curtos. Neste sentido, ressalta-se que o relatório reflete o cenário criminal do Ceará em junho de 2025, momento em que a facção autóctone Guardiões do Estado (GDE) ainda mantinha presença territorial relevante no estado.

No segundo semestre de 2025, a GDE foi extinta após ser absorvida pela facção aliada Terceiro Comando Puro (TCP). Entre novembro e dezembro de 2025, houve migração da maioria dos membros do TCP no Ceará para o Comando Vermelho, reduzindo a presença territorial do TCP a poucos municípios no interior do estado.

A malha rodoviária do Ceará conta com 50.209 km de rodovias, sendo: 2.313 km federais, 9.343 km estaduais e 38.553 km municipais. De modo geral, a fiscalização nas rodovias é insuficiente e constitui fator que contribui para a circulação de mercadorias ilícitas no território cearense. O estado é atendido por cinco das principais rodovias federais, nas quais são recorrentes as apreensões de drogas, armas e contrabando pelos órgãos policiais.

Segundo estatísticas compiladas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025), foram apreendidos 879 quilos de cocaína em 2023 e 1.459 quilos em 2024 no estado. Já as apreensões de maconha, totalizaram 3.515 quilos em 2023 e 9.214 quilos em 2024.

O Ceará integra as principais rotas de narcotráfico do Brasil: Caipira e Solimões. Tanto o Aeroporto Internacional Pinto Magalhães, como os terminais portuários de Fortaleza e do Pecém são empregados pelas organizações criminosas na logística de exportação de drogas ao exterior, principalmente cocaína, nas suas diversas formas (em pó, diluída em líquidos, camuflada em equipamentos).

Os entorpecentes destinados ao consumo interno são distribuídos pelas organizações criminosas nas diversas regiões do território cearense. A rota alternativa para o transporte de drogas da Bolívia aos portos do Nordeste, perpassando estados do Centro-Oeste e o Ceará, é denominada Princesinha e foi criada por duas lideranças da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) há cerca de 10 anos.

A lavagem de dinheiro é outro tipo de atividade praticada por organizações criminosas no Ceará. Essa modalidade costuma envolver estrangeiros das mais diversas nacionalidades, com destaque para italianos. Entre as principais formas de lavagem de dinheiro está a aquisição de imóveis de alto padrão por integrantes do crime organizado. Inicialmente, a compra dos imóveis ocorria em Fortaleza e na RMF. Posteriormente, a prática se expandiu para

↑ SUMÁRIO

diversos municípios da faixa litorânea e do interior do estado. Outros segmentos utilizados com frequência para lavagem de dinheiro, de acordo com investigações policiais, são: postos de combustíveis, veículos de luxo, hotéis, pousadas, restaurantes e casas de show.

O jogo ilegal (incluindo o "jogo do bicho"), os cassinos com máquinas caça-níqueis e, mais recentemente, as apostas on-line (a exemplo do jogo Tigrinho e das bets) são modalidades criminosas que as organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico no estado passaram a explorar.

A Delegacia de Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro do Departamento de Recuperação de Ativos do Estado do Ceará (DCLD/DRA) detectou indícios de que o CV se utilizou dos serviços de empresas de aposta esportiva para remeter valores ao exterior, dissimulando a natureza das transações financeiras[25]. O objetivo seria branquear capitais obtidos ilicitamente no tráfico de drogas e outros crimes, como se fossem relacionados a supostas apostas. A investigação decorreu da identificação de um indivíduo que operava em nível nacional, a partir de uma comunidade no Rio de Janeiro sob influência do CV.

A extorsão mediante sequestro e a cobrança de taxas a empresários e comerciantes para garantir o funcionamento de seus estabelecimentos também são modalidades criminosas usadas pelas organizações criminosas em território cearense, em menor escala que as citadas anteriormente. Em 2025, outro tipo de crime observado foi a extorsão de empresários do ramo de provedores de internet por parte, sobretudo, de membros da organização criminosa Comando Vermelho (CV). Uma das ações, ocorrida na Vila do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, em 26 fev. 2025, ganhou destaque na imprensa, pois chegou a interromper o serviço de internet para algumas operadoras portuárias que atuam no Porto do Pecém[26]. O funcionamento do terminal portuário, contudo, não foi afetado.

Por último, destacam-se as tentativas de interferência no processo eleitoral do Ceará, prática que tem se tornado cada vez mais comum, sobretudo nas eleições municipais, sendo observada por parte de integrantes do PCC, do CV e da GDE. A forma de atuação envolve financiamento de campanhas, compra de votos e coação de eleitores e violência contra candidatos. Exemplo recente ocorreu no pleito eleitoral no município de Santa Quitéria/CE, onde o prefeito reeleito foi preso em ação conjunta da Polícia Federal com a PCCE, pouco antes de tomar posse para seu segundo mandato, em 1º jan. 2025. Ele é investigado por

25 https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/policia-desarticula-esquema-de-faccao-que-movimentou-mais-de-r-125-milhoes-1.3592445

26 https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/03/10/cidade-no-ceara-fica-sem-internet-após-ataque-de-faccao-criminosa-que-exige-taxa-para-autorizar-servidores.ghtml

↑ SUMÁRIO

suspeita de envolvimento com o CV, que teria atuado em favor da sua chapa nas eleições municipais de 2024[27].

No início de 2019, com a criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP/CE) e nomeação de Mauro Albuquerque como Secretário, houve acirramento nas relações entre as organizações criminosas e o governo estadual, culminando com a maior onda de ataques perpetrada pelo crime organizado contra o patrimônio público e privado no estado. O fenômeno foi resultante de aliança entre o PCC, o CV e a GDE, as três principais organizações criminosas atuantes no Ceará na época. Em um período de aproximadamente um mês, foram registradas, entre outras ações criminosas: depredações de prédios públicos; incêndios em veículos de transporte público e de concessionárias de serviços essenciais (como coleta de lixo, energia elétrica e telefonia); e colocação de artefatos explosivos em infraestruturas críticas (como pontes, viadutos e terminais de passageiros)[28]. A onda de ataques teve repercussão internacional. Posteriormente, em setembro de 2019, nova onda de ataques contra infraestruturas estatais voltou a ocorrer no estado, dessa vez capitaneada pela GDE. Nessa ocasião, foram cerca de 10 dias e mais de 100 incidentes registrados[29].

Nos últimos anos, as organizações criminosas atuantes no Ceará demonstraram aumento em sua capacidade de confrontar o aparato de segurança. Tal fato tem relação direta com o progressivo crescimento da quantidade de fuzis, submetralhadoras, pistolas e outros armamentos à disposição de integrantes desses grupos. A violência imposta pelas organizações criminosas lhes concede larga capacidade de ingerência para ditar regras de conduta à população local, que, temendo represálias, passa a não denunciar e, principalmente, não se insurgir contra as determinações das lideranças criminosas. As principais ocorrências são observadas em Fortaleza e na RMF. Há casos, por exemplo, de pessoas que desejam visitar residências de parentes ou amigos, mas não podem fazê-lo, por serem provenientes de comunidades controladas por organização criminosa rival à que comanda os locais a serem visitados[30]. Há registros de pessoas que foram assassinadas por burlarem essa regra.

27 https://correio.braziliense.com.br/politica/2025/01/7025457-prefeito-e-preso-antes-da-posse-por-suspeita-de-relacao-com-comando-vermelho.html

28 https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/09/onda-de-violencia-chega-a-uma-semana-no-ceara-com-mais-de-160-ataques-medo-na-populacao-e-forca-nacional-nas-ruas.ghtml

29 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/27/politica/1569582895_086799.html

30 https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/07/08/famílias-expulsas-de-casa-por-faccoes-em-fortaleza-sofrem-desamparo-imagina-sair-de-casa-so-com-a-roupa-do-corpo.ghtml

↑ SUMÁRIO

Figura 20

Mapa do estado do Ceará



Cenário criminal no Ceará: análises e perspectivas[31]

Quando comparadas com outras organizações criminosas atuantes no Brasil, as facções criminosas cearenses apresentam-se como relevantes no cenário nacional, com destaque para o CV que foi considerado como relevância muito alta. PCC e GDE foram avaliadas com relevância alta nacionalmente. Já a TDN apresentou relevância média.

31 O cenário criminal do Ceará é altamente volátil, um dos mais voláteis do país atualmente, sendo que transformações importantes em sua configuração podem ocorrer em períodos relativamente curtos. Neste sentido, ressalta-se que o relatório reflete o cenário criminal do Ceará em junho de 2025.

↑ SUMÁRIO

No cenário criminal intraestadual, avaliado em junho de 2025, o CV apresenta relevância muito alta, como principal ator criminoso do estado, sobretudo quando em comparação com os demais grupos criminosos atuantes nesse território. PCC e GDE apresentam uma relevância alta, equivalendo-se a atores criminosos no Ceará, embora atuem de maneiras diferentes, com o primeiro focado em desenvolver o narcotráfico em grande escala ou atacadista, enquanto o segundo desenvolve o narcotráfico de varejo, arregimentando grande contingente de membros. Por fim, a TDN apresenta relevância média no Ceará, com presença em poucos territórios e menos integrantes do que os rivais. Outras organizações criminosas atuantes no estado não obtiveram relevância mínima para avaliação.

O cenário cearense pode ser interpretado como espaço de convivência e concorrência entre distintos modelos de governança criminal: de um lado, arranjos centrados na dominação territorial direta, como o CV; de outro, estratégias mais orientadas à intermediação logística e articulação de fluxos ilícitos, modelo no qual o PCC tende a operar com maior ênfase, inclusive por meio de alianças e consórcios com facções locais ou externas, como a TCP. Nesse sentido, o Ceará configura-se como *hub* estratégico de circulação de valor ilícito e conexões entre facções, o que historicamente dificulta a consolidação de hegemonias territoriais duradouras e mantém o ambiente aberto a rearranjos e recomposições ao longo do tempo.

Diante da condição de severa fragmentação interna, a GDE tende a perder membros para outras facções criminosas, como o TCP e a TDN. Dessa forma, é provável que o grupo criminoso perca relevância no cenário criminal do Ceará. Por sua vez, a TDN tende a expandir sua capacidade de influência no território cearense devido ao maior número de integrantes. O cenário criminal cearense mantém-se dinâmico e fragmentado, marcado por deslocamentos estratégicos de lideranças, recomposições de alianças e expansão ou retração territorial de acordo com interesses logísticos, econômicos e de sobrevivência frente à persecução penal.

MARANHÃO

Embora o Maranhão apresente um mercado de consumo de narcóticos e outros bens ilícitos relativamente pequeno, a posição geográfica do estado (entre a Amazônia e o Nordeste) lhe confere relevância para a logística das atividades dos grupos criminosos. A atuação do grupo local Bonde dos 40 (B40) se mostra consolidada, atravessando diversos cenários de confronto e aliança entre grupos locais, regionais e nacionais. Mesmo em um cenário complexo, com presença e disputa direta com células do Primeiro Comando da Capital (PCC) e

↑ SUMÁRIO

Comando Vermelho (CV), o B40 tem conseguido se manter em posição de prevalência em relação aos rivais em boa parte do estado.

O estado do Maranhão constitui espaço de transição entre o Pará e a região Nordeste, sendo, portanto, local relevante para a passagem de carregamentos de drogas que vêm da Rota do Solimões destinados à exportação em portos ou mesmo ao consumo nas grandes capitais nordestinas. Algumas cidades do interior do Maranhão, como Açailândia/MA e Imperatriz/MA, funcionam como *hubs* rodoviários para carregamentos que vêm do Pará (em especial de Marabá) com destino a diversas localidades do Nordeste.

Açailândia está localizada em um entroncamento das rodovias BR-010 (Belém-Brasília) e BR-222 e se encontra conectada também às ferrovias Estrada de Ferro Carajás e Norte-Sul, constituindo um dos principais entrepostos de distribuição de drogas no Maranhão. Imperatriz, segunda maior cidade do estado e maior centro urbano do interior, se localiza a menos de 100 km de Açailândia e também se destaca como local de distribuição, além de representar um mercado consumidor em crescimento, impulsionado pela presença e atuação de organizações criminosas de escala nacional.

A Região Metropolitana de São Luís (RMSL) apresenta mercado de consumo relevante, havendo ainda interesse de organizações criminosas na utilização do Porto de Itaqui para exportar cocaína para a Europa. Em outubro de 2024 foram encontrados cerca de 500 kg de cloridrato de cocaína em navio graneleiro fundeado no Porto de Itaqui, os quais seguiriam posteriormente para a cidade de Cartagena/Espanha[32]. Em março de 2025, ação da Polícia Federal apreendeu uma tonelada de cocaína na cidade de São José de Ribamar/MA (RMSL), carga que provavelmente também seria exportada a partir desse mesmo porto[33].

O Maranhão tem ainda relevância histórica na produção de maconha para consumo interno no Brasil, processo iniciado ainda no final dos anos 90, quando quadrilhas originadas de Pernambuco começaram a migrar para o estado, visando escapar das ações persecutórias que se intensificavam na região do Rio São Francisco[34]. Tais quadrilhas se utilizam essencialmente de grandes áreas públicas (unidades de conservação e terras indígenas) para estabelecer plantações e simultaneamente evitar riscos de desapropriação de terras utilizadas para o narcotráfico, mecanismo previsto na legislação brasileira. A Reserva Biológica do Gurupi e diversas terras indígenas nas proximidades da divisa com o Pará são recorrentemente utilizadas para o plantio de grandes quantidades de maconha.

32 https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/pf-apreende-meia-tonelada-de-cocaina-em-navio-no-maranhao

33 https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/pf-deflagra-operacao-e-apreende-uma-tonelada-de-cocaina-em-sao-luis

34 https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0512199912.htm

↑ SUMÁRIO

Embora existam registros da atuação em prisões do Maranhão de grupo denominado Anjos da Morte (ADM), possivelmente ainda nos anos 1990, não há evidências de que tal organização tenha logrado integrar sua presença intramuros com atuação nas ruas, condição essencial para as facções que interessam a este mapeamento. As facções relevantes do Maranhão surgem na primeira década dos anos 2000 a partir de um cenário de rivalidades no Complexo de Pedrinhas, no qual havia antagonismo entre os presos originários da capital e os vindos das cidades do interior, em especial aqueles dos municípios da baixada maranhense. A tensão entre os grupos de presos dá origem ao surgimento das duas principais facções criminosas maranhenses: o Bonde dos 40 Ladrão (com presos da capital) e o Primeiro Comando do Maranhão (PCM), integrado essencialmente por detentos vindos do interior do estado, tendo estes se organizado primeiro.

Desde o início do grupo, o PCM buscou se articular com as facções nacionais, Comando Vermelho e PCC, aliados até meados de 2016, enquanto o Bonde dos 40 se mantém como grupo que defende de forma mais clara uma posição mais distanciada dos grandes grupos nacionais e a prevalência das quadrilhas autóctones do estado.

Embora as facções tenham se formado ainda no início dos anos 2000, apenas a partir de 2010 esses grupos ganham maior visibilidade, trazida especialmente pela série de rebeliões que se inicia nesse ano no Complexo de Pedrinhas. O embate entre os grupos se desdobra para as ruas das cidades, elevando rapidamente os indicadores de violência do Maranhão e resultando em ondas de ataques a ônibus em 2013 e 2014 que vitimaram moradores sem relação com os conflitos[35].

Atualmente, B40, PCM, PCC e CV travam disputas por áreas de influência e prevalência no varejo de entorpecentes na capital e no interior do estado. Seriam afiliados ao B40 cerca de 50% dos faccionados no Maranhão, o que torna o grupo a maior organização criminosa do estado em número de integrantes. O grupo é dominante no cenário dos ilícitos da Região Metropolitana de São Luís e sua influência vem ainda se expandindo para estados vizinhos, como o Piauí, o Pará e o Tocantins.

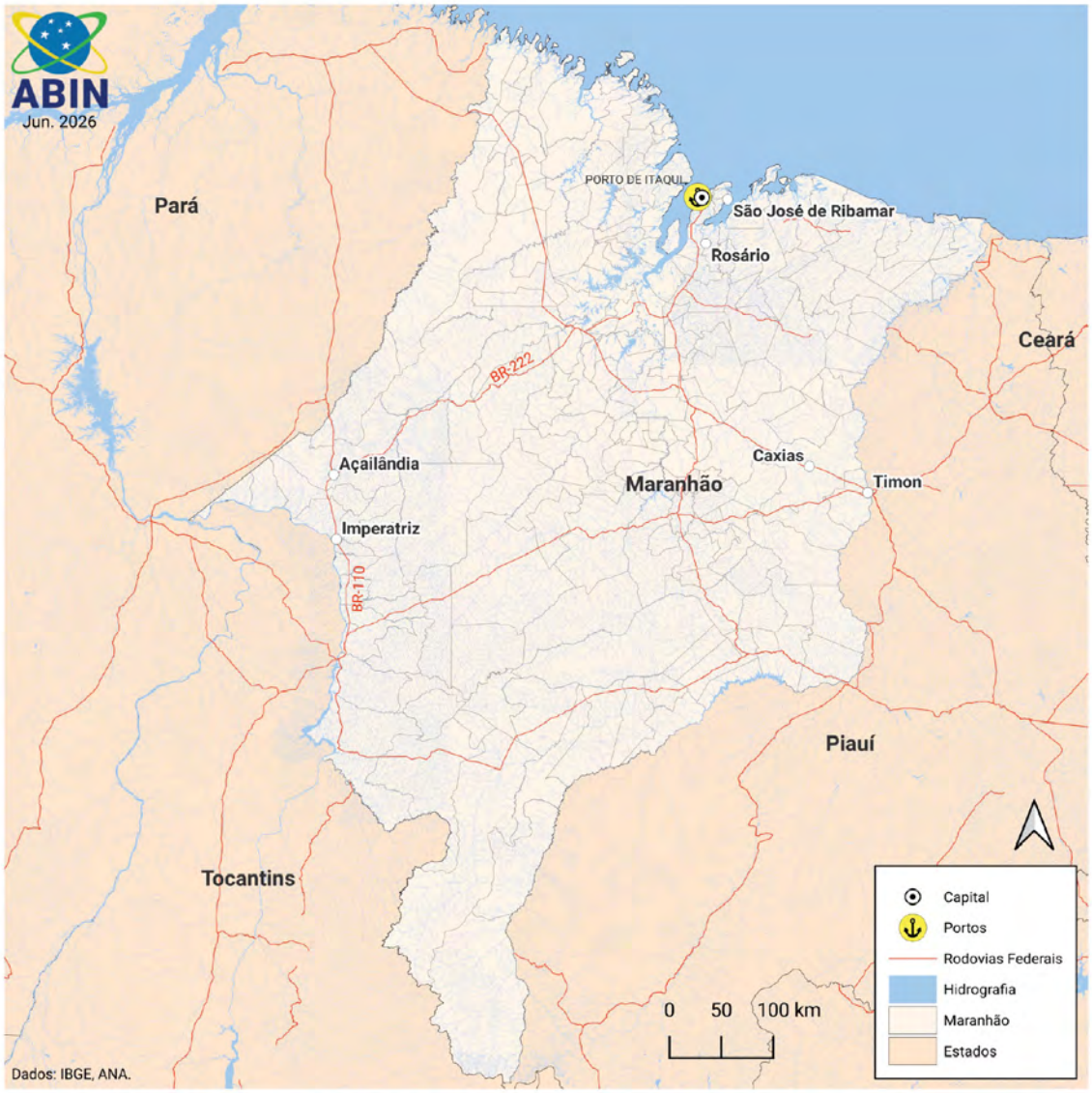
Historicamente o B40 mantém relações comerciais de aquisição de narcóticos em atacado junto ao PCC, os quais são revendidos nos numerosos pontos de varejo pertencentes ao B40. Contudo, o grupo maranhense vem disputando territórios e mercados, nos últimos anos, também com o próprio PCC, o CV e PCM, que está em vias de perder sua relevância criminal no estado.

35 https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/01/08/com-medo-de-atentados-moradores-de-sao-luis-ainda-evitam-onibus-a-noite.htm

↑ SUMÁRIO

Figura 21

Mapa do estado do Maranhão



Cenário criminal no Maranhão: análises e perspectivas

O cenário nacional das organizações criminosas no Maranhão apresenta o Bonde dos 40 (B40) como de relevância alta, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como de relevância média e o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) como relevância baixa. No nível estadual, contudo, B40 apresenta relevância muito alta, o que se justifica em grande parte pela ampla presença da facção nos presídios do estado e pela elevada quantidade de territórios e comunidades que estão sob influência do grupo; PCC e CV mantêm relevância média, embora o CV tenha registrado pontuação maior em alguns atributos,

↑ SUMÁRIO

como atuação nas divisas do estado; e o PCM mantém relevância baixa, havendo risco de se tornar sem relevância nos próximos anos.

O cenário atual do crime organizado no Maranhão, marcado pela disputa entre quatro grupos relevantes, tende a se manter apresentando níveis elevados de violência, decorrente dos embates entre as organizações criminosas pelo controle dos pontos de varejo de droga. Por outro lado, a ausência de um grupo hegemônico no cenário criminal limita as possibilidades das facções maranhenses alcançarem padrões mais elevados de enfrentamento ao Estado e monopólio de mercados ilegais As articulações buscadas pelo B40 com os demais grupos de origem nordestina (Nova Okaida e Guardiões do Estado, entre outros), configurando um polo regional de resistências às facções sudestinas, podem resultar em um fortalecimento do grupo e na ampliação de seus acessos ao atacado de drogas. Até o momento são reduzidos os registros de diversificação de atividades criminosas por parte das facções maranhenses, sendo pouco numerosos relatos de extorsão ou de engajamento dos grupos em mercados formais.

PARAÍBA

A Paraíba possui mercado consumidor de narcóticos relativamente pequeno e portos com baixíssima utilização de contêineres e reduzida movimentação de navios internacionais. Esse contexto explicaria o desinteresse inicial do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) em ocupar os espaços de varejo de droga locais, deixando margem para que organizações autóctones, como a Okaida (OKD) e os Estados Unidos (EUA), assumissem o protagonismo do cenário criminal paraibano.

Gradualmente, contudo, foi-se ampliando o interesse dos grandes grupos nacionais pelo controle do varejo paraibano, possivelmente motivado pelo processo de expansão econômica acelerada de João Pessoa e pelas vantagens logísticas da proximidade das maiores regiões metropolitanas do Nordeste (Fortaleza/CE e Recife/PE) e dos portos de Suape (Pernambuco) e Pecém (Ceará). Atualmente quatro facções disputam territórios no cenário criminal paraibano, o que tende a pressionar os indicadores de violência.

Tais índices se encontram, no entanto, abaixo da média regional, indicativo de que a política local de segurança pública vem obtendo êxito em reduzir os efeitos da tensão armada entre os grupos. As maiores taxas de homicídios no estado ocorreram após a consolidação das presenças das facções criminosas, por volta de 2011, tendo um novo pico em 2017, auge da violência no confronto CV e PCC em todo o Brasil.

↑
SUMÁRIO

A presença de células do CV e PCC e o processo de reforma e expansão das atividades do Porto de Cabedelo tendem a ampliar a utilização da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) como local de exportação de drogas. O Porto de Cabedelo passa por reformas que incrementarão sua capacidade operacional, com ações de dragagem, ampliação de armazéns e construção de quatro pátios de contêineres, o que aumentaria o interesse no porto por parte das quadrilhas que atuam na exportação de cocaína para a Europa a partir das estruturas logísticas nordestinas.

Entre 2023 e 2024, órgãos de segurança pública estaduais apreenderam 5,7 toneladas de entorpecentes na Paraíba, sendo aproximadamente 5,1 toneladas de maconha e 615 quilos de cocaína, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025). Parte da droga que chega à Paraíba vem da fronteira com o Paraguai[36], havendo também registros de produção local de maconha[37]. As apreensões vêm, no entanto, aumentando em frequência e tamanho das cargas. Em junho de 2025 ocorreu a maior apreensão de cocaína da história do estado, sendo encontrada cerca de 1,3 tonelada da droga em um caminhão que cruzava a BR-101, em ponto próximo à divisa com Pernambuco[38].

Em dezembro de 2024, a Polícia Federal deflagrou operação com o objetivo de desarticular braço local da 'Ndrangheta, grupo mafioso italiano especializado no tráfico de drogas e na lavagem de dinheiro decorrente desse ilícito. João Pessoa teria se tornado local estratégico para o grupo italiano, que é sócio de facções brasileiras no envio de carregamentos de cocaína para a Europa. Rocco Morabito, importante liderança de clã da 'Ndrangheta, foi capturado em João Pessoa, em 2021[39].

O acirramento de disputas entre facções também resultou em aumento de apreensão de armas, sendo recente o aparecimento de metralhadoras e fuzis. Ao longo de período próximo a um ano, a Polícia Civil do Estado da Paraíba (PCPB) apreendeu três fuzis .50, além de armamentos de calibre 5.56 e 7.62[40]. Em outubro de 2024, foi oficializada a criação de delegacia especializada no combate ao tráfico de armas, existindo apenas outras três similares no Brasil.

36 Em 8 dez. 2024, a Polícia Civil do Paraná (PCPR) apreendeu 25 kg de cocaína e 250kg de maconha que tinham como destino o mercado paraibano. Em out. 2024, quatro paraibanos foram presos com 310 quilos de maconha, em Foz do Iguaçu/PR, droga pertencente a grupo independente que abastecia pontos da Nova Okaida, PCC e CV. Em março 2025, a PCPB realizou nova operação conjunta com a PCPR, resultando na apreensão de mais de 250 quilos de maconha e um fuzil, que também seriam destinados a traficantes na Paraíba.

37 https://noticiaverde.com.br/noticia/10576/policia-civil-apreende-mais-de-200-quilos-de-maconha-no-cariri-da-paraiba

38 https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/paraiba/2025/junho/prf-realiza-a-maior-apreensao-de-cocaina-da-historia-da-paraiba-na-br-101

39 https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/07/06/pf-extradita-mafioso-rocco-morabito-condenado-a-30-anos-de-prisao-na-italia.ghtml

40 https://policiacivil.pb.gov.br/noticias/investigacao-em-um-ano-acoes-da-policia-civil-da-paraiba-resultaram-na-apreensao-de-tres-armas.50

↑ SUMÁRIO

A atuação de facções na Paraíba teve início no começo da década de 2000, quando o PCC e CV passaram a fornecer drogas e armas para grupos criminosos estabelecidos na RMJP e cidades do interior do estado. Esse processo se intensifica e consolida na década seguinte, com o surgimento de facções locais, como a OKD e os EUA, que unificam grandes áreas do varejo de drogas nas cidades paraibanas. Esse movimento foi convergente com o cenário nacional do final dos anos 2000 e início da década de 2010, quando surgiram diversas facções estaduais em resposta à chegada do PCC e do CV, que buscavam se estabelecer Brasil afora.

Atualmente, a Nova Okaida (NKD), dissidência da extinta okaida (OKD) é a principal facção do estado, com aproximadamente 70% dos presos faccionados vinculados a ela. O segundo grupo com maior número de integrantes seria o CV, que apresentou crescimento expressivo nos últimos três anos. O PCC teria o terceiro maior efetivo, tendo ampliado seu domínio em cidades do sertão paraibano, próximo à divisa com o Ceará.

O menor dos grupos relevantes seria a facção EUA, que se encontra enfraquecida, tendo perdido territórios para a OKD na década de 2010 e boa parte de seus membros para o CV e o PCC. Há ainda atuação no estado do grupo Bonde do Cangaço, que possui membros no sistema prisional e atuação restrita a municípios do sul do estado, não atendendo aos indicadores de relevância mínimos definidos no âmbito dos critérios adotados neste trabalho.

O sistema de antagonismos entre facções criminosas que atuam na Paraíba é historicamente centrado na disputa por território e no enfrentamento entre os grupos originados localmente: NKD e EUA, com as facções nacionais ora atuando apenas como fornecedores, ora também disputando espaço no varejo. As relações de aliança e enfrentamento entre NKD, EUA, CV e PCC são instáveis, havendo diversos episódios de pactuação e rompimento entre os grupos nacionais e os grupos locais.

↑
SUMÁRIO

Em dezembro de 2010, após o assassinato de membro do PCC em território dominado pela OKD, as duas facções romperam e o grupo paulista passou a apoiar os EUA, equilibrando o embate e acirrando a violência no estado. Esse período concentrou os atos de enfrentamento ao Estado mais relevantes, sendo deflagradas rebeliões e queimas de veículos de transporte coletivo na Região Metropolitana de João Pessoa, motivadas por insatisfações das lideranças criminosas.

O período atual é marcado pela ausência de alianças entre os grupos, configurando cenário de fragmentação e multipolaridade. Devido à tensão local entre os grupos, os membros do PCC e do CV na Paraíba não teriam aderido à trégua anunciada pelas lideranças nacionais das facções, vigente entre fevereiro e abril de 2025.

Figura 22

Mapa do estado da Paraíba



↑ SUMÁRIO

Cenário criminal da Paraíba: análises e perspectivas

Na avaliação do cenário do crime organizado do estado da Paraíba em junho de 2025, a Nova Okaida (NKD) foi classificada com relevância nacional alta, o Comando Vermelho (CV) com relevância nacional média e o Primeiro Comando da Capital (PCC) e os Estados Unidos (EUA) com relevância baixa. Já no âmbito estadual, a NKD e o CV foram classificados com relevância alta, o PCC com relevância média e os EUA com relevância baixa.

A Nova Okaida se destaca na influência territorial e no domínio de áreas estratégicas, com prevalência na maior parte dos pontos de venda de drogas do estado e maior número de membros. A predominância atual da NKD é resultado de processos acumulativos que envolveram tanto ganhos territoriais quanto absorção de dissidências, recomposição interna após crises e capacidade de adaptação organizacional frente às intervenções estatais.

O Comando Vermelho, por sua vez, apresenta viés de crescimento, adotando práticas violentas para expansão territorial, o que tende a elevar os índices de violência na Paraíba. A sua estratégia de expansão evidencia que a consolidação territorial é acompanhada pela produção de identidade faccional explícita, reforçada por pichações, comunicados e definição clara de inimigos prioritários, elementos que operam como mecanismos de coesão interna e legitimação das ações violentas.

O PCC possui atuação reduzida no estado, mantendo presença em municípios do interior estratégicos para o escoamento de drogas da facção. Isto é coerente com sua lógica estratégica nacional, priorizando áreas logisticamente relevantes, reduzindo exposição a confrontos diretos e investindo em estruturas funcionais de escoamento e lavagem de capitais. Essa orientação contribui para menor visibilidade territorial ostensiva.

O sistema penitenciário permanece como espaço potencial de reconfiguração estratégica para a facção. Nesse sentido, o convívio prisional de membros do PCC com integrantes do grupo local Bonde do Cangaço (BDC), iniciado em abril de 2025, pode ensejar a celebração de aliança entre os grupos, ampliando a atuação da organização criminosa paulista para municípios do Sul e Sertão da Paraíba, onde o BDC possui presença. A facção BDC possui poucos membros e baixa presença territorial, não atendendo aos indicadores de relevância mínimos definidos no âmbito dos critérios adotados neste trabalho.

O EUA encontra-se enfraquecido após perdas territoriais em disputas com a OKD durante a década de 2010 e migração de membros para outras facções. Atualmente, não há indícios de que o grupo reúna condições para um novo fortalecimento. Outros grupos que atuam na

↑
SUMÁRIO

Paraíba, como o Bonde do Cangaço, que possui poucos membros e baixa presença territorial, não atenderam aos indicadores de relevância mínimos adotados neste trabalho.

PERNAMBUCO

Pernambuco faz divisa com outros cinco estados da região Nordeste (Bahia, Piauí, Ceará, Alagoas e Paraíba) e tem conexões rodoviárias densas, o que o qualifica como rota para o escoamento de drogas para as regiões Norte e Nordeste. Além disso, está próximo do lucrativo mercado europeu de entorpecentes e tem infraestrutura portuária e aeroportuária movimentada. No caso dos portos (Suape e Recife), as organizações criminosas exploram vulnerabilidades de segurança no perímetro para o armazenamento e movimentação de drogas com destino ao mercado estrangeiro. O contrabando de cigarros e cargas roubadas é outra frente de atuação de organizações criminosas no Estado, atividade lucrativa e sujeita a penalidades menos severas. O cenário criminal é formado por diversos pequenos grupos autóctones que se aproximam das grandes facções nacionais em busca de melhores condições para adquirir drogas e armas. Desses grupos pernambucanos, atualmente se destacam o Comando do Litoral Sul (CLS) e o Bonde da União, além do Primeiro Comando da Capital (PCC), que apresenta influência em municípios do interior do estado.

Segundo estatísticas compiladas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025), foram apreendidos 592 quilos de cocaína em 2023 e 557 quilos em 2024 no estado. Já as apreensões de maconha, totalizaram 14.811 quilos em 2023 e 4.894 quilos em 2024.

Tanto o Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes quanto os terminais portuários de Recife e Suape são empregados pelas organizações criminosas na logística de exportação de drogas ao exterior, principalmente cocaína, nas suas diversas formas (em pó, diluída em líquidos, camuflada em equipamentos). Pernambuco integra as duas principais rotas de narcotráfico do Brasil: Caipira (com origem no Paraguai e na Bolívia) e Solimões (origem na Colômbia e no Peru), conforme demonstrado em operações policiais realizadas nos últimos anos.

A operação Kéfale da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Pernambuco (Ficco-PE), deflagrada em 15 abr. 2025, revelou que grupos baseados nas cidades de Guajará-Mirim/RO, Corumbá/MS, Cascavel/PR e Foz do Iguaçu/PR adquiriam cocaína e crack e as distribuíam segundo planejamento de lideranças articuladas em diversos estados, inclusive em Pernambuco. A maior parte da droga comercializada seria originária da Bolívia; parte menor viria do Paraguai. Além de pessoas envolvidas na operacionalização do tráfico de drogas, a investigação identificou também um núcleo especializado em ameaças

↑
SUMÁRIO

e homicídios, responsável pela segurança logística e monopólio das áreas do tráfico. Um terceiro núcleo praticava a lavagem de dinheiro do tráfico, com CNPJs do ramo de transporte, alimentos e ensino e treinamentos que funcionavam como empresas de fachada dos criminosos da facção.

Nessa operação foram expedidos 60 mandados de prisão preventiva e 49 de busca e apreensão em 11 estados brasileiros (Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Tocantins e Rondônia) e municípios do litoral Sul de Pernambuco e RMR. A maioria dos alvos era de indivíduos vinculados à facção Comando Litoral Sul (CLS).

Já em setembro de 2020, a Polícia Civil de Pernambuco deflagrou a operação Xeque-Mate, que desarticulou grupo criminoso que abastecia estados do Nordeste, dentre eles Pernambuco, com maconha skunk originária da Colômbia. As investigações começaram após uma apreensão de 700 quilos de skunk em Recife e outra de 300 quilos em Japaratuba/SE.

Essa mesma rede criminosa foi alvo de outra operação, denominada Mamon, que identificou e desarticulou a estrutura criminosa localizada no Amazonas e que adquiria o skunk diretamente de traficantes colombianos. O principal líder do grupo estabeleceu uma base em Manaquiri/AM e ali estocava os entorpecentes que eram internalizados no Brasil pelos rios da fronteira Brasil-Colômbia, como Japurá e Içá.

Entre os traficantes em Pernambuco há um sentimento de pertencimento a facções nomeadas “bondes”, “grupos”, “trens” e outros termos que sugerem uma atuação mais localizada. Esse cenário de baixa fidelidade a organizações criminosas de fora do estado e de formações de pequenos grupos autóctones perdura até hoje. Lideranças do tráfico pernambucano negociam com criminosos de fora do estado associados a diversas facções brasileiras em busca de melhores condições na aquisição de drogas e armas. No entanto, nos últimos anos, observou-se a intensificação de contatos com lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV), o que enseja a evolução e aproximação de algumas facções pernambucanas com essas organizações criminosas maiores e mais estruturadas.

O caso mais emblemático de profissionalização e expansão de organização criminosa pernambucana é o do Comando do Litoral Sul (CLS). Inicialmente, a facção era identificada como Trem Bala de Ipojuca, e dominava o tráfico de drogas na região de Ipojuca/PE, município da Região Metropolitana do Recife (RMR), onde fica Porto de Galinhas, principal destino turístico do Estado. A partir de 2020, a facção teria estreitado vínculos com o CV e criado uma rede própria de abastecimento de drogas e armas, o que possibilitou uma rápida expansão territorial.

↑
SUMÁRIO

Além do PCC e do CLS, pode-se destacar em Pernambuco diversos outros grupos criminosos, como o Trem Bala, o Bonde dos Cachorros, o Bonde da Nike, o Bonde dos Gêmeos, Tropa do Mutley, Bonde do Mete Bala, o Comando do Litoral Norte, o Bonde do Matuto, o Bonde dos Crias, o Primeiro Comando de Ipojuca, o Grupo de Lia do Pó, o Bonde dos Loucos e o Harmonia e Paz nos Quatro Cantos (HP4). Há ainda, a presença em alguns municípios fronteiriços de facções criminosas de estados vizinhos, como a Nova Okaida, da Paraíba, e o Bonde do Maluco, da Bahia.

Esses grupos autóctones apresentam atuação criminosa localizada, ou em Recife e na RMR, ou no interior (Sertão e Agreste), ou no litoral do estado. No final de 2023 e início de 2024, em acordo estabelecido entre lideranças no sistema penitenciário, alguns desses grupos se uniram e formaram o Bonde da União, com o objetivo de estabelecer contraponto ao crescimento (territorial e de membros) do CLS em Pernambuco.

Forças de segurança identificaram práticas de intimidação e controle social das facções criminosas em determinados territórios de Pernambuco. O caso mais notório ocorre nas comunidades carentes de Porto de Galinhas. Ali o CLS exerce forte influência criminosa, oprimindo a população local para facilitar a consecução do narcotráfico. Nesses locais, a facção proíbe roubos e brigas para permitir a aproximação e o comércio de drogas com os turistas hospedados nas praias. Aqueles que não seguem as ordens do grupo criminoso sofrem ameaças e, em alguns casos, seriam assassinados[41].

As facções criminosas pernambucanas não apresentam histórico de enfrentamento ao estado, exceto durante tentativas de fugas de presídios, em que há casos de explosões de muros de unidades prisionais. Em janeiro de 2016, 40 presos escaparam do Complexo Penitenciário de Curado, no Recife, após detentos explodirem um dos muros da unidade[42]. Já em julho de 2020, 27 detentos fugiram do Presídio em Limoeiro/PE após outra explosão de muro[43]. Ainda em 2020, cinco homens portando fuzis tentaram resgatar detentos no Presídio de Itaquitinga, entrando em confronto com guardas que frustraram a ação[44]. No mesmo presídio, inaugurado em 2018, outras fugas já haviam ocorrido em fevereiro de 2019, em maio de 2019[45], em março de 2020 e posteriormente em junho de 2021[46].

41 https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/11/27/faccao-domina-porto-de-galinhas.htm

42 https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/01/explosao-destroi-parte-de-um-dos-muros-do-complexo-do-curado.html

43 https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/07/09/presidio-de-limoeiro-tem-fuga-de-detentos-apos-explosao-de-muro.ghtml

44 https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/03/25/seis-detentos-fogem-de-presidio-de-itaquitinga-um-deles-e-recapturado.ghtml

45 https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/05/21/segunda-fuga-e-registrada-no-presidio-de-itaquitinga-inaugurado-em-2018.ghtml

46 https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/25/oito-presos-fogem-do-presidio-de-itaquitinga-de-seguranca-maxima-um-dia-apos-assassinato-de-detento-em-briga.ghtml

↑ SUMÁRIO

Figura 24

Mapa do estado de Pernambuco



Cenário Criminal de Pernambuco: análises e perspectivas

Quando comparadas com outras organizações criminosas atuantes no Brasil, as facções criminosas pernambucanas apresentam-se com relevância moderada no cenário nacional. O CLS se destacou, sendo considerado com relevância alta. Já o PCC de Pernambuco apresentou relevância média nacionalmente, enquanto o BDU foi avaliado com relevância baixa.

No cenário criminal intraestadual de Pernambuco, avaliado em junho de 2025, o CLS apresenta relevância alta, como ator criminoso que desponta no estado pela maior influência no narcotráfico de áreas importantes, como Porto de Galinhas (município de Ipojuca/PE) e

↑ SUMÁRIO

no Recife e sua Região Metropolitana, sobretudo quando em comparação com os demais grupos criminosos. O PCC também apresenta relevância alta, com destaque para sua importância na logística do narcotráfico de grande escala, porém com menor influência territorial nas zonas mais relevantes para o narcotráfico de varejo pernambucano atualmente.

Por fim, o BDU apresenta relevância média em Pernambuco, pois, embora reúna membros e lideranças de diversos grupos criminosos locais, com representatividade territorial no narcotráfico de diversas regiões do estado, ainda é um grupo novo, pouco coeso e dependente do apoio de outras facções criminosas (principalmente do PCC) para realizar seus negócios ilícitos. Outras organizações criminosas atuantes no estado, como diversos grupos pequenos pernambucanos, não atingiram os requisitos mínimos de relevância para adentrar o trabalho.

Sendo assim, embora historicamente dominado por uma miríade de grupos autóctones, o estado vem, desde o final da década de 2010, experimentando processos ainda incipientes de integração criminal e concentração de capitais ilícitos, impulsionados pela aproximação de facções nacionais. A adoção da simbologia do CV pelo CLS e a aproximação do BDU com o PCC exemplificam essa nova rede de alianças, que tendem a gerar concentração da criminalidade organizada pernambucana em menos polos, ainda que com manutenção das siglas locais.

O CLS tende a permanecer como principal facção criminosa de Pernambuco, valendo-se sobretudo da sua proximidade com o CV, que a partir de células em outros estados pode fornecer apoio logístico e material para a condução do narcotráfico. Entretanto, a recente criação do BDU e o apoio por parte do PCC a esse novo grupo demonstram que outros criminosos estariam dispostos a desafiar a prevalência do CLS nas áreas mais relevantes para o narcotráfico. Tal cenário tem a capacidade de produzir conflitos entre grupos criminosos e impactar os índices de segurança pública em Pernambuco.

PIAUÍ

A atuação das facções no Piauí tem suas dinâmicas de sustentação e expansão centradas no comércio de drogas local, na redistribuição em atacado para outros estados, e, em menor escala, no tráfico internacional. O narcotráfico no estado sofre influência da proximidade ao Ceará, importante plataforma de exportação de cocaína explorada por grupos brasileiros e estrangeiros, que utilizam a malha rodoviária local, pequenas aeronaves e embarcações de pesca e de carga para escoamento da droga. Primeiro Comando da Capital (PCC) e Coman-

↑
SUMÁRIO

do Vermelho (CV), organizações criminosas de atuação nacional, protagonizam o cenário criminal no estado, rivalizando-se na disputa por mercados ilegais e influência, em sistema de alianças e de hostilidades com facções regionais, como Guardiões do Estado (GDE) e Bonde dos 40 (B40), oriundas do Ceará e Maranhão, respectivamente.

Como resultante do sistema de disputas envolvendo esses quatro grupos, emergem dinâmicas específicas, como o processo de interiorização da presença de facções no estado, os conflitos pelas periferias dos principais centros urbanos do estado (Parnaíba/PI e Teresina) e os atuais embates pelo controle da criminalidade no litoral (notadamente a região de Cajueiro da Praia/PI), estratégico para logística de ilícitos como contrabando, lavagem de capitais, comercialização atacadista de narcóticos e venda de drogas no varejo, alavancada pelo turismo costeiro. As oportunidades de expansão percebidas pelos criminosos no Piauí e o atual ambiente de tensão entre as facções projetam tendência de persistência de conflitos violentos nessa Unidade da Federação (UF).

A logística dos ilícitos envolve o uso de estradas vicinais para chegar até Teresina e as principais cidades médias do interior (Floriano/PI, Oeiras/PI, Parnaíba, Pedro II/PI, Picos/PI e Piripiri/PI), além de centros urbanos de estados vizinhos, como Fortaleza/CE e São Luís/MA. O modal aéreo é utilizado predominantemente para carregamentos de cocaína, que vêm de outros estados ou mesmo do exterior e são armazenados para distribuição interna ou envio a plataformas de exportação no litoral do estado ou de vizinhos, preferencialmente no Ceará. Nesses pontos, a cocaína é escondida em navios de carga, rumo ao exterior, ou carregada em embarcações menores para, eventualmente, realizarem transbordo para outros navios em alto mar. Neste contexto, destaca-se operação conjunta das polícias do Piauí, que resultou em sete prisões e na apreensão de uma tonelada de cocaína, um avião, um helicóptero e sofisticado sistema de comunicação em dezembro de 2019[47].

O Piauí desempenha papel híbrido na economia criminal nordestina, funcionando simultaneamente como área de disputa territorial e como corredor logístico regional. O estado possui rotas que conectam Maranhão, Ceará e o próprio Piauí, operando como ponto de redistribuição interna a partir de Teresina. Além disso, o estado também apresenta, em seu litoral, potencial logístico relevante para triangulações e circulação ampliada de drogas e armas. Cidades médias do interior, como Parnaíba, Luís Correia, Pedro II, Piripiri e Floriano, assumem importância crescente como corredores intermediários, em razão da conectividade rodoviária e da menor densidade de fiscalização estatal. Essa natureza híbrida contribui para a ausência de hegemonia absoluta de um único grupo, estruturando um ecossistema criminal baseado em equilíbrios instáveis, coalizões provisórias e disputas de intensidade variável.

47 https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/12/10/policia-apreende-duas-aeronaves-e-quase-1-tonelada-de-drogas-no-piaui-4-suspeitos-sao-presos.ghtml

↑ SUMÁRIO

Assim como em outros estados, o sistema carcerário piauiense não apenas reflete as disputas externas, mas contribui para produzi-las. A prisão funciona como espaço de conversão faccional, recrutamento, coordenação de redes varejistas e pactuação ou ruptura de alianças. A hegemonia do PCC nesse ambiente é coerente com sua estratégia histórica no Nordeste, marcada por ênfase na disciplina normativa, na padronização de procedimentos e na coordenação logística, em detrimento da dependência exclusiva do controle territorial armado. As capacidades de conexão entre o mundo prisional e as dinâmicas extramuros dos grupos resultam tanto em reivindicações pacíficas ligadas à melhoria das condições carcerárias quanto em ações violentas, a exemplo de rebeliões ocorridas em maio de 2016[48] e os ataques nas ruas transcorridos em março de 2019[49] e abril de 2022.

As organizações criminosas do Piauí atuam em mercados lícitos, geralmente, com o intuito de lavar ativos obtidos em atividades ilegais. Verificam-se como forma recorrente de realização da lavagem de capitais a comercialização e locação de veículos, a utilização de comércios e serviços locais diversos e a venda de combustíveis.

Embora ainda seja restrito o controle armado ostensivo dos territórios, há histórico de uso de força para intimidação de moradores e potenciais rivais nas áreas sob influência das facções. Nesse sentido, são comuns os relatos de atuação das facções piauienses em mecanismos de mediação e solução violenta de conflitos, tais como os chamados *tribunais do crime,* geralmente transcorridos nas áreas de periferia dos centros urbanos[50]. O perfil de armas apreendidas no estado, com baixa presença de fuzis, sugere a utilização preferencial de armas leves como revólveres e pistolas.

48 https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/06/sejus-confirma-fuga-de-25-presos-durante-rebeliao-na-casa-de-custodia.html

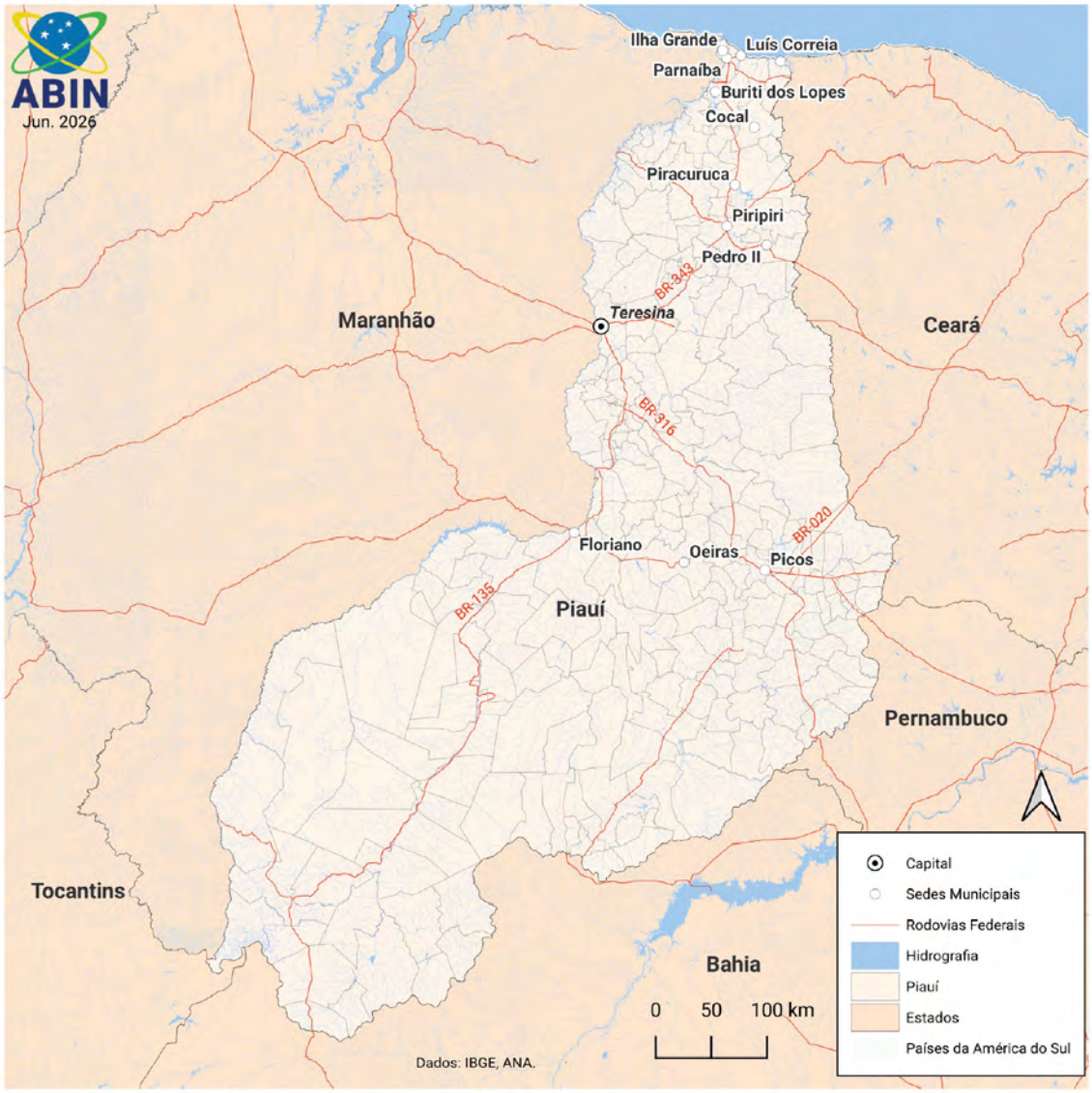
49 https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2019/3/11/orgaos-reforcam-policiamento-apos-ataques-a-onibus-em-teresina-450384.html

50 https://www.mppi.mp.br/internet/2025/10/tribunal-do-juri-mppi-atua-para-condenacao-de-lider-de-faccao-criminosa-acusado-de-ser-mandante-de-homicidio-em-parnaiba/

↑ SUMÁRIO

Figura 24

Mapa do estado do Piauí



Cenário criminal no Piauí: análises e perspectivas

O cenário nacional das organizações criminosas no Piauí apresenta o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) com relevância média e o Guardiões do Estado (GDE) e o Bonde dos 40 (B40) com relevância baixa. No nível estadual, contudo, o PCC apresenta relevância alta, o que se justifica em grande parte pela ampla presença da facção na capital, divisas e áreas estratégicas para logística no estado; o CV e o B40 mantêm relevância média, decorrente da grande presença de ambas as facções nos presídios do estado; e o GDE mantém relevância baixa, tendo suas atividades mais restritas à divisa com o Ceará.

↑ SUMÁRIO

O cenário atual do crime organizado no Piauí, marcado pela disputa entre quatro grupos relevantes, tende a apresentar níveis elevados de violência, para os padrões locais, decorrente dos embates entre as organizações criminosas pelo controle dos pontos de varejo de droga. Por outro lado, a ausência de um grupo hegemônico no cenário criminal limita as possibilidades das facções piauienses representarem ameaça mais expressiva. A articulação entre B40 e GDE resultaria em um cenário, de fato, tripolar, integrado pelos dois grupos nacionais (CV e PCC) simultaneamente em antagonismo entre si e em conflito com a aliança das facções nordestinas.

Observa-se, contudo, que o Piauí apresenta dinâmicas criminais relativamente bem delimitadas entre os principais grupos atuantes. O PCC mantém maior presença no sistema prisional e capilarização significativa no interior do estado, estruturando redes de circulação e coordenação logística que extrapolam o controle territorial direto. O B40 ocupa posição histórica relevante em bairros populares de Teresina e no varejo urbano, mantendo inserção social consolidada e capacidade de articulação local. O CV demonstra movimento de expansão recente, sobretudo em áreas mais conflagradas e em regiões estratégicas do litoral, buscando ampliar sua base territorial e suas conexões com rotas interestaduais. O GDE, por sua vez, atua de forma mais localizada, especialmente em áreas de fronteira, exercendo impacto específico sem configurar projeto expansivo estruturado no estado.

Considerando esses elementos, o Piauí pode ser compreendido como sistema criminal em equilíbrio instável, atravessado por múltiplos regimes de acumulação e fortemente influenciado por rotas interestaduais. A hegemonia prisional do PCC, a expansão territorial do CV, a centralidade do B40 na capital do estado e o papel adaptativo do GDE indicam que o estado tende a permanecer como zona de disputa regulada, com rearranjos estratégicos contínuos e baixa probabilidade de consolidação hegemônica no curto prazo.

RIO GRANDE DO NORTE

Nas últimas décadas, o Rio Grande do Norte passou a ocupar posição de destaque no mapa da criminalidade organizada no Brasil, especialmente em razão da atuação crescente de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas. O estado faz divisa com o Ceará e a Paraíba, e está inserido em rotas que se conectam ao Norte e ao Centro-Oeste do país, facilitando o trânsito de drogas e de armas. A longa faixa litorânea do estado e a relativa proximidade com a Europa e a África oferecem pontos estratégicos para o tráfico marítimo e o contrabando, estabelecendo conexões com outros países da América do Sul, América Central, Europa e África.

↑
SUMÁRIO

A infraestrutura logística do estado também é ponto de interesse para a atuação criminosa. O Porto de Natal, ainda que de médio porte, é utilizado para escoamento de entorpecentes com destino a outros continentes. A malha rodoviária que conecta a capital ao interior e a estados vizinhos é usada para o fluxo terrestre de drogas e armas. O Aeroporto Internacional de Natal, em 2024, apresentou o maior número de apreensões de cocaína dentre os aeroportos da região Nordeste, com 8 registros, sendo 3 com destino a Portugal, 2 a Angola, 1 para a Espanha, 1 para a Inglaterra e 1 para a França.

Entre 2023 e 2024, órgãos de segurança pública estaduais apreenderam 10,4 toneladas de entorpecentes no Rio Grande do Norte, sendo aproximadamente 9,3 toneladas de maconha e 1,1 de cocaína, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025). Em 13 jul. 2022, a Polícia Federal, no âmbito da operação Maritimum, apreendeu cerca de 5,15 toneladas de cocaína no município de Areia Branca, localizado no litoral norte do estado. A apreensão, considerada a maior já realizada no estado, identificou uma quadrilha de tráfico internacional de entorpecentes que inseria clandestinamente drogas em contêineres com destino a Europa.

Nos últimos anos, o Rio Grande do Norte tem vivenciado cenário de predominância da facção Sindicato do Crime (SDC) no varejo do tráfico de drogas. No entanto, a organização criminosa vem passando por momento de instabilidade, com dissidências internas. No estado, há ainda a presença do Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Comando 84 (CMD84), Cangaço, Guardiões do Estado (GDE) e Nova Okaida (NKD).

O PCC é a segunda maior facção no Rio Grande do Norte. O grupo perdeu força no estado desde a criação do SDC, em 2013, e atualmente possui presença em poucos municípios, com destaque para a região do Alto Oeste Potiguar. O PCC mantém rivalidade com o SDC pelo controle dos pontos de venda de droga, porém, não apresenta, no momento, capacidade de enfrentamento à facção potiguar.

O CV mantinha parceria com o SDC desde a sua fundação. Porém, em fevereiro de 2025 as facções informaram o fim da aliança, que já vinha se enfraquecendo desde 2023, com o surgimento do CMD84, o qual seria apoiado pelo CV. A organização criminosa carioca vem tentando se estruturar no estado, principalmente por meio da cooptação de dissidentes do SDC.

O GDE, grupo originário do Ceará, e a Nova Okaida, originária da Paraíba, possuem presença bastante reduzida no Rio Grande do Norte, atuando somente em municípios presentes na divisa com os respectivos estados de origem. O SDC mantém convívio com ambas as facções, não existindo conflitos entre elas pelo controle do tráfico de drogas no estado.

↑
SUMÁRIO

A dinâmica criminal das facções já protagonizou episódios de desestabilização da segurança pública do Rio Grande do Norte. Entre 14 e 15 de janeiro de 2017, rebelião ocorrida na Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes, conhecida como Presídio de Alcaçuz, localizada na região metropolitana de Natal, resultou na morte de 26 custodiados[51]. Na ocasião, presos ligados ao PCC invadiram área onde detentos do SDC estavam custodiados. O massacre foi consequência do aumento da tensão entre as facções, ocasionada pelo fim da aliança nacional entre PCC e CV em 2016 e de rebeliões em presídios do Amazonas e de Roraima nos dias anteriores. À época, o SDC era aliado do CV e rivalizava com o PCC pelo controle do sistema prisional e do varejo de venda de drogas no estado.

Em março de 2023, integrantes do SDC realizaram 307 ataques em cerca de 60 municípios do estado, incluindo incêndios, tiros contra prédios públicos, estabelecimentos comerciais, veículos e residências[52]. Os ataques teriam sido ordenados em protesto às condições do sistema prisional no estado. A série de eventos criminosos provocou a interrupção de serviços públicos na Região Metropolitana de Natal, como transporte coletivo, atendimento à saúde, aulas e coleta de lixo.

O Rio Grande do Norte é um dos estados nordestinos em que a facção mais relevante é autóctone, diferentemente de outros estados da região, onde PCC ou CV lograram consolidar domínio territorial ou prisional. O SDC mantém prevalência no varejo urbano do Rio Grande do Norte, exercendo condição dominante nas disputas pelo sistema prisional e sustentando capilaridade local superior às redes externas.

Até a ruptura com o CV, essa configuração condicionava o comportamento da facção carioca no estado. O CV, que em outros contextos opera mediante ocupação territorial direta e imposição armada de controle das comunidades, apresentava no Rio Grande do Norte padrão distinto de atuação, assumindo caráter predominantemente transacional e relacional, oferecendo suporte logístico e bélico e buscando expandir influência a partir de pontos estratégicos, especialmente em áreas de fronteira e no Oeste potiguar. Tal dinâmica aproximava-se, no estado, do modelo historicamente adotado pelo PCC em diversos contextos do Nordeste, baseado mais na articulação logística e na conexão de redes do que na ocupação territorial ostensiva.

O PCC, por sua vez, mantém presença concentrada no Alto Oeste Potiguar e desempenha papel de articulador regional, conectando fluxos oriundos do Ceará e da Paraíba. Sua atu-

51 https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2017/01/rebeliao-mais-violenta-da-historia-do-rn-tem-27-mortos-diz-governo.html

52 https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/03/22/ataques-no-rio-grande-do-norte-chegam-a-300-em-oito-dias-diz-governo.ghtml

↑ SUMÁRIO

ação no Rio Grande do Norte é compatível com seu padrão interestadual de priorização logística e menor engajamento em disputas varejistas locais, especialmente em cenários onde o custo de confrontação supera os ganhos potenciais.

A região do Alto Oeste Potiguar - conectando Mossoró, Pau dos Ferros e São Miguel - consolida-se como principal corredor do estado. Esse eixo integra rotas interestaduais e permite circulação de drogas, armas e pessoas entre Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. A presença do PCC nessa faixa, somada à atuação pontual da Nova Okaida e da GDE como grupos de interface, reforça a relevância logística do território. O CV busca ampliar inserção nesse corredor por meio do fortalecimento de dissidências surgidas no Oeste, notadamente o Comando 84 (CMD84) e o grupo Cangaço.

O Rio Grande do Norte exerce função de redistribuição regional na economia criminal nordestina. A predominância da maconha nas apreensões estaduais relaciona-se à inserção do estado em rotas internas vinculadas ao Polígono da Maconha (Pernambuco-Bahia-Piauí), com transporte pelas BR-304, BR-226 e BR-405 e abastecimento do varejo local. O modelo territorializado do SDC depende financeiramente desse mercado, que sustenta a remuneração de integrantes e a manutenção dos pontos de venda. O sistema prisional permanece como núcleo importante no poder criminal no estado, com o SDC estabelecendo mecanismos internos de disciplina e comando que se projetam para o ambiente externo. A Penitenciária Federal de Mossoró exerce papel importante ao concentrar lideranças locais e nacionais e potencializar a cidade enquanto ponto de articulação. A prevalência do SDC no ambiente prisional mantém correlação direta com a prevalência no cenário criminal e com a estabilidade relativa da hegemonia do grupo.

↑
SUMÁRIO

Figura 25

Mapa do estado do Rio Grande do Norte



Cenário criminal no Rio Grande do Norte: análises e perspectivas

Em perspectiva nacional, o Sindicato do Crime (SDC) teve sua relevância avaliada como alta, enquanto PCC e CV tiveram a sua percebida como baixa. Na avaliação feita acerca do cenário estadual do crime organizado no Rio Grande do Norte, o SDC foi classificado como tendo relevância muito alta, enquanto a célula local do Primeiro Comando da Capital (PCC) foi definida como sendo de relevância média e a do Comando Vermelho (CV) como baixa.

O SDC mantém predominância na maior parte do estado, com número de integrantes e pontos de venda de drogas significativamente superiores às demais facções presentes

↑ SUMÁRIO

no estado. No entanto, dissidências internas, isolamento das lideranças em presídios federais e o fim da aliança com o Comando Vermelho têm enfraquecido a facção potiguar. O CV, que iniciou a presença territorial no estado a partir do fim da aliança com o SDC em fevereiro de 2025, apresenta viés de crescimento, com a absorção de dissidentes da facção potiguar. A facção carioca, contudo, ainda possui pequena presença territorial e reduzido número de integrantes.

O PCC mantém presença concentrada no Alto Oeste Potiguar, apresentando limitações de crescimento no estado, principalmente pelas perdas de território para o SDC durante a década de 2010 e pelo pouco apoio para ampliação da capacidade financeira e operacional por parte do PCC de São Paulo, o qual, nos últimos anos, demonstra menor interesse em investimentos em conflitos relacionados ao controle de pontos de venda de droga em estados brasileiros, focando na exportação de entorpecentes para outros continentes, de forma a maximizar os lucros. Outros grupos atuantes no estado, como a cearense Guardiões do Estado e a paraibana Nova Okaida, não atingiram os critérios mínimos de relevância.

O cenário estadual evidencia, portanto, hegemonia local do SDC, tensionada por redes do PCC e do CV, que operam em menor escala em perspectiva territorial, porém de forma bem relevante na dinâmica de atacado e mesmo de exportação de narcóticos. A inferioridade no domínio territorial consolidado por PCC ou CV distingue o Rio Grande do Norte no contexto regional e produz dinâmica de competição mais discreta, baseada em articulações logísticas, cooptação de dissidências e disputas em corredores estratégicos, sem ruptura imediata da primazia estrutural do SDC no curto prazo.

SERGIPE

Sergipe é a segunda menor Unidade da Federação em área e possui a menor população dentre os estados do Nordeste, o que resulta em um mercado consumidor de narcóticos pouco relevante na perspectiva nacional. Os serviços e o comércio do estado concentram-se na Região Metropolitana de Aracaju (RMA)/SE (capital, Nossa Senhora do Socorro/SE, São Cristóvão/SE e Barra dos Coqueiros/SE) e, de maneira subsidiária, em cidades-polo do interior, como Itabaiana/SE, Lagarto/SE, Estância/SE, Tobias Barreto/SE (sul do estado, divisa com a Bahia), Nossa Senhora da Glória/SE e Propriá/SE (norte de Sergipe, divisa com Alagoas).

A infraestrutura logística instalada tem como principais eixos rodoviários a BR-101 e a BR-235. Pelo histórico, drogas ilícitas e produtos de contrabando apreendidos na BR-101 provêm do Sul, Sudeste e do Paraguai, e na BR-235, provindos dos estados do Norte e países

↑ SUMÁRIO

fronteiriços do Arco Norte. Há um porto no estado, o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), localizado em Barra dos Coqueiros (RMA), o qual não registra ocorrências expressivas em relação ao tráfico de drogas.

O Aeroporto Internacional de Aracaju - Santa Maria - está localizado na Capital e é o único do estado com voos domésticos regulares. Apesar de possuir estrutura para destinos internacionais, recebe apenas voos nacionais e passa por processo de expansão do movimento de passageiros, com incremento de 23% nesse fluxo entre 2022 e 2023[53]. Esse aumento de pousos e decolagens, decorrentes da expansão do turismo, constituiria fator de atenção para potencial ampliação do mercado local de narcóticos.

O incremento do fluxo aéreo e rodoviário deve ser considerado não apenas sob a perspectiva do aumento potencial do mercado consumidor local, mas também como variável logística relevante. Estados com menor densidade populacional e menor visibilidade midiática tendem a ser utilizados como espaços de trânsito, armazenamento temporário e redistribuição de cargas ilícitas, especialmente quando conectados a eixos rodoviários estruturantes. Tal característica pode reforçar o papel do estado como corredor logístico complementar em cadeias interestaduais de abastecimento.

A navegação em águas interiores é realizada por pequenas embarcações, principalmente de pesca. Dentre as principais vias, citam-se o rio São Francisco, na divisa norte com Alagoas, e o rio Real, divisa sul com a Bahia. Há histórico de contrabando de cigarros e descaminho de mercadorias diversas, oriundas da região Norte, na foz dos dois rios, mas sem indícios de habitualidade.

As organizações criminosas regionais e nacionais atuam em Sergipe no fornecimento de drogas e armas no atacado para criminosos e quadrilhas locais. Destacam-se dentre as atividades ilícitas praticadas no estado o tráfico de drogas, realizado, principalmente por pequenas associações criminosas, de atuação local e sem domínio territorial significativo, porém com alta incidência de violência. São recorrentes também em Sergipe os crimes contra o patrimônio, execuções por encomenda ("pistolagem", em especial no Sertão), estelionato, crimes virtuais com motivação financeira e crimes contra a Administração Pública.

Em relação aos indicadores de segurança pública, em 2016 o estado figurava como a Unidade da Federação com a maior taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais[54]. Esses índices foram sendo reduzidos progressivamente e atualmente Sergipe apresenta índices de violência bastante reduzidos quando comparados às demais unidades da Federação

53 https://jornaldodiase.com.br/aeroporto-de-aracaju-registra-aumento-de-226-no-fluxo-de-passageiros-em-dezembro-de-2023/

54 https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf

↑ SUMÁRIO

da região Nordeste. Por outro lado, Sergipe figura, em 2025, na terceira posição entre os estados com maior índice de letalidade policial no Brasil segundo a 20ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

No que diz respeito às principais ocorrências de apreensão de drogas, destacam-se nove eventos com expressivas quantidades de maconha entre 2022 e 2024, com carregamentos oscilando entre 150 e 680 quilos, o que reitera a relevância de Sergipe enquanto local de passagem da maconha que vem do Paraguai em direção ao Nordeste.

As organizações criminosas identificadas em Sergipe não atenderam a todos os critérios de interesse metodologicamente definidos para este mapeamento. O tráfico de drogas é realizado por pequenos grupos, com reduzida capacidade logística e bélica, responsáveis por alguns pontos de venda, sem domínio expressivo de áreas contíguas. As eventuais redes e vinculações estabelecidas por esses grupos não sugerem a conformação de facções ou estruturas criminosas unificadas de porte expressivo. Mesmo mapeamentos realizados pelas próprias organizações criminosas corroboram essa percepção, inexistindo na lista de grupos aliados e rivais produzida pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) referências a grupos atuantes em Sergipe.

Isso não significa, entretanto, que as facções de nível nacional e regional não possuam negócios na região. A venda de drogas e armas no atacado é realizada por essas organizações, em especial o PCC, Comando Vermelho (CV) e Bonde do Maluco (BDM), a partir de contatos de criminosos locais com lideranças ou elementos de destaque desses grupos.

Em relação ao sistema prisional, existem faccionados do PCC, CV, BDM, facções do Nordeste e organizações criminosas locais. Tais lideranças não lograram, no entanto, fazer com que articulações dentro do cenário prisional se traduzissem em domínio nas ruas em escala significativa. Ao contrário do que ocorre na maioria dos estados brasileiros, não há registro em Sergipe de crises de segurança pública originadas a partir de ações e ordens do crime organizado.

No entorno do estado e nas áreas de divisa, há facções regionais e nacionais atuando com domínio de áreas mais significativo, em especial o BDM, no norte da Bahia. Há também histórico recente de prisões em Sergipe de líderes de organizações criminosas, principalmente de estados do Nordeste, as quais decorrem, principalmente, de mandados emitidos por Tribunais de Justiça de outros estados.

É bem conhecido também o uso do território sergipano por organizações criminosas com intuito de homiziar lideranças e/ou lavar ativos. Em estados com menor exposição e menor conflitividade faccional visível, há maior viabilidade para estratégias de dissimulação pa-

↑ **SUMÁRIO**

trimonial, aquisição de bens, abertura de empresas e circulação de ativos por intermédio de terceiros. Essa dimensão não substitui a dinâmica do tráfico, mas pode complementá-la como mecanismo de estabilização e reinvestimento de recursos ilícitos.

A Polícia Civil de Sergipe (PCSE) também já identificou grandes organizações de narcotráfico atuando no estado, destacando-se o grupo liderado por Maurinho Sergipe, alvo da Operação Xeque-Mate. Segundo a investigação, a quadrilha era integrada à de Gilson Rei do Kunk, possivelmente maior grupo de revenda de maconha do tipo skunk já identificado no estado do Amazonas e no Brasil[55]. A droga de origem colombiana possuía elevado valor de venda e tinha em Maurinho Sergipe seu principal distribuidor na região Nordeste. Maurinho também teria vinculações com Zé Roberto da Compensa, liderança histórica das organizações criminosas amazonenses Família do Norte/Cartel do Norte[56].

O caso evidencia que, ainda que o estado não apresente consolidação faccional territorial extensiva, pode integrar cadeias logísticas e comerciais de maior complexidade, conectando o Norte/Centro-Oeste e o Nordeste em circuitos de distribuição. Tal padrão reforça a hipótese de que Sergipe funcione como elo intermediário em redes interestaduais, com capacidade de absorver operações relevantes sem necessariamente produzir reorganização violenta do varejo local.

55 https://midiamaxuol.com.br/policia/2020/rei-da-maconha-do-nordeste-e-transferido-para-presidio-federal-de-campo-grande-durante-operacao/

56 https://www.mpam.mp.br/noticias-mpam/13612-mpam-denuncia-casal-preso-em-operacao-da-pc-em-manaquir

↑ SUMÁRIO

Figura 26

Mapa do estado de Sergipe



Cenário criminal em Sergipe: análises e perspectivas

A inexistência de grupos criminosos considerados relevantes para a metodologia deste estudo em Sergipe configura quadro atípico, que demanda aprofundamento da análise para ser adequadamente compreendido. Embora o tráfico de drogas persista como problema significativo para a segurança pública no estado, as organizações criminosas não têm conseguido estabelecer redes e bases mais amplas em Sergipe. A convergência entre inexistência de grupos criminosos relevantes e redução dos indicadores de criminalidade sugere um aumento da efetividade da política pública de segurança do estado nos últimos anos.

↑ SUMÁRIO

Por outro lado, a correlação entre redução de indicadores e inexistência de grupos criminosos estruturados deve ser interpretada com cautela analítica. Políticas de segurança com elevada capacidade repressiva podem desorganizar o varejo e inibir disputas territoriais abertas, sem necessariamente eliminar vínculos logísticos e financeiros que sustentam o abastecimento ilícito. Assim, a estabilização dos indicadores pode coexistir com dinâmicas menos visíveis de inserção em redes regionais.

A persistência de níveis elevados de violência em estados vizinhos aliada à atuação de grupos criminosos nas divisas com Sergipe sugere ainda a continuidade de riscos relacionados à expansão das grandes facções no estado. Há ainda riscos originados pelo recorrente assédio das organizações criminosas brasileiras e estrangeiras às infraestruturas portuárias nordestinas, visando a exportação de cloridrato de cocaína para a Europa e África.

Para fins de aprimoramento analítico futuro, algumas perspectivas podem contribuir para o aprofundamento da compreensão do cenário estadual.

O desenvolvimento de análises complementares voltadas aos circuitos econômico-patrimoniais, considerando possíveis usos do território para homizio, ocultação de ativos e intermediação empresarial. Tal abordagem não substitui a leitura territorial tradicional, mas a complementa, sobretudo em contextos de menor conflitividade ostensiva.

↑
SUMÁRIO



Cenários estaduais, por Região

Região Centro-Oeste

DISTRITO FEDERAL

Com cerca de 2,82 milhões de habitantes, segundo o censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a maior renda per capita entre as capitais brasileiras, organizações criminosas buscam auferir lucro no Distrito Federal por meio da exploração do mercado consumidor de drogas ilícitas. Os grupos criminosos atuantes na capital federal, contudo, enfrentam dificuldades de estruturação, em razão, sobretudo, da pequena extensão territorial da Unidade da Federação e das diversas operações de forças de segurança contra facções.

Entre 2023 e 2024, forças de segurança pública locais apreenderam aproximadamente 14,8 toneladas de drogas no Distrito Federal, sendo 13,9 toneladas de maconha e 923 kg de cocaína, conforme dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025). Em janeiro de 2023, operação conjunta da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) apreenderam 6,5 toneladas de maconha e skunk na BR-040[57]. A droga seria armazenada em Planaltina, região administrativa do Distrito Federal, para abastecimento do mercado local.

A dinâmica do tráfico de drogas na capital federal historicamente foi composta por pequenos grupos criminosos ou gangues, os quais rivalizavam entre si, possuindo atuação geo-

57 https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/23/prf-e-policia-civil-do-df-apreendem-65-toneladas-de-maconha-e-skunk-em-caminhao-na-br-040.ghtml

↑ SUMÁRIO

graficamente limitada, sem exercício de controle territorial relevante. A partir da segunda metade da década de 2010, verificou-se tentativas de presença mais estruturada por parte de facções no Distrito Federal, porém, operações dos órgãos de segurança pública distritais restringiram o fortalecimento e crescimento territorial de tais grupos.

Atualmente, o cenário criminal no Distrito Federal é composto por três organizações criminosas principais: a facção local Comboio do Cão (CDC), que possui maior número de integrantes e maior presença territorial, e as facções nacionais Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).

No Distrito Federal, o PCC é a segunda organização criminosa com maior número de integrantes, porém sua atuação no varejo de venda de drogas é reduzida. A facção realizou algumas tentativas de estruturação de forma mais consistente na capital federal na década de 2010, porém não obteve êxito em se estabelecer de forma significativa na capital federal.

O CV também possui presença limitada na Unidade da Federação, com poucos membros e pontos de venda de drogas pulverizados pelo Distrito Federal. Há registro da atuação do CV na capital federal pelo menos desde 2010, porém, a facção nunca logrou se estabelecer de forma relevante no território. O grupo criminoso carioca, contudo, possui atuação relevante nos municípios de Goiás que compõem a região do entorno do Distrito Federal, situação que influencia no cenário de organizações criminosas da capital federal, principalmente nas regiões administrativas que fazem divisa com o estado vizinho.

Nos últimos anos, houve movimento de aproximação entre CDC e CV, porém, a formalização de aliança entre as facções teria sido frustrada pela atuação das forças de segurança, que prenderam supostos responsáveis pela intermediação entre lideranças dos grupos[58]. Apesar de o CV e o PCC se declararem rivais no Distrito Federal, confrontos ostensivos entre as facções não são comuns na capital do país. Os principais grupos criminosos que atuam na capital federal costumam adotar estratégia pragmática de prioridade nos lucros, evitando confrontos.

As primeiras organizações criminosas no Distrito Federal teriam surgido no início dos anos 2000, quando Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola), principal liderança do PCC, esteve custodiado em presídios da capital. A presença da liderança teria incentivado a criação da facção Partido, Liberdade e Direitos (PLD) e, posteriormente, da facção Partido, Liberdade e Justiça (PLJ) no sistema penitenciário brasiliense, as quais já estão extintas.

O Distrito Federal não apresenta histórico relevante de eventos desestabilizadores envolvendo facções. A última rebelião no sistema prisional ocorreu em 2001, quando 2 detentos

58 https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/cv-e-comboio-do-cao-tramam-alianca-para-aterrorizar-o-df

↑ SUMÁRIO

morreram e 11 ficaram feridos no Complexo Penitenciário da Papuda[59]. No ano anterior, 2000, rebelião no presídio da Papuda culminou na morte de 11 presos[60].

O Distrito Federal possui um dos maiores efetivos policiais a cada 100 mil habitantes, situação que dificulta o estabelecimento de facções no território. As diversas operações de órgãos de segurança pública têm desmantelado o crescimento das organizações criminosas e limitado o seu controle territorial, mantendo-os sem capacidade de criar obstáculos consideráveis à atuação de forças policiais ou exercer controle territorial acentuado nas regiões administrativas da capital federal.

Figura 27

Mapa do Distrito Federal



59 https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1910200121.htm

60 https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/papuda.htm

SUMÁRIO

Cenário criminal no Distrito Federal: análises e perspectivas

Em perspectiva nacional, na avaliação feita acerca do cenário do crime organizado do Distrito Federal em junho de 2025, o Comboio do Cão (CDC) foi classificado com relevância média, enquanto o Primeiro Comando da Capital (PCC) foi classificado com relevância baixa. Já no cenário de relevância local do Distrito Federal, o CDC foi classificado com relevância alta e o PCC com relevância media.

O CDC obteve avaliações destacadas nos elementos relacionados à lavagem de capital e atuação em mercados lícitos. A facção possui histórico de utilização de distribuidoras de bebidas, construtora, transportadora, tabacaria e supermercado para lavagem de capitais da facção. O PCC, por outro lado, possui atuação limitada, apresentando baixa capacidade financeira e operacional na capital federal.

No Distrito Federal, as facções não exercem controle territorial relevante sobre os territórios onde atuam, tampouco exercem domínio em divisas ou áreas estratégicas para logística na Unidade da Federação. Ademais, as facções possuem dificuldades de crescimento na capital federal em razão das constantes operações policiais.

Apesar de não se enquadrar nos critérios de admissibilidade do presente trabalho, a atuação do Comando Vermelho nos municípios do entorno do Distrito Federal influencia o cenário das facções da capital federal, sendo fenômeno de acompanhamento dos órgãos de segurança distritais. Outros grupos locais, como pequenas gangues, também não foram considerados relevantes para o trabalho.

GOIÁS

O estado localizado no centro do país é considerado um importante entreposto logístico para escoamento de drogas, armas e produtos contrabandeados para grandes centros consumidores da região Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Goiás faz divisa com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principais estados brasileiros para internalização de drogas e armas em território nacional. Além disso, a proximidade do Distrito Federal influencia a dinâmica criminal do estado por meio das relações entre os centros urbanos de Goiânia, de Brasília e de cidades do entorno do Distrito Federal.

Localização geográfica, território amplo, divisas com seis unidades da federação e divisas permeáveis tornam Goiás importante polo logístico para as facções criminosas. A maior parte das drogas distribuídas no Brasil vem do Paraguai e Bolívia, passam pelo Mato Grosso e

↑
SUMÁRIO

Mato Grosso do Sul e encontram em Goiás o centro de armazenamento e distribuição para grandes mercados. Nesse cenário, organizações criminosas regionais e células locais de facções nacionais suprem a demanda crescente por maconha, cocaína e anfetaminas. Em 2023, foram apreendidas 40 toneladas de drogas em Goiás, sendo 34 toneladas de maconha e 06 toneladas de cocaína. Em 2024, o total de drogas apreendidas no estado foi de 28 toneladas (23 toneladas de maconha e 5 toneladas de cocaína).

O modal terrestre e aéreo são os principais meios utilizados pelas organizações criminosas no estado. No modal terrestre, há utilização de ônibus, carros de passeio e caminhões, tanto para transporte de grandes carregamentos, quanto para tráfico de pequenas cargas por meio de mulas, pessoas que transportam o entorpecente em malas ou presas ao corpo. Em 2024, as rodovias federais BR-060, BR-070, BR-153 e BR-364 destacaram-se como principais pontos de apreensão de drogas no país, sobretudo de cocaína na BR-364.

No modal aéreo, aeronaves provenientes de diversas regiões do Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia transportam carregamentos de cocaína para fazendas com pistas de pouso clandestinas de Goiás. Nesse cenário, fazendas do estado provêm suporte logístico para organizações criminosas com fornecimento de infraestrutura para pousos, manutenção e reabastecimento de aeronaves, além de armazenamento de drogas em território rural. Assim, o elevado número de estabelecimentos rurais e a extensa área rural de Goiás representam desafios de fiscalização para forças de segurança pública e são vulnerabilidades historicamente exploradas pelas organizações criminosas para operacionalização do tráfico de drogas no estado.

A morte de um piloto vinculado à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), no estado, é emblemática desse *modus operand*i de transporte de entorpecentes que usa Goiás como entreposto logístico. O piloto operava o transporte de cocaína até o litoral de São Paulo com frota de helicópteros que passavam por manutenção e reabastecimento em propriedades rurais do estado.

Além da concentração populacional do estado, Goiânia representa a principal escolha para a moradia para grande parte dos integrantes de organizações criminosas, seja para gerenciamento das operações de tráfico de drogas, seja para operacionalizar a lavagem de ativos. A escolha se justificaria pela estrutura de serviços, sobretudo logísticos, como centros distribuidores próximos com grande fluxo de caminhões (Anápolis e Aparecida de Goiânia), serviços de ensino, mecânica e hangares voltados para o transporte aéreo. Para lavagem de ativos, em geral, as organizações criminosas atuantes no estado têm utilizado empresas tradicionais, principalmente postos de combustíveis. Além disso, as facções têm incluído atividades mais complexas para esse processo, a exemplo da utilização de moedas estrangeiras por meio de doleiros e do comércio de ouro, de obras de arte e de imóveis rurais e urbanos.

↑
SUMÁRIO

As principais organizações criminosas presentes em Goiás são o PCC, o Comando Vermelho (CV) e a organização goiana Amigos do Estado (ADE). Em fevereiro de 2025, ocorreu a prisão do primeiro integrante do Terceiro Comando Puro (TCP) no estado, evento que gerou alerta para as forças de segurança do estado sobre a tentativa de ingresso e atuação da facção carioca em território goiano. O crescimento de outras organizações é dificultado pela concorrência com PCC, CV e ADE. Entre essas, há membros dos grupos criminosos Matar, Vingar e Libertar (MVL), Família Monstro, Primeiro Comando de Jataí e Primeiro Comando da Baixada. Também haveria integrantes da organização criminosa maranhense Bonde do 40 e da Família do Norte, facção amazonense extinta em 2020. Em Goiás, em geral, os agrupamentos criminais menores são vinculados ao PCC, ao CV ou, em menor escala, à ADE. No estado, a atuação de indivíduos e facções menores de forma independente é dificultada pelas três principais facções principais, inclusive com execuções de indivíduos.

Em Goiás, identificou-se a distribuição territorial das organizações criminosas no estado conforme *modus operandi* e rede logística de apoio. Assim, na região oeste, há predominância de integrantes do CV, região da rota de entrada de cocaína proveniente da Bolívia por meio do Mato Grosso. No sul e sudeste do estado, nota-se a presença predominante de membros do PCC, provavelmente devido à proximidade aos estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, e também de integrantes da facção ADE. Na região norte do estado, próxima ao estado de Tocantins, há predominância de membros da ADE. Por fim, na região metropolitana de Goiânia e no Entorno do Distrito Federal, destacam-se as constantes disputas entre as facções para domínio do comércio regional.

↑
SUMÁRIO

Figura 28

Mapa do estado de Goiás



Cenário criminal de Goiás: análises e perspectivas

No cenário nacional das organizações criminosas em Goiás, a organização Amigos do Estado é classificada como de relevância alta, enquanto o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital foram classificados como de relevância média. No nível estadual, as três organizações criminosas foram classificadas como de relevância alta, representando um equilíbrio relativo de forças, embora a ADE tenha pontuado mais na soma dos diferentes atributos.

Na avaliação, as facções apresentaram equilíbrio no controle de pontos de vendas de drogas, controle social no sistema penitenciário e no domínio de áreas importantes para a

↑ SUMÁRIO

logística de narcotráfico no estado. Historicamente, esse equilíbrio entre as organizações tem dificultado o crescimento de outras facções criminosas em Goiás. Além disso, embora PCC e ADE venham atuando em associação para o tráfico de drogas, o CV no estado tem apresentado atuação mais consistente, destacando-se, principalmente, em atividades de tráfico de drogas no varejo e em atividades criminosas correlatas.

Outras organizações locais atuantes no estado, locais ou oriundas de outras Unidades da Federação, não atingiram os patamares mínimos de relevância para o trabalho. Contudo, a presença inicial do Terceiro Comando Puro (TCP), que vem em processo de expansão nacional, e sua aliança com a ADE tende a impactar as dinâmicas locais e nacionais, pelo aumento da violência por meio do fornecimento de armamentos, em caso de estabilização da aliança ou mesmo da formação de células independentes do TCP em Goiás.

MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso, com população estimada em 3,658 milhões de habitantes, distribui-se por um extenso território de aproximadamente 903 mil quilômetros quadrados, o que o configura como a terceira maior unidade federativa brasileira em termos de área. Além disso, o estado ascendeu à posição de segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Brasil.

A vastidão territorial e as características regionais distintas, notadamente a confluência de três biomas – o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia –, a extensa fronteira que comparte com a Bolívia, totalizando 980 quilômetros, e as suas divisas com seis outras unidades da federação (Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul), formam conjuntura singular para acompanhamento do fenômeno de crime organizado no estado.

A permeabilidade da fronteira com a Bolívia, terceira maior produtora mundial de cocaína, expõe a região à vulnerabilidade no tocante ao tráfico internacional de drogas. Além disso, as organizações criminosas aproveitam as fragilidades para praticar atividades ilegais como garimpo, delitos ambientais, grilagem de terras, fraudes eletrônicas e crimes perpetrados contra instituições financeiras.

Tais fatores, atrelados à rede logística disponibilizada no território de Mato Grosso, como aeródromos, extensa malha rodoviária e ferroviária e rios navegáveis, tornam a região atrativa para o crime organizado. Os índices criminais em Mato Grosso refletem a capilaridade das organizações criminosas e a busca por domínio territorial e logístico.

↑
SUMÁRIO

Os principais modais logísticos utilizados na internalização de drogas, em Mato Grosso, são o aéreo, o fluvial e o terrestre. O modal aéreo utiliza pistas de pouso clandestinas localizadas em áreas com baixa densidade demográfica, como fazendas e terras indígenas, que são fatores que propiciam o transporte de drogas por aviões de pequeno porte. As aeronaves geralmente possuem capacidade de carregar até 500 quilos de cocaína e adentram o Brasil com sobrevoos em baixa altitude, em busca de evitar os radares de controle do espaço aéreo.

Na região de Comodoro, próximo à divisa com Rondônia, os narcotraficantes têm alternado os trajetos por via aérea de entrada e saída do país de modo a buscar confundir as autoridades policiais dos estados. Quando entram em território brasileiro, via Mato Grosso, os pilotos procuram retornar à Bolívia por Rondônia e vice-versa. A estratégia parte de uma premissa, por parte dos grupos criminosos, de que dificuldades de integração operacional entre as forças de segurança atuantes nos estados dificultam a repressão a essas ações. Além disso, também busca evitar os sistemas de radar de fronteira.

No período das chuvas – outubro a março –, o Pantanal mato-grossense apresenta condições favoráveis ao arremesso de fardos de entorpecentes em grandes áreas alagadas que, posteriormente, são resgatados pelos traficantes; já na época da seca (de abril a setembro), o terreno sem grandes irregularidades propicia o pouso das aeronaves e o surgimento de pistas de pouso clandestinas.

O modal terrestre é caracterizado pelo transporte das cargas ilícitas oriundas de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Bolívia pelas rodovias federais e estaduais BR-070, BR-163, BR-174, BR-364, MT-100 e por estradas não-pavimentadas, conhecidas como cabriteiras. Em relação ao modal fluvial, os traficantes utilizam pequenos barcos e balsas para fazer o translado dos entorpecentes através dos rios Jauru, Paraguai e Guaporé. Dentre os principais eventos criminais recentes em Mato Grosso, destacam-se o roubo a estabelecimento bancário em Confresa/MT em 09 de abril de 2023, quando 18 suspeitos foram mortos pelas forças policiais no decorrer das ações de segurança[61]. Além disso, o estado registrou recorde histórico em apreensão de drogas. Em 2023, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foram apreendidas aproximadamente 26,2 toneladas de entorpecentes. Em 2024, 41 toneladas: 17,5 toneladas de maconha, 16 de cocaína e 7,6 de pasta base de cocaína.

Atualmente, existem duas organizações criminosas com predominância no estado: Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC). O embate entre essas facções tem se destacado em Mato Grosso, principalmente nos municípios do interior do estado. Cáceres/MT, situado na faixa de fronteira, é foco da ruptura entre o CV e dissidentes, os quais

61 https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/04/09/criminosos-armados-com-fuzis-invadem-base-da-pm-e-explodem-empresa-de-transporte-de-valores-em-mt.ghtml

↑ SUMÁRIO

se alinharam ao PCC para o controle territorial na região. Além disso, Sorriso/MT – cidade estratégica localizada às margens da BR-163 – ocupa a 4ª posição no ranking entre as cidades mais violentas do Brasil[62]. Não foram identificadas outras organizações criminosas com domínio territorial estabilizado no estado.

Figura 29

Mapa do estado de Mato Grosso



62 https://diariodoestadomt.com.br/noticias/porquesorrisosetornoua4ucidademaisviolentadopa-as/96991392

Cenário criminal em Mato Grosso: análises e perspectivas

O cenário nacional das organizações criminosas em Mato Grosso apresenta o Comando Vermelho classificado como de relevância muito alta e o Primeiro Comando da Capital como média. No nível estadual, o CV também apresenta relevância muito alta, enquanto o PCC apresenta relevância alta. Nesse contexto, o CV se destaca em todos os aspectos avaliados: influência territorial, capacidade operacional, econômica e financeira e domínio de áreas estratégicas do estado. O PCC, por sua vez, apresenta capacidade operacional e domínio de áreas estratégicas elevados, embora ainda apresente classificação inferior ao da organização criminosa rival no estado.

Como o estado é um dos principais pontos de internalização de drogas oriundas da Bolívia, sobretudo cocaína, a dinâmica de atuação de grupos criminosos na região de fronteira tende a permanecer gerando conflitos, com envolvimento de facções brasileiras e bolivianas envolvidas na prática de ilícitos transnacionais. É provável que essa dinâmica continue a impactar os índices de violência em cidades brasileiras da região de Cáceres e cidades bolivianas da região de San Matías. Em outras regiões do estado, é provável que haja manutenção da exploração de atividades lícitas e ilícitas por organizações criminosas, com predomínio da atuação do CV, facção majoritária em Mato Grosso e com vinculação a esses ilícitos já identificada.

MATO GROSSO DO SUL

O Mato Grosso do Sul é uma das principais portas de entrada de drogas no Brasil. Entre 2020 e 2024, foram apreendidas cerca de 76,7 toneladas de cocaína e cerca de 2,9 mil toneladas de maconha em Mato Grosso do Sul, posicionando o estado como o terceiro de maior volume de apreensões de cocaína e o primeiro (65% a mais que o segundo colocado) em apreensões de maconha entre as unidades federativas brasileiras, na época mencionada (BRASIL, [s.d.]). Além de fazer divisas com cinco estados brasileiros, o estado faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, tornando sua posição geográfica estratégica para o mercado de entorpecentes e servindo de entreposto para organizações criminosas. Essas regiões fronteiriças apresentam dinâmica socioeconômica e infraestruturas logísticas fundamentais para continuidade das operações de redes criminosas, a exemplo de facilidade de homizio de criminosos, pistas de pouso, oficinas de aeronaves e pessoal especializado, armamento disponível e facilidade de lavagem de capitais.

↑ SUMÁRIO

Mato Grosso do Sul também apresenta proximidade dos grandes centros consumidores de drogas e dos maiores portos e aeroportos do país, nas regiões Sudeste e Sul. O emprego da infraestrutura do estado para escoar drogas aos grandes centros consumidores brasileiros deve-se à extensa faixa de fronteira de fácil acesso e à boa infraestrutura rodoviária. Por ser uma das principais rotas do tráfico de drogas no Brasil, o estado concentra presos oriundos de outras unidades federativas e de outros países, com alta incidência penal relacionada ao tráfico de drogas (40% do total), o que facilita a cooptação de novos membros às organizações criminosas que operam redes de narcotráfico na região. O estado também é relevante para o tráfico de armas, caracterizado pelo transporte do tipo "formiguinha", por meio do qual a carga é levada em pequena quantidade e com reduzido volume, para dificultar a fiscalização. As armas ingressam tanto pela fronteira com o Paraguai quanto com a Bolívia e possuem origem principalmente de países europeus. O tráfico de armas e munições muitas vezes se encontra vinculado ao tráfico de entorpecentes, por atender necessidades de poder bélico das quadrilhas de traficantes de drogas e também por utilizar as mesmas rotas e meios de transporte aos destinos finais dos carregamentos.

Em relação às fronteiras do estado, a Bolívia e o Paraguai são grandes fornecedores de drogas. Mato Grosso do Sul possui 386 quilômetros de fronteira com a Bolívia e 1.131 quilômetros de fronteira com o Paraguai, tornando-se ponto estratégico nas ações do narcotráfico e do crime organizado. As regiões fronteiriças desses países contam com arranjos logísticos e mecanismos de apoio necessários (facilidade de homizio de criminosos, pistas de pouso livres de fiscalização, oficinas de aeronaves e pessoal especializado, armamento disponível e facilidade de lavagem de capitais) para a continuidade de operações das redes criminosas.

A Bolívia é o terceiro maior produtor de cocaína do mundo (UNODC, 2024), sendo a origem de grande parte da droga internalizada no Brasil, sobretudo pela fronteira com o Mato Grosso do Sul, rota de tráfico de cocaína já consolidada, conhecida como Rota Caipira (ABREU, 2017). Narcotraficantes ingressam com a droga por meio de Corumbá/MS, utilizando vários modais disponíveis no município sul-mato-grossense, entre ferrovias, hidrovias, via aérea e, principalmente, pela via rodoviária. Na região fronteiriça de Corumbá com a Bolívia, há contiguidade entre os países por meio do bioma pantanal, com áreas e instalações de fazendas, chácaras e pesqueiros frequentemente utilizadas em logística e homizio de ilícitos. A região pantaneira contigua à fronteira é propícia para armazenamento da cocaína boliviana, devido ao extenso território e à baixa densidade populacional. A partir de 2023, redes criminosas também têm intensificado o cultivo de maconha e skunk na Bolívia, diversificando mercados criminais.

↑
SUMÁRIO

Outro fator de interesse é que Santa Cruz de la Sierra, cidade boliviana a cerca de 650 quilômetros da fronteira de Mato Grosso do Sul, tornou-se, em anos recentes, local de homizio preferencial de lideranças foragidas de organizações criminosas brasileiras. Além de evitar captura por forças de segurança nacional, o homizio de brasileiros faccionados na Bolívia também permite aproximação direta com produtores e fornecedores de drogas no país andino.

O Paraguai é o principal produtor de maconha da América do Sul, sendo o Brasil seu principal mercado consumidor, além de um importante entreposto da cocaína oriunda dos países andinos e destinada ao Brasil, para consumo interno ou exportação. Organizações criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), operam diretamente no país vizinho, fazendo parte da cadeia de distribuição da droga no Brasil. Toda a faixa de fronteira do país é utilizada para a prática de ilícitos.

São diversos os meios e caminhos adotados por traficantes de cocaína que atuam no estado de Mato Grosso do Sul, utilizando fluxos consolidados da droga ao longo da fronteira estadual com o Paraguai, que se estende de Porto Murtinho/MS até Mundo Novo/MS, sendo dois terços dessa área caracterizados por fronteira seca e o restante composto por rios de fácil transposição. No Paraguai, também há casos de propriedades que se desdobram nos dois territórios nacionais; regramentos urbanos são desrespeitados nas cidades-gêmeas e nos distritos que possuem limites conurbados; e proliferam estradas clandestinas que conectam os territórios.

Também está prevista a finalização do Corredor Rodoviário Bioceânico (CRB), que implicaria mudanças nas redes criminosas locais. Conhecido também como Rota Bioceânica, o CRB é rota rodoviária em fase de construção, com previsão de término até final de 2026, ligando portos marítimos do Chile aos grandes centros urbanos brasileiros, incluindo o Porto de Santos/SP. Embora implique oportunidades de desenvolvimento regional para localidades distantes entre países sul-americanos, a rota potencializaria alternativas de internalização e movimentação de ilícitos por parte de grupos criminosos nacionais e estrangeiros. Com traçado estabelecido em Mato Grosso do Sul, há perspectiva de que a região sudoeste do estado, incluindo Porto Murtinho, e a região do Chaco paraguaio, fronteiriça ao Pantanal sul-mato-grossense, sejam as principais áreas afetadas por redes criminosas a partir da consolidação do CRB. Salienta-se que a região chaqueña apresenta vulnerabilidades por ausência de fiscalização das autoridades paraguaias e já serve como entreposto para operações aéreas do narcotráfico entre Bolívia e Paraguai, incluindo a participação de organizações criminosas brasileiras.

↑
SUMÁRIO

Figura 30

Traçado do CRB entre cidades portuárias chilenas e o Porto de Santos/SP



Fonte: Forbes Paraguay

O Mato Grosso do Sul é considerado corredor de narcotráfico, com pequeno mercado consumidor no estado e ausência de indícios de produção ou grandes cultivos de drogas. Diferentes meios de acesso rodoviário, somados a dificuldades de controle e fiscalização de rodovias e estradas vicinais pelos aparatos estadual e federal, são atrativos para o incremento do tráfico de drogas que abastece o mercado brasileiro a partir do Paraguai e da Bolívia.

Grande parte da cocaína que ingressa no Brasil pelo Mato Grosso do Sul é produzida na Bolívia. Fábricas de processamento de pasta base e de cristalização de cocaína estariam situadas principalmente na província de Chapare, no departamento de Cochabamba, e espalhadas pelo departamento de Santa Cruz. Além da produção própria, a Bolívia também seria destino de grandes volumes de cocaína provenientes do Peru e da Colômbia. A cadeia logística de distribuição do entorpecente seria explorada por grandes clãs bolivianos locais, que diversificam suas atividades entre produção e exportação de cocaína. Em geral, a cocaína seria enviada ao Brasil, por meio de aviões de pequeno porte, utilizando pistas clandestinas e tendo como entreposto principalmente os departamentos paraguaios de Concepción, Amambay, San Pedro e Canindeyú, regiões fronteiriças com o Mato Grosso do Sul. Cada avião levaria entre 350 e 450 quilos de droga, entre pasta base ou cloridrato de cocaína. Os pousos ocorrem em pistas habilitadas ou clandestinas. Há aterrissagens para abastecimento de combustível, na região do Chaco, departamento de Alto Paraguay, armazenamento de cargas de maior volume (em entrepostos) ou troca de modal de transporte.

↑ SUMÁRIO

Em relação à maconha, é estimado que a maior parte da quantidade produzida pelo Paraguai tenha o Brasil como destino final. Em estimativas, é frequentemente mencionado que 80% da maconha produzida no Paraguai tenha o Brasil como destino. Além disso, cerca de 80% da maconha total consumida no país seria proveniente do Paraguai (UNODC, 2022).

Entre as principais cidades paraguaias utilizadas para o tráfico de maconha, destaca-se Capitán Bado, vizinha à brasileira Coronel Sapucaia. Ressalta-se, porém, que o comércio ilícito do entorpecente ocorre em toda a faixa de fronteira com o Paraguai. A entrada ocorre de diversas maneiras: camuflada em automóveis, caminhões de carga ou por meio de "mulas" (pessoas contratadas para o transporte individual), utilizando ônibus de linha regular.

A porção sul do estado possui rede de rodovias e estradas vicinais com movimentação superior à capacidade de fiscalização dos órgãos federais e estaduais. A existência de entroncamentos possibilita aos criminosos a realização de rotas desviando de pontos com maior fiscalização. Apesar desses subterfúgios, a maior parte das apreensões de cargas ilícitas continua ocorrendo em rodovias de maior tráfego, como as BRs 163, 463, 262, 267 e 060. Para o transporte via modal terrestre, a droga é fracionada em veículos, que atravessam regiões de fronteira. Estradas vicinais e acessos alternativos, que cortam propriedades privadas ou áreas públicas, são amplamente utilizados ao longo de toda a fronteira terrestre para o fluxo de produtos ilícitos. Em solo brasileiro, há entrepostos para formação de cargas maiores, em cidades estratégicas – Dourados/MS, Campo Grande, Naviraí/MS.

Mato Grosso do Sul é cortado por 13 rodovias federais, somando cerca de 4.070 quilômetros de extensão de pistas pavimentadas, sendo as mais utilizadas para o narcotráfico as BR-262, BR-267, BR-163. Além disso, o estado possui cerca de 145 rodovias estaduais, que totalizam cerca de 15.208 quilômetros de extensão. As estradas vicinais ganharam maior importância por acessos alternativos (denominados estradas "cabriteiras"), que cortam propriedades privadas ou áreas públicas, esses acessos são amplamente utilizados ao longo de toda a fronteira terrestre para o fluxo de produtos ilícitos.

As regiões fronteiriças são cruciais para o narcotráfico, abrangendo infraestruturas destinadas à atuação de redes de criminosos. Essas regiões são extensas, desabitadas e formadas por fazendas, cujas pistas de pouso são importantes para o recebimento de drogas. Lançadas do avião ou descarregadas em pistas, as cargas são armazenadas e posteriormente transportadas em pequenas quantidades, por rodovias, até o destino final. Entre os destinos principais para as cargas de cocaína que transitam pelo estado, destacam-se São Paulo e Paraná, com os portos de Santos e Paranaguá sendo os mais utilizados para exportação do entorpecente.

↑
SUMÁRIO

Além disso, o Mato Grosso do Sul destaca-se também como entreposto para envio de drogas às demais unidades da Federação. O principal *modus operandi* adotado em rodovias para o tráfico de drogas, visando a diminuir prejuízos, em caso de apreensão da carga, é o sistema de consórcios (junção de carregamentos de drogas pertencentes a vários destinatários). É comum que o grupo responsável pelo transporte ou distribuição da droga não seja o mesmo que realizou a compra. A maconha, por ter menor valor agregado, é transportada em grandes quantidades e por via terrestre. A cocaína é transportada em menores quantidades, normalmente acondicionada em fundos falsos de veículos.

As principais organizações criminosas presentes em Mato Grosso do Sul são o PCC e o CV, que rivalizam entre si a participação nos mercados ilícitos no estado. Ambas as facções possuem acesso a fornecedores de ilícitos, provenientes das regiões fronteiriças, propiciando ambiente de dinamismo e interação de atividades ilícitas perpetradas nacionalmente por essas facções. Também, há presença de filiados dessas facções entre a massa carcerária das unidades prisionais do estado, com grande predomínio de membros e simpatizantes da facção paulista.

Salienta-se que, nos municípios de fronteira, em geral, há lideranças atuando como força mediadora das interações de diversos grupos antagônicos que operam nessas localidades, incluindo o PCC e o CV. Desse modo, além da presença dessas facções, o estado possui como particularidade a presença de clãs e grupos criminosos estabelecidos em municípios de fronteira. Os clãs e grupos atuantes na fronteira influenciam os arranjos criminais para tráfico de ilícitos, sobretudo de drogas, compartilhando a localidade com demais organizações criminais. Não há, contudo, apropriação do território com gestão violenta, controle social mediante normas de conduta ou sobre circulação de moradores, da mesma forma como atuam grupos análogos às milícias fluminenses.

Entre as características compartilhadas dos clãs de fronteira, destacam-se: em geral, são independentes de demais organizações criminosas, sendo fornecedores de ilícitos até mesmo para facções rivais entre si; atuação em determinadas áreas de fronteira, mas sem capacidade de controle social, mediante normas de conduta ou sobre circulação de moradores; acesso a armamento de diversos calibres para uso esporádico de intimidação ou enfrentamento de grupos rivais – essas organizações criminosas por vezes recorrem a serviços de seguranças privados ou pistoleiros, que, normalmente, são contratados e não são diretamente filiados ao grupo; vinculações com diversos grupos estrangeiros, com destaque para paraguaios – essas conexões permitem continuidade de fluxos de ilícitos provenientes do exterior, o que permite a esses grupos atuarem como grandes fornecedores de entorpecentes e armas às organizações criminosas no Brasil; estrutura incipiente para tráfico no varejo, priorizando o fornecimento por atacado; liderança bem definida capaz

↑
SUMÁRIO

de manter coesão entre seus membros; ausência de estatuto próprio ou estrutura para controle social de membros custodiados em unidades prisionais; elevada capacidade de movimentação de recursos financeiros, para continuidade da estrutura criminal; ausência de domínio sobre território brasileiro, sobre rotas ou infraestruturas logísticas (aeroportos, portos fluviais, rodovias) utilizadas para atividades ilícitas.

Em relação à ausência de domínio territorial do lado brasileiro, a variedade de rotas no estado permite diversificação de estratégias para continuidade de fluxos de ilícitos, o que é determinante para a não imposição violenta sobre tais rotas. Em determinadas localidades, espaços urbanos e rurais utilizados como rotas e entrepostos de produtos ilícitos são sistematicamente monitorados por indivíduos associados aos clãs. Ainda, outra questão diz respeito à cooptação de grandes empresários, sobretudo pecuaristas, e que, portanto, faz com que os clãs tenham acesso a pista de pouso e maior variedade de rotas também no modal aéreo. Complementarmente, os clãs também possuem rede de empresas utilizadas para lavagem de dinheiro ou movimentação de ativos financeiros oriundos do tráfico de drogas.

Ressalta-se que alguns clãs e grupos instalados principalmente em território paraguaio detêm presença em zonas de cultivos de maconha próximos à fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul, o que permite capacidade de manejo da cadeia produtiva da droga. Em anos recentes, essas plantações foram se tornando frequentes principalmente em áreas de preservação ambiental na faixa de fronteira. Outra forma de presença no território paraguaio é utilização de pistas de pouso de narcovoos oriundos da Bolívia.

Além disso, no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente na fronteira, há eventual presença de indivíduos de outros grupos criminosos, oriundos geralmente de outros estados. Contudo, tais organizações criminosas não possuem grande número de filiados, grande relevância ou capilaridade para alterações nos arranjos e nas dinâmicas criminais do estado. Nesse sentido, eventual presença de tais indivíduos na fronteira é justificada, em geral, pelo envio de emissários para abertura de relações com fornecedores de drogas no Paraguai e na Bolívia ou mesmo para homizio de lideranças foragidas da justiça brasileira nesses países. Destaca-se que, como não possuem grande capacidade de aquisição de ilícitos, é frequente que tais grupos utilizem esquemas de consórcio, isto é, carregamentos do produto seriam pertencentes a diferentes pessoas ou organizações.

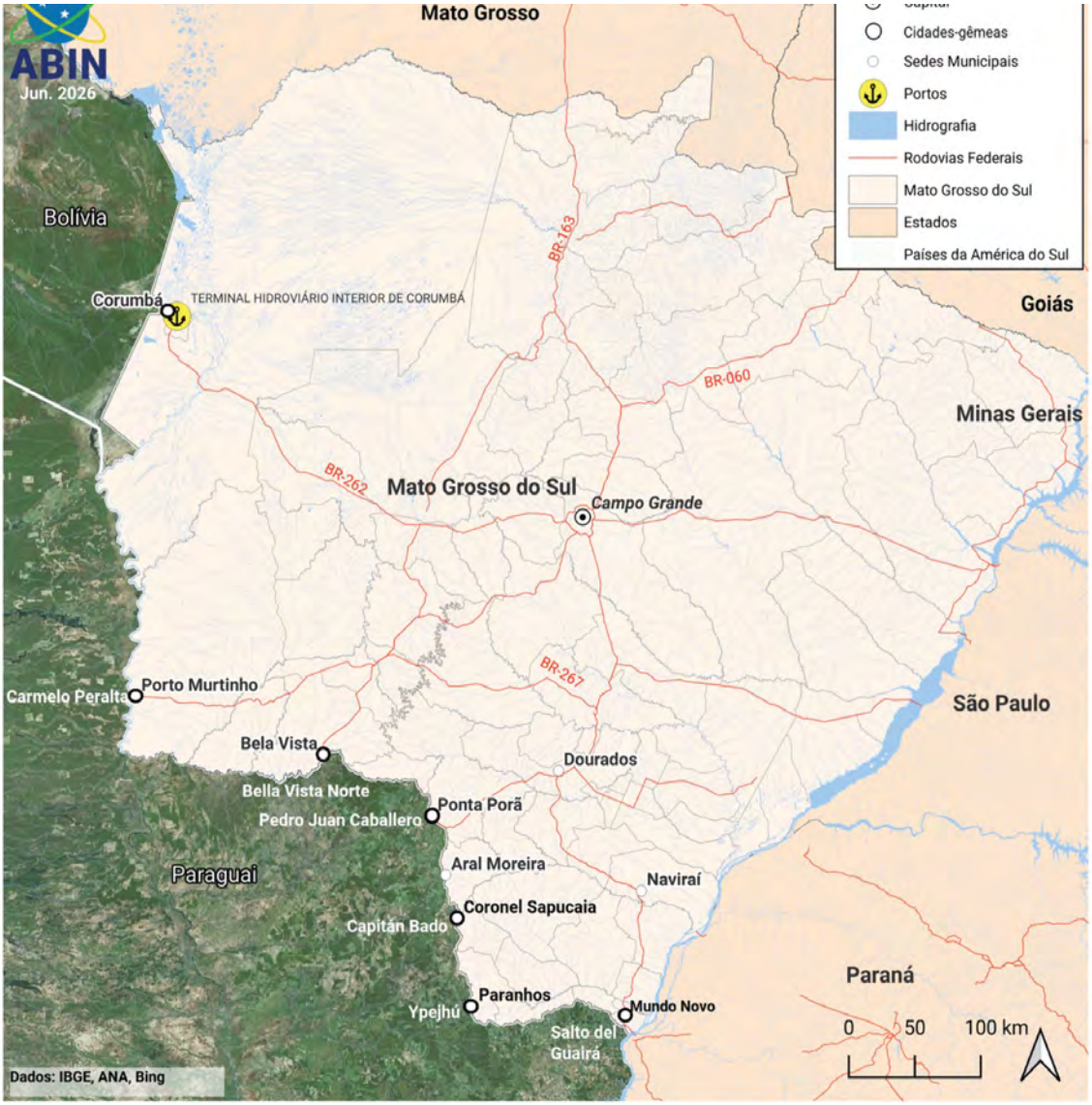
Entre tais grupos, o Terceiro Comando Puro (TCP) se destaca como de presença mais reiterada no estado. A facção carioca possui atuação discreta e com foco na aquisição de ilícitos (drogas e armas) e na exploração do jogo ilegal, visando sobretudo o emprego de rotas locais para o escoamento de produtos para o Rio de Janeiro.

↑
SUMÁRIO

Embora se encontre inserido na dinâmica criminal do estado, o TCP não teria política de recrutamento ostensivo de indivíduos, na rua ou em unidades prisionais do estado. O ingresso na estrutura criminal ocorreria a partir de vínculos pessoais entre seus integrantes. Nesse sentido, a ausência de política de recrutamento massivo entre criminosos locais, a inexpressividade de sua presença no sistema prisional estadual e o fato de atuar à sombra do PCC, grupo com o qual mantém aliança, conformaram cenário que permitiu à organização criminosa estabelecer-se sem grande oposição por parte de grupos rivais, mas com limitações em seu crescimento.

Figura 31

Mapa do estado de Mato Grosso do Sul



↑ SUMÁRIO

Cenário criminal no Mato Grosso do Sul: análises e perspectivas.

O cenário das organizações criminosas em Mato Grosso do Sul apresenta o Primeiro Comando da Capital (PCC) classificado como relevância nacional e estadual muito alta, enquanto Comando Vermelho (CV) apresenta relevância nacional e estadual alta. O PCC é a facção de maior relevância no estado, contando com maior número de membros e presença na maioria das regiões, incluindo a capital e faixas fronteiriças, além das unidades prisionais do estado. O CV aparece em segundo lugar exercendo atuação sobretudo em algumas regiões de fronteira e na região norte do estado. Embora o PCC venha perdendo terreno entre a criminalidade local de determinadas regiões, a facção ainda detém hegemonia sobre a massa carcerária do estado e apresenta grande presença na região de fronteira com o Paraguai, o que faz com que o Mato Grosso do Sul permaneça central para a dinâmica de funcionamento da facção criminosa.

Além disso, há presença eventual de indivíduos de outros grupos criminosos, oriundos em geral de outros estados, no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente na região de fronteira. Contudo, tais organizações criminosas não entraram na classificação de relevância nacional ou estadual do cenário de Mato Grosso do Sul, pois não possuem grande número de filiados ou capilaridade suficiente para alterações nos arranjos e nas dinâmicas criminais do estado. Além disso, essas organizações não possuem grande capacidade de aquisição de ilícitos, tendo como atuação principal em redes de consórcio (carregamentos de produtos ilícitos pertencentes a diferentes pessoas ou organizações). Em geral, a presença de indivíduos dessas outras organizações criminosas é justificada pelo envio de emissários para abertura de relações com fornecedores de drogas no Paraguai e na Bolívia ou mesmo para homizio de lideranças foragidas da justiça brasileira nesses países.

Particularidade importante observada no estado é a presença de clãs e de grupos criminosos estabelecidos na região de fronteira que compartilham características comuns e influenciam os arranjos criminais para o tráfico de drogas. O atributo de territorialização é um dos mais prejudicados para qualificação desses atores na matriz de criticidade nacional ou estadual, contudo, são atores importantes para avaliação do contexto criminal transfronteiriço. No caso de maior destaque, envolvendo a região fronteiriça de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, as principais lideranças possuem função de regulação sobre as interações entre os grupos criminosos que operam na região. Nesse sentido, o enfoque desses clãs e grupos criminosos é viabilização dos fluxos transnacionais, com especialização na questão logística, sem que haja imposição territorial ou gestão da violência sobre tais rotas.

↑ SUMÁRIO



Cenários estaduais, por Região

Região Sudeste

ESPÍRITO SANTO

Nos últimos anos, o estado do Espírito Santo vem ganhando relevância no cenário do crime organizado brasileiro. Ao mesmo tempo em que facções criminosas de base prisional se consolidam como atores determinantes para a dinâmica de violência e criminalidade, o estado segue como importante plataforma de exportação de cocaína, operada por organizações criminosas de alcance transnacional.

O cenário da criminalidade organizada no estado é fortemente impactado pela dinâmica prisional, pelo comércio de drogas e pela proximidade ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Facções criminosas têm como objetivo prioritário explorar a venda de drogas e dominar territórios, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), para viabilizar suas práticas ilícitas. Outros crimes são praticados, de forma acessória, como tráfico de armas, assassinato de rivais, lavagem de dinheiro e extorsão.

Tal dinâmica também desperta o interesse de facções fluminenses e paulistas, que percebem o ambiente criminal capixaba como oportunidade de expansão de negócios ilícitos e buscam exercer influência sobre grupos locais. As principais organizações criminosas atuantes no Espírito Santo são o Primeiro Comando de Vitória (PCV), antigo aliado do Primeiro

↑ SUMÁRIO

Comando da Capital (PCC), mas que hoje é um braço local do Comando Vermelho (CV), e o Terceiro Comando Puro (TCP), que aglomerou grande parte de organizações criminosas locais inimigas do PCV, como a Associação Família Capixaba, replicando a principal rivalidade fluminense em território local. Outros grupos como o próprio PCC, detêm atuação territorial no estado, mas de forma pontual e incipiente.

Já a exportação de drogas desperta o interesse de criminosos estrangeiros, representantes de organizações de grande porte como a italiana Ndrangheta e grupos da região dos Balcãs, muitas vezes associados a integrantes de facções brasileiras articuladas por todo o Brasil e no exterior, com destaque principal para o PCC, de São Paulo, e o CV, do Rio de Janeiro. O estado figura como plataforma para a exportação de cocaína por organizações criminosas de alcance transnacional e, desde 2021, as apreensões nos terminais portuários ao longo do litoral se intensificaram. Ao mesmo tempo, facções criminosas de base prisional exploram a venda de drogas no varejo local, exercendo violência e controle territorial para garantir suas atividades ilícitas.

Aspectos econômicos, geográficos e de infraestrutura do estado constituem atrativos para o assédio de organizações criminosas, visando ao tráfico de drogas, armas e outros produtos ilícitos. O estado apresenta concentração de atividades econômicas voltadas aos comércios nacional e internacional, que se beneficiam de rede portos ao longo da costa. O estado é próximo a centros econômicos como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, que por sua vez, se conectam a eixos viários que, além de integrar todas as regiões do país, alcançam as fronteiras de Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru. Dessa forma, o Espírito Santo posiciona-se como corredor entre as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, e rota possível para a remessa de volumosas cargas de entorpecentes ao exterior.

Identificam-se rotas de tráfico de drogas por meio da BR-101, que conecta o Espírito Santo ao Rio de Janeiro, ao sul, e à Bahia, ao norte; e por meio da BR-262, que atravessa o estado de leste a oeste, interligando a São Paulo, Minas Gerais e aos estados do Centro-Oeste. Rodovias estaduais também são alternativa. Já no modal hidroviário, apontam-se rotas nacionais que utilizam embarcações de menor porte para o transporte de drogas via cabotagem, sobretudo devido à presença de inúmeros terminais portuários ao longo da costa do estado. Rotas internacionais são exploradas, cooptando-se parte da logística portuária direcionada ao comércio internacional, principalmente por meio do Complexo Portuário de Vitória.

↑
SUMÁRIO

Figura 32

Mapa do estado do Espírito Santo



Cenário criminal do Espírito Santo: análises e perspectivas

Avaliação do cenário criminal do Espírito Santo, realizada em junho de 2025, aponta, em perspectiva nacional, relevância alta para o PCV e média para o TCP local. No cenário criminal do estado, avaliado em junho de 2025, o PCV se evidencia com relevância muito alta, mantendo certa vantagem sobre o TCP, embora tenha passado por episódios de crise de liderança, após transferências e prisões de articuladores em 2024.

Com relevância média no estado, o TCP, por sua vez, vem ampliando influência na região metropolitana de Vitória (RMV), em processo, muito em parte, facilitado por sua estrutura

↑ SUMÁRIO

mais horizontalizada. Com apreensões de significativas quantidades de drogas, sobretudo nos portos, a infraestrutura de transporte do estado segue atraindo redes transnacionais como aquelas relacionadas a integrantes do PCC, da máfia italiana 'Ndrangheta e de grupos balcânicos. O PCC, por sua vez, que busca voltar a operar territorialmente no estado, após cisão com grupos aliados locais, possui apenas poucos territórios, concentrados em algumas localidades da RMV, não se enquadrando como relevante para fins deste trabalho.

A esperada persistência de fatores de influência para atuação do crime organizado indica que as dinâmicas faccionais e de narcotráfico internacional seguirão como os principais indutores de criminalidade no Espírito Santo. É muito provável que a rivalidade entre PCV e TCP condicione eventuais episódios de violência no estado, com aportes de armamentos longos advindos de suas matrizes fluminenses.

MINAS GERAIS

O estado de Minas Gerais detém uma posição *sui generis* no cenário da criminalidade brasileira. Ao mesmo tempo que o território mineiro detém posição estratégica para a cadeia logística criminal do país (conhecida como rota caipira), sobretudo do narcotráfico, ao conectar diferentes regiões, Minas não possui nenhuma organização criminosa autóctone de grande vulto, sofrendo influência criminal dos seus vizinhos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, berços das principais facções criminosas atuantes no Brasil.

Minas Gerais possui um grande mercado consumidor, espalhado por grandes centros urbanos pelo estado e que estão conectados, principalmente por via rodoviária, com outras grandes cidades do país. Ao longo dos anos, esse fato não ensejou grandes disputas territoriais nas cidades mineiras de maior porte, se comparado com o cenário de conflito de outras Unidades da Federação (UF), que presenciaram a expansão de grupos criminosos. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), usualmente Minas Gerais detém a segunda colocação no número de ocorrências de tráfico de drogas registradas, ficando somente atrás de São Paulo.

A importância logística de Minas Gerais ocorre pelas conexões que o estado promove entre as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, tendo diversos entroncamentos logísticos nas suas divisas de alta relevância para o escoamento de carregamentos de entorpecentes e armamentos. Nesse sentido, regiões como o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas servem como rota de transição entre as cargas que adentram pela chamada Rota Caipira, com destino ao Nordeste ou ao Rio de Janeiro, enquanto o Norte de Minas recebe entorpecentes que adentram o Brasil pela rota do Solimões ou litoral Norte-Nordeste, com destino a

↑ SUMÁRIO

centros urbanos no Sudeste e Sul. Logo, é um estado que tanto recebe drogas para consumo nacional, como para a exportação internacional, o que explica o elevado número de ocorrências de tráfico de drogas em suas rodovias.

Diversas rodovias se destacam como rotas de entradas e saídas de entorpecentes em território mineiro. Somente na região do Triângulo Mineiro, principal ponto logístico na dinâmica criminal de Minas Gerais, são utilizadas como rotas as BRs 060, 050 e 262, trazendo carregamentos pela Rota Caipira; e a BR-153, que passa pela divisa com Goiás e São Paulo. No Sul de Minas, destacam-se as BR-381, que passa por Pouso Alegre/MG, e SP-052 e MG-158, com destino a São Lourenço/MG. A BR-040 que liga o Rio de Janeiro/RJ a Brasília/DF, passando por Juiz de Fora/MG e Belo Horizonte funciona como via essencial para a entrada de armamentos e saída de fornecimentos para grupos criminosos atuantes em território fluminense.

O cenário da criminalidade organizada no estado está diretamente relacionado às diferenças culturais regionais dentro do território mineiro e suas influências externas. Historicamente, a presença de grupos criminosos locais se apresenta de forma pulverizada, com a presença de pequenos grupos ou gangues, compostos por dez a quinze indivíduos e caracterizados pela atuação territorial limitada a ruas ou bairros específicos de uma cidade e pela predominância da prática do tráfico de drogas de varejo (BEATO; ZILLI, 2012). Como exemplo, somente no bairro Palmital de Santa Luzia/MG, cidade localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), haveria cerca de 14 desses grupos em atuação (MOTTA et al., 2022).

A partir dos anos 2010, contudo, principalmente a partir de 2018, observou-se o aumento da presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) nas regiões próximas das divisas com São Paulo e Rio de Janeiro, como o Triângulo Mineiro e a Zona da Mata, respectivamente. Mais recentemente, o Terceiro Comando Puro (TCP), que absorveu os membros da Amigo dos Amigos (ADA) no estado, começou a atuar de forma mais estruturada em Minas Gerais, especialmente na Zona da Mata e Nordeste de Minas, e, de forma mais pontual na capital mineira, onde domina, por exemplo, a comunidade Cabana do Pai Tomás. Pontualmente, há atuação de facções de outros estados limítrofes em território mineiro, porém sem presença territorial expressiva e coordenada, como grupos baianos e goianos. Esse aumento gradual da presença de facções externas não incentivou, de maneira geral, a união dos grupos criminosos locais para a criação de um grande polo de resistência, como ocorrido em alguns estados do Norte e Nordeste do país. Contudo, nos últimos anos, ocorreu movimento contrário: muitos deles ou se converteram ou se aliaram às grandes facções criminosas do Rio de Janeiro e São Paulo, ocasionando aumento de disputas territoriais e, consequentemente, violência urbana em algumas regiões de Minas Gerais, como Zona da Mata, Nordeste e RMBH.

↑
SUMÁRIO

Nesse contexto, destaca-se o município de Teófilo Otoni/MG, ranqueado como a 16ª cidade mais violenta do Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025. Na cidade, ocorre a disputa entre as organizações criminosas Família Teófilo Otoni (FTO), braço do CV na região e que detém maior atuação no município, e Morro do Eucalipto, aliado ao PCC. O fluxo de armas, especialmente fuzis, para a região se intensificou após homizio de liderança da FTO/CV no Rio de Janeiro/RJ, replicando movimento de outras lideranças regionais do CV.

Outra cidade do Nordeste mineiro que apresenta grande interesse das facções é Nanuque, onde atuam o TCP e o CV, por meio do grupo local conhecido como Facção Chacal. O posicionamento geográfico de Nanuque e outros municípios localizados na tríplice divisa entre Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, despertou o interesse de grupos criminosos, vez que a localização do município é estratégica para a realização de crimes de tráfico ilícito interestadual de drogas e de armas.

Na região oeste da capital mineira, a partir de meados de 2021, na divisa entre Belo Horizonte e Contagem, observou-se incremento nos conflitos violentos resultantes da disputa entre traficantes de drogas, com consequente aumento nos homicídios, especialmente de vinculados às grandes facções. Os criminosos do bairro Vista Alegre, em Belo Horizonte, seriam vinculados ao CV, já os delinquentes de Jardim Industrial, em Contagem/MG, e Barreiro de Baixo, em Belo Horizonte, teriam vínculo com o PCC.

A Zona da Mata, por sua vez, recebe maior influência das facções cariocas CV e TCP, embora também apresente núcleos mais recentes do PCC. O CV possui ramificações bem estruturadas na região, inclusive nos estabelecimentos prisionais locais, com destaque para a cidade de Juiz de Fora, maior cidade da Zona da Mata e terceira maior de Minas Gerais. Na cidade, prevalece a disputa entre CV e PCC, respectivamente localizados nos bairros Vila Ideal e Santo Antônio. O conflito entre CV e TCP ocorre em diversas outras cidades como Muriaé/MG, onde ficam detidas as lideranças estaduais do CV, além de Paraíba/MG e Manhuaçu/MG.

No Norte de Minas, contudo, a chegada do PCC influenciou na diminuição da violência entre grupos locais. Na região, a criminalidade ocorre de forma desorganizada por meio de pequenas gangues independentes, com histórico de violência para controle territorial. No norte de Minas Gerais, o PCC se posicionou como fornecedor de drogas para os grupos locais, aumentando o acesso aos carregamentos de entorpecentes, o que redirecionou o foco dos criminosos para o lucro que, juntamente com a submissão ao Tribunal do Crime, colabora com a redução da violência armada.

Alguns grupos locais se mantiveram independentes, focados no narcotráfico de varejo, ou empreenderam movimento de resistência às facções externas, como o Primeiro Comando

↑
SUMÁRIO

de Tubalina (PCT), em Uberlândia/MG. Em 2023, criminosos do bairro Tubalina, unidos sob a sigla PCT, criaram resistência ao avanço do PCC, que visava o domínio territorial dos pontos de comércio varejista de entorpecentes.

Apesar do crescimento das grandes facções em Minas Gerais, não são observadas, de maneira geral, áreas com restrição de deslocamento dos moradores em locais onde organizações criminosas atuam de forma mais significativa. O uso de armamento pelos criminosos, normalmente revólveres e pistolas, nessas comunidades não se dá de forma ostensiva e intimidatória como ocorre no Rio de Janeiro. No entanto, a interlocução, cada vez maior, de criminosos mineiros com lideranças do CV e TCP no Rio de Janeiro tem aumentado o influxo de fuzis para cidades mineiras, especialmente aquelas com atuação de grupos fluminenses, como ocorre em Teófilo Otoni.

Outra modalidade criminal que merece destaque em Minas Gerais é a prática de Domínio de Cidades, favorecida por um acúmulo de fatores. O primeiro deles é o elevado número de municípios do estado (853), em sua grande maioria de pequeno porte ou micromunicípios (menos de 5 mil habitantes). Neles, especificamente, o baixo efetivo e a ausência de um aparato policial estratégico para atuar nesse tipo de ação, conjugados a uma malha rodoviária complexa, resultam no favorecimento desse delito em território mineiro.

Isso é particularmente importante porque nessa modalidade criminal é rotineira a participação de membros vinculados ao PCC, ainda que muitas vezes a ação seja para ganho financeiro individual e não do grupo. Mesmo com a diminuição geral no Brasil do fenômeno do Domínio de Cidades, Minas Gerais ainda é ambiente de destaque, tendo ocorrido uma ação criminosa em Guaxupé/MG, em abril de 2025; em Camanducaia/MG, em maio de 2024; e em Itajubá/MG, em agosto de 2022.

Verifica-se, também, tanto a atuação de células criminais análogas às milícias fluminenses quanto a replicação das práticas milicianas de extorsão e cobrança de serviços lícitos e ilícitos por parte de grupos criminosos até então dedicados ao narcotráfico. Em 2020, por exemplo, o Ministério Público de Minas Gerais deflagrou a Operação Hexagrama visando desmantelar uma quadrilha, formada inclusive por policiais militares e civis, que aferia lucros pela exploração de máquinas de caça-níquel, por meio de extorsão e outras práticas criminais. Em 2024, traficantes de Betim/MG, com ligações não identificadas a grandes facções, determinaram a retirada das operadoras tradicionais de internet para instalação de empresa específica, controlada por eles[63].

Por fim, as facções criminosas atuantes no estado participaram de alguns eventos de destaque, inclusive com repercussão midiática. Em 2015, 2018 e 2024, houve, em Uberlândia,

63 https://www.otempo.com.br/cidades/2024/7/5/policia-desarticula-quadrilha-que-coagia-moradores-a-contratar--

↑ SUMÁRIO

atentados contra veículos de transporte público, muito provavelmente com envolvimento do PCC[64]. Em 2024, as forças de segurança impediram a execução do plano de ataque contra o Fórum de Nanuque, cujo objetivo era o resgate da companheira de liderança do TCP na cidade[65]. Por fim, em 2022, após a deflagração do conflito entre PCC e CV em Juiz de Fora, houve incidentes no sistema prisional da cidade[66].

Figura 33

Mapa do estado de Minas Gerais



64 https://www.tudoemdia.com/uberlandia-registra-quatro-onibus-incendiados-e-um-apedrejado-em-24-horas e https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/chega-a-20-o-numero-de-onibus-do-transporte-publico-atacados-neste-ano-em-uberlandia.ghtml

65 https://vox97.com.br/noticia/2191/confronto-entre-policia-e-bandidos-acaba-com-um-morto-e-outro-preso-atacariam-o-forum-de-nanuque

66 https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2022/06/12/policial-penal-evita-fuga-de-12-detentos-da-penitenciaria-em-juiz-de-fora.ghtml

↑ SUMÁRIO

Cenário criminal de Minas Gerais: análises e perspectivas

Na avaliação do cenário mineiro em junho de 2025, o Primeiro Comando da Capital ficou como tendo relevância muito alta nos cenários da criminalidade organizada nacional e local de Minas Gerais. Isso ocorre dada sua capilaridade territorial no estado, número de membros, diversificação de atividades e conexões criminais externas a Minas Gerais, sendo um estado estratégico para o núcleo central do PCC a nível nacional.

O Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro restaram com relevância média em ambos os cenários. Apesar de suas características semelhantes na forma de atuação, tais como a cultura de violência e uso de armas longas, e de atuarem praticamente nas mesmas regiões do estado, o CV detém maior quantidade de membros e células mais bem estruturadas que o TCP, que vem expandindo sua atuação para fora do Rio de Janeiro em período mais recente.

Grupos locais, marcados pela presença pontual em cidades ou bairros, e demais facções de outras Unidades da Federação atuantes em Minas Gerais, que também se concentram em pequenos núcleos ou têm sua presença dedicada a transações comerciais ou homizio, não obtiveram relevância mínima para avaliação individualizada no cenário nacional e local, de acordo com a metodologia utilizada.

Assim, há tendência de diminuição do cenário pulverizado da criminalidade organizada mineira, marcado pela presença de pequenos grupos locais, para concentração em menos polos criminais, a partir da expansão das grandes facções de São Paulo e Rio de Janeiro, que vêm absorvendo os grupos e gangues mineiras. Nesse contexto, apesar de Minas Gerais ser um dos núcleos duros do PCC, especialmente no Triângulo Mineiro, o que tende a se manter em curto prazo, há maior probabilidade de expansão das organizações criminosas cariocas em médio e longo prazo, que vêm se aproveitando do foco da facção paulista no tráfico internacional de drogas para aumentar suas influências territoriais para venda no varejo, por meio de violência e disseminação de cultura criminal mais belicosa para pequenos criminosos locais.

RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro é um dos principais polos turísticos globais, possuindo ainda a terceira maior população do país e o segundo Produto Interno Bruto do Brasil, atrás apenas de São Paulo, em 2024. Possui relevantes infraestruturas logísticas, como os Portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro, os Aeroportos do Galeão (Internacional) e Santos Dumont, e integra importantes eixos rodoviários nacionais, através da BR-040 (Rio-Juiz de Fora-Brasília), BR-101

↑ SUMÁRIO

(que liga o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), que conecta o Rio a São Paulo e à Bahia.

A população do estado encontra-se bastante concentrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), área em que surgiram as primeiras grandes facções e milícias brasileiras, representando, nesse sentido, um local de inovação das atividades ilícitas e modelos de estruturação e funcionamento de organizações criminosas. A presença de facções criminosas é histórica e remonta à década de 1980, inicialmente no sistema penitenciário, mas posteriormente nas ruas, sobretudo nas comunidades de baixa renda. O primeiro grupo a surgir foi o Comando Vermelho (CV), o qual sofreu processo de cisão que deu origem ao Amigo dos Amigos (ADA) e ao Terceiro Comando (TC), que, por sua vez, deu origem ao Terceiro Comando Puro (TCP) posteriormente.

Mais recentemente, nos anos 2000, indivíduos egressos de forças de segurança estruturaram grupos criminosos para realizar práticas extorsivas e outros ilícitos, dando origem aos grupos milicianos, que se pulverizaram no território e tornaram ainda mais complexo o cenário criminal do estado. Esse modo de atuação focada no controle territorial para a prática de ilícitos diversos passou a ser replicado pelas facções no próprio Rio e em várias outras partes do Brasil, ampliando o modelo que antes era quase exclusivamente focado no narcotráfico. Dessa forma, a criminalidade carioca representa referência para grupos criminosos em vários pontos do Brasil, que emulam em outros estados as práticas focadas no controle territorial armado das comunidades e na exploração do consumo das populações vulneráveis que ali habitam.

Atualmente, o principal objetivo das organizações fluminenses é o controle territorial armado para exercer o domínio do varejo da venda de drogas e a exploração ilegal de bens e serviços essenciais (água, luz, gás, internet, TV a cabo), transporte alternativo e moradia popular. O CV e o TCP também adotaram a prática de extorsão a comerciantes e moradores e o monopólio da exploração de serviços, atividades anteriormente peculiares às milícias. Por sua vez, grupos milicianos, como as milícias de Santa Cruz e de Nova Iguaçu, passaram a participar, direta ou indiretamente, da venda de drogas em localidades sob a sua influência.

Um dos principais focos desses grupos criminosos tem sido o controle de serviços de internet, inclusive, fora das favelas e comunidades de baixa renda. Há registro da imposição armada de monopólio de serviços de internet em diversos bairros da capital e da RMRJ, nos quais as organizações criminosas impedem operadoras de atuar e forçam quem vive nessas regiões a utilizar serviços clandestinos ou de empresas que compactuam com os criminosos.

Em busca de mais possibilidades de receitas ilícitas, os conflitos armados para a conquista de novos territórios aumentaram nos últimos anos. Essas disputas são marcadas por inva-

↑
SUMÁRIO

sões em comunidades, tiroteios e homicídios, que impactam negativamente os índices de segurança pública e a percepção da violência no estado. Além disso, transformam o Rio de Janeiro no principal mercado consumidor de armamento ilícito do país, principalmente para as armas de fogo de alto poder destrutivo, como submetralhadoras e fuzis, fomentando o tráfico internacional de armas, já que a maior parte dessa demanda é suprida por armamento produzido no exterior e internalizado pelas fronteiras com países vizinhos.

Apesar dos confrontos armados, em 2024, os homicídios dolosos alcançaram o menor patamar (2.930 mortes) desde o início da série histórica, em 1991, registrada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Governo do Estado. A queda geral da letalidade violenta não exprimiu, contudo, maior sensação de segurança à população fluminense. Ainda segundo o ISP, os crimes contra o patrimônio que estavam em tendência de queda desde 2019 cresceram em 2024 e os roubos de todo o tipo cresceram 17% no estado em comparação a 2023.

A violência também é utilizada como forma de intimidação e controle social. As organizações criminosas realizam a mediação de conflitos individuais e comunitários e impõem normas de conduta aos moradores. Além disso, grupos como o ADA, CV e TCP utilizam barreiras físicas em vias públicas nas comunidades em que atuam, conhecidas como "barricadas", tendo como principal objetivo obstruir o acesso de forças de segurança e de rivais nas áreas que dominam. Milícias também impõem restrições físicas à entrada nas comunidades em que dominam, como em Rio das Pedras, Zona Oeste da capital, onde um grupo armado instalou portões nas ruas e passou a cobrar os moradores pelas chaves. Através das barricadas e da vigilância constante, os criminosos controlam quem entra e sai das comunidades, restringindo a liberdade de ir e vir dos moradores e o acesso de atores estatais.

Os grandes Complexos de comunidades são utilizados como bases operacionais do CV e TCP, possibilitando homizio de foragidos da Justiça, inclusive de outros estados, e o estabelecimento de entrepostos para a distribuição de drogas. Nesses locais, as lideranças criminosas ("chefes de morro") controlam o território, cobram taxas de traficantes foragidos e fomentam o roubo de cargas e de veículos, que são levados para o interior das comunidades para desmanche ou posterior revenda.

A partir de 2016, de forma discreta e notadamente após a pandemia de Covid-19, diversos traficantes vinculados ao CV e ao TCP de outros estados buscaram homizio nas comunidades cariocas, estreitando esse relacionamento interestadual. Tal fenômeno vem produzindo impacto expansivo das siglas criminosas cariocas e suas redes no país, em especial nas regiões Norte e Nordeste.

↑
SUMÁRIO

As organizações criminosas cariocas possuem uma capacidade significativa de dificultar e, em alguns casos, impedir incursões policiais em seus Complexos. Essa capacidade é resultado de uma combinação de competências e práticas, como conhecimento da geografia do território, uso de armamento de alto poder destrutivo, implantação de barricadas, monitoramento dos acessos das comunidades e retaliação com sequestros e ataques a ônibus. Sobre essa última modalidade, de acordo com a Rio Ônibus, sindicato que representa as empresas de ônibus da capital fluminense, em 2025, 49 coletivos municipais foram sequestrados até 11 de abril. Em 2024, até o fim de abril, foram 44. Ao todo, pouco mais de 100 ônibus foram sequestrados em 2024.

Os grupos demonstram ainda capacidade e disposição de confrontar o aparato de segurança estatal. Em 15 fev. 2025, por exemplo, dez criminosos do CV em Duque de Caxias/RJ, atacaram com tiros de fuzil uma delegacia da Polícia Civil do Rio de Janeiro (PCERJ) naquele município, ferindo dois policiais em retaliação à prisão de liderança local do grupo[67].

Destacam-se também as tentativas de interferência no processo eleitoral do Rio de Janeiro, sobretudo nos pleitos municipais, sendo observadas ações de interferência tanto por parte de integrantes de facções como por grupos milicianos. Há numerosos registros de casos de violência contra políticos, coação e mesmo de cobrança de taxa para permitir o acesso de candidatos a áreas dominadas pelos grupos criminosos, especialmente em áreas de vulnerabilidade social na periferia metropolitana. Dessa forma, esses grupos usam o controle territorial para eleger representantes ou direcionar os votos para aliados.

Em relação aos conflitos atuais entre grupos criminosos no Rio de Janeiro, observa-se constante disputa territorial entre o CV e TCP na Zona Norte da capital e entre CV e grupos milicianos nas Zonas Oeste e Sudoeste. Na Baixada Fluminense e na RMRJ, as disputas são ainda mais difusas, envolvendo inclusive confrontos de grupos milicianos entre si.

O fenômeno das milícias no Rio de Janeiro é singular e remonta às décadas de 1970 e 1980, com os esquadrões da morte (OLIVEIRA, 2025) formados por policiais e a proteção armada fornecida por policiais de folga, denominada "polícia mineira". No final da década de 1990 e início dos anos 2000, essas estruturas evoluíram para grupos organizados que passaram a se envolver nas atividades econômicas ilícitas de forma mais constante, modelo desenvolvido na favela de Rio das Pedras (MANSO, 2020) e que se expandiu de forma progressiva para outras comunidades da Zona Oeste da capital, sobretudo em Campo Grande e Santa Cruz. Esse modelo envolvia, além da cobrança de taxas de segurança, de exploração de mercados de construção popular, transportes alternativos e venda de gás, gelo e televisão

67 https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/policia-do-rio-faz-acao-para-prender-envolvidos-em-ataque-delegacia

↑ SUMÁRIO

a cabo clandestina, valendo-se de violência e de controle armado do território para garantir a adesão da população à aquisição de serviços.

Progressivamente as milícias passaram também a se envolver na política local, elegendo os próprios líderes ou pessoas vinculadas aos grupos a cargos no legislativo municipal e estadual. Essa foi a gênese dos dois primeiros grupos milicianos do Rio de Janeiro: o de Campo Grande/Santa Cruz, denominado "Liga da Justiça" e liderado pelos ex-policiais civis Jerônimo Guimarães Filho e Natalino José Guimarães; e o de Rio das Pedras, liderado pelo policial civil Félix Tostes. O primeiro grupo teve suas lideranças presas em 2007 e 2008 (respectivamente), abrindo espaço para que os civis da família Braga (Carlinhos Três Pontes, Ecko e Zinho) ascendessem ao poder e conduzissem o grupo até a atualidade. Já o segundo grupo, após a morte de seu criador em 2007, tentou se expandir para outras comunidades próximas a Rio das Pedras, mas foi contido pelo avanço do CV na Zona Oeste da capital, e, em razão de sua influência permanecer restrita a um pequeno território, não foi objeto de análise do presente trabalho, embora siga atuando naquela comunidade.

A partir de dissidências na milícia de Campo Grande/ Santa Cruz surgiram diversos grupos milicianos menores, cada vez menos vinculados a indivíduos egressos de força de segurança. Em regra, embora esses grupos fossem dissidentes, mantinham aliança, ou ao menos neutralidade, em relação à milícia de Santa Cruz. Entretanto, desde 2021, o maior grupo dissidente, liderado à época por Danilo Dias Lima (Tandera), rachou com a milícia de Santa Cruz, após a morte de Ecko e ascensão de Zinho, passando a disputar o controle de territórios em Nova Iguaçu/RJ e Seropédica/RJ, na RMRJ.

Atualmente, o CV teria firmado um pacto de não agressão às comunidades influenciadas pela ADA. As duas organizações criminosas teriam, ainda, firmado uma parceria para tentar obter o controle das comunidades da Carobinha, em Campo Grande, e do Catiri, em Bangu, ambas na Zona Oeste, que atualmente são influenciadas por grupos milicianos. Por outro lado, os milicianos estariam em tratativas com o TCP para unir forças nessa mesma porção da Zona Oeste para defender seus territórios das investidas dos rivais. Essa dinâmica de alianças entre CV e ADA contra TCP e grupos milicianos não consiste em uma regra, mas vem sendo observada rotineiramente nos confrontos armados do estado.

Grupos ligados à contravenção, sobretudo o jogo do bicho e máquinas caça-níqueis, estão tradicionalmente envolvidos em diversas práticas ilícitas no Rio de Janeiro, como pistolagem, fabricação de cigarros e bebidas alcoólicas falsificadas, clínicas clandestinas de aborto e corrupção policial e política. Contudo, esses grupos não são alvo de aprofundamento no presente cenário criminal carioca por não deterem vínculo direto com o narcotráfico ou com o controle territorial armado no estado.

↑
SUMÁRIO

Figura 34

Mapa do estado do Rio de Janeiro



Cenário criminal do Rio de Janeiro: análises e perspectivas

Quando comparadas com outras organizações criminosas atuantes no Brasil, as facções criminosas do Rio de Janeiro se destacam como bastante relevantes no cenário nacional. CV e TCP foram considerados com relevância muito alta nacionalmente. Os dois grupos milicianos, de Campo Grande/Santa Cruz e de Nova Iguaçu, foram avaliados com relevância alta. Já o ADA apresentou relevância média.

No cenário criminal do Rio de Janeiro, avaliado em junho de 2025, o CV foi avaliado com relevância muito alta, assim como o TCP, sendo, portanto, os dois principais atores crimino-

↑ SUMÁRIO

sos do estado. Esses grupos apresentam controle de numerosos territórios na capital e capacidade de confrontar o Estado e as forças de segurança de maneira singular, sobretudo pela quantidade e qualidade de armamentos que dispõem. Além disso, ambas as facções apresentam conexões com redes criminosas por todo o país, o que potencializa suas capacidades e eleva seu nível de ameaça.

As milícias de Campo Grande/ Santa Cruz e de Nova Iguaçu apresentam relevância alta, impondo ameaças similares ao exercerem controle e influência em porções mais restritas e periféricas do território, sobretudo em bairros da Zona Oeste da capital e em municípios da RMRJ. Por fim, o ADA apresenta relevância média no Rio de Janeiro, com presença em poucos territórios na capital e uma presença maior na região de Macaé/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ e contingente reduzido de integrantes. Ainda assim, o grupo manteve seus territórios estabilizados por onde atuam.

A exploração de mercados ilícitos diversos, além do narcotráfico, como as extorsões e o fornecimento de serviços e bens impulsiona as disputas por territórios, levando a recorrentes confrontos armados entre grupos criminosos ou entre eles e as forças de segurança. Não há elementos que sugiram mudança significativa na dinâmica de disputa por controle territorial por múltiplos grupos, cenário que resulta em níveis de violência elevados e sensação de insegurança, motivada, sobretudo, pela recorrência dos conflitos armados.

Além disso, o Rio de Janeiro se mostra como vetor de replicação de práticas criminais pelo Brasil. Além do CV, agora o TCP vem expandindo sua marca nacionalmente, congregando criminosos de outros estados antagonistas ao crescimento do CV. Além disso, diversos grupos criminosos, facções ou análogos às milícias fluminenses, vêm replicando as práticas milicianas de extorsão, explicitando a tendência de maximização da exploração territorial pelo Brasil.

SÃO PAULO

O estado de São Paulo se destaca por sua complexidade social, econômica, geográfica e logística, que a torna central para a análise de realidades brasileiras regionais, nacionais e internacionais, nas quais se enquadra também a dinâmica criminal. As características que tornam o estado atrativo para o crime organizado, portanto, espelham a complexidade e a centralidade de São Paulo e as consequências a elas associadas.

A complexidade de São Paulo se reflete na dinâmica criminal do estado e na forma como o crime organizado se estabelece e se consolida. O narcotráfico em São Paulo se beneficia

↑
SUMÁRIO

da combinação dessa posição estratégica do estado como centro econômico e logístico nacional com vulnerabilidade e exclusão social, fragmentação do espaço e desorganização urbana, carência econômica e grande concentração urbana com áreas periféricas desassistidas, criando condições para o estabelecimento de culturas e identidades marginalizadas, economias clandestinas estruturadas, regiões específicas de uso aberto de entorpecentes como as cracolândias e possibilita o controle territorial por organizações criminosas. Além disso, São Paulo apresenta divisas terrestres com Mato Grosso do Sul e Paraná, principais estados para internalização de armas e de drogas em território nacional.

Com cerca de 46 milhões de habitantes, o que corresponde a aproximadamente 22% da população brasileira, o estado de São Paulo é a unidade mais populosa da federação e o principal e mais rico centro econômico do país, responsável por mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A população paulista é caracterizada por grande diversidade étnica e cultural, resultado de intensos fluxos migratórios internos e internacionais, e a economia do estado engloba os setores industrial, agrícola e de serviços, além de ser importante centro financeiro e comercial e polo de inovação e tecnologia. Em virtude desses fatores, apresenta também desigualdades regionais significativas. As cidades polos regionais de serviços e comércio fornecem ambiente favorável ao desenvolvimento de operações de narcotráfico em escala que atenda ao público interno e realize estoque para negócios consorciados para abastecer outras cidades e regiões ou seguir para o mercado exterior.

Em termos logísticos, o estado possui infraestrutura que integra extensa malha de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, o que o consolida como principal entreposto logístico do Brasil. Destacam-se o Porto de Santos, maior em movimentação de carga do país, o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto Internacional de Viracopos, os maiores em movimentação de cargas no país. Com exceção das ferrovias, as infraestruturas logísticas do estado têm sido utilizadas por organizações criminosas para tráfico de drogas.

A extensa malha rodoviária de São Paulo oferece condições ideais para a logística do tráfico de drogas, armas e contrabando, com destaque para rodovias federais e estaduais que conectam os principais polos industriais, turísticos e logísticos do estado. A BR-101 (Rio-Santos), sobretudo no trecho da Rodovia Doutor Manuel Hipólito Rego, entre Bertioga e Ubatuba, é usada por traficantes do Rio de Janeiro que transportam pequenas cargas de drogas e de armas em compartimentos ocultos de veículos. Esses traficantes são, em geral, abastecidos por fornecedores do Paraguai, Paraná e Taboão da Serra. A BR-116 (Régis Bittencourt), que liga São Paulo a Curitiba, aproveita o intenso fluxo de caminhões entre parques industriais para movimentar drogas e armas, com imóveis rurais de Itapecerica da Serra servindo como pontos de depósito. A mesma rodovia, em seu trecho da Dutra, conec-

↑ **SUMÁRIO**

ta São Paulo ao Rio de Janeiro e utiliza bairros de Guarulhos como locais de estocagem, aproveitando a concentração de indústrias e transportadoras.

A SP-280 (Castelo Branco), rota de Ourinhos a São Paulo, integra o tráfico vindo do Paraná de armas, drogas e cigarros paraguaios, com chácaras entre as regiões de Sorocaba, Campinas e a capital sendo utilizadas tanto como depósitos quanto como "padarias" – locais utilizados para preparo e embalo de drogas. Já a SP-310 (Washington Luiz), que conecta São José do Rio Preto a Limeira e se liga à BR-153 (Transbrasiliana), é usada por caminhões vindos do Mato Grosso do Sul e se apresenta como eixo estratégico para a movimentação de drogas pelo modal viário e aéreo. Sua abrangência alcança cidades como Ribeirão Preto, Campinas, Bauru, Piracicaba, Limeira, São Paulo e Santos, consolidando o estado como centro logístico do crime organizado nacional.

No estado de São Paulo, existem dois portos de gestão pública e um Terminal de Uso Privado (TUP). A área do Porto de Santos é delimitada por um polígono denominado porto organizado que contém o canal do porto, as áreas na margem de Santos e as áreas na margem de Guarujá/SP, além de trechos na Baía de Santos e em alto mar, conhecida como zona de fundeio. O porto organizado funciona como um condomínio gerido pela Autoridade Portuária de Santos (APS). A cadeia de serviços portuários que opera nessas áreas sob concessão pública sofre com o assédio do narcotráfico, que executa operações de tráfico internacional nas linhas mercantes internacionais.

A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) é um porto concedido pelo governo federal ao governo do estado de São Paulo. O porto atende a carregamentos de veículos, cargas vivas e minerais. A utilização dessa infraestrutura logística para exportação de cocaína ocorre ocasionalmente. O TUP fora do polígono do porto organizado, porém adjacente ao Porto de Santos, contrata serviços da APS e funciona coordenado e integrado à cadeia de serviços portuários do condomínio APS. O terminal também é alvo de ações de organizações criminosas, que executam operações de tráfico internacional nas linhas mercantes internacionais.

A infraestrutura logística presente no modal aéreo do estado possibilita não somente a integração entre os principais polos regionais de São Paulo, bem como interliga o estado com outras regiões do país e do mundo. Nesse contexto, organizações criminosas utilizam os aeroportos do estado para operacionalizar o tráfico de drogas. Essas cargas, sobretudo de cocaína, abastecem centros urbanos paulistas e atendem à demanda de exportação do crime organizado via Porto de Santos.

As cidades médias do interior do estado de São Paulo – polos regionais como Ribeirão Preto, Piracicaba, Limeira e Bauru – apresentam áreas agrícolas com pistas para aviões de

↑
SUMÁRIO

pulverização em suas regiões. Essas infraestruturas são utilizadas pelas organizações criminosas para recebimento de carregamento de cocaína provenientes de Bolívia, Paraguai e de outros estados brasileiros. Nessas operações, são comuns pousos e carregamentos rápidos em pistas de difícil acesso, além de voos em baixa altitude com realização de arremessos de cargas de cocaína em propriedades em áreas rurais, na maioria dos casos à revelia dos agricultores.

Os voos têm origem em território paraguaio e boliviano nas proximidades da fronteira brasileira e são utilizados helicópteros e aviões roubados com capacidade de carga e de autonomia de voo estendidas, geralmente pilotados por jovens recrutados pelo crime organizado. A capacidade de carga oscila entre 300 e 700 quilos de cocaína. Além disso, a mão de obra especializada formada para atender aos aeroclubes, serviços de táxi aéreo e manutenção de aeronaves permite ao narcotráfico cooptar pilotos e mecânicos. Assim, o modal aéreo representa opção eficiente para as organizações criminosas operacionalizarem o tráfico internacional de drogas no estado.

As organizações criminosas também atuam nas infraestruturas logísticas de transporte aéreo comercial de cargas e de passageiros, como os aeroportos de Congonhas (CGH) e os aeroportos internacionais de Campinas (VCP) e de Guarulhos (GRU). O aeroporto de Congonhas, localizado na área central da cidade de São Paulo, atende fluxo pendular de passageiros em viagens de negócios e fluxo do turismo interno de regiões do Brasil. As ações criminais em Congonhas são voltadas para furto e roubo de valores e equipamentos tecnológicos de uso pessoal e profissional. Criminosos atuam para identificar alvos na área do aeroporto e membros da quadrilha realizam a abordagem no trânsito nas proximidades.

O Aeroporto Internacional de Viracopos (VCP), localizado em Campinas e próximo à Rodovia dos Bandeirantes e rodovias que conectam as regiões de Sorocaba, Americana/SP e Ribeirão Preto, atua como opção de voos nacionais e internacionais para o público do interior paulista, do sul mineiro e do norte do Paraná. Em 2023, movimentou 299.626 toneladas de cargas[68]. O aeroporto já foi alvo de ações de organizações criminosas de roubo de cargas valiosas e também costuma sofrer com ações de tráfico internacional de drogas, embora de forma ocasional.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU) é um *hub* internacional de voos de passageiros e cargas. Em 2023, recebeu 41,3 milhões de passageiros e 356 mil toneladas em carga[69]. As principais ações de tráfico internacional de drogas no aeroporto envolvem a

68 https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/01/18/entenda-por-que-viracopos-registrou-a-menor-movimentacao-de-cargas-dos-ultimos-tres-anos.ghtml#1

69 https://www.gru.com.br/en/passenger/noticias-detalhe?code=337

↑ SUMÁRIO

utilização de envio de drogas por meio de passageiros em voos comerciais. As mulas, como são conhecidas as pessoas que prestam esse serviço, transportam cargas de cocaína presas ao corpo, engolidas por meio de cápsulas ou em compartimentos secretos de bolsas e malas. Além disso, há cooptação de funcionários de empresas terceirizadas que atuam na logística de bagagens em áreas restritas do aeroporto para inserção de cargas de drogas em malas de terceiros e aeronaves. Além disso, o aeroporto é de interesse das organizações criminosas devido ao transporte de cargas valiosas como cédulas monetárias e ouro. Por fim, há também atuação de organizações criminosas especializadas em furtos a passageiros em áreas de acesso público.

É nesse cenário que o Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa hegemônica no estado de São Paulo com capilaridade por todo o território nacional, desenvolve suas principais atividades. O tráfico de drogas é a principal atividade econômica do PCC, responsável pela maior parte do faturamento da facção. O estado de São Paulo é um importante ponto de passagem e distribuição de cocaína tanto para seu público interno quanto para mercados internacionais, como Europa, África e Ásia.

O PCC também atua no contrabando e no comércio ilegal de combustíveis, cigarros e veículos, o que amplia sua influência para além do tráfico de drogas e contamina atividades lícitas em virtude de práticas de lavagem de dinheiro e de infiltração em contratos públicos. A organização também tem expandido sua atuação para o mercado imobiliário, setores de energia (luz e gás) e de transporte público, clínicas médicas e extração de madeira. Esse processo de diversificação de atividades ilícitas tem o objetivo de ocultar os lucros provenientes do tráfico de drogas. Além disso, 40% das ocorrências de roubos de carga no Brasil ocorrem em São Paulo, com destaque para Cubatão, Guarujá, Praia Grande e São Vicente, cidades da região da Baixada Santista. Nesse ilícito, os grupos criminosos preferem cargas fracionadas devido, sobretudo, à facilidade de escoamento.

Em relação ao uso de drogas, o consumo recreativo de cocaína, ligado a setores de alta renda nas cidades paulistas, tem aumentado ao mesmo tempo em que grupos criminosos como o PCC realizam arranjos comerciais que viabilizam a expansão de cracolândias.

Apesar de ser o único ator relevante no estado, com hegemonia em quase a totalidade de São Paulo, há a identificação residual de outros grupos criminosos com domínio territorial no estado. Em Rio Claro/SP, o PCC enfrenta a resistência do grupo local Bonde do Magrelo no controle de pontos de vendas de drogas no varejo. Em parte do Vale do Paraíba e do litoral norte paulista, há presença pontual do Comando Vermelho, a partir do Rio de Janeiro. Por fim, na capital paulista há identificação pontual de grupos análogos às milícias fluminenses em algumas regiões.

↑
SUMÁRIO

Por um lado, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD2023/IBGE) mostram que o estado de São Paulo apresenta renda per capita superior à média nacional em cerca de 20%. Por outro, segundo o Governo do Estado de São Paulo, somente no primeiro trimestre de 2023, o estado apresentava 160 cracolândias, em 45 municípios, incluindo a capital. Na cidade de São Paulo foram mapeadas 72 áreas de concentração de usuários em 47 bairros[70]. Há forte correlação entre consumo ligado a vício, desestruturação familiar, precariedade do trabalho e população em situação de rua. Nesse contexto, a facção criminosa adaptou seus produtos derivados de cocaína de acordo com as faixas de renda da população do estado, fornecendo assim crack, cocaína misturada e cocaína pura.

Em 2023, foram apreendidas aproximadamente 256 toneladas de drogas – 42 toneladas de cocaína e 214 de maconha. As apreensões de drogas no estado apresentaram, no geral, tendência de crescimento entre 2022 e 2024: São Paulo se mantém como um dos principais estados no combate ao tráfico, com recordes recentes em apreensão de crack e em volumes totais de entorpecentes. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou apreensão de mais de 850 toneladas de drogas em 2024, crescimento de 21,29% em relação a 2023, quando foram apreendidas 700,34 toneladas. A Polícia Federal também indicou aumento nas apreensões: 2,7% para cocaína e 16,5% para maconha em 2024 em comparação a 2023. Em 2023, foram apreendidas 3,3 toneladas de drogas na região central da capital paulista, aumento de 30,4% em relação a 2022, quando foram 2,5 toneladas. Em 2024, São Paulo registrou a maior apreensão anual de crack da série histórica desde 2001, com 4,6 toneladas apreendidas entre janeiro e novembro. Além das drogas tradicionais, houve apreensão crescente de novas substâncias psicoativas, com destaque para canabinóides sintéticos e estimulantes. O aumento expressivo na apreensão de anfetaminas em 2024, com mais de 859 mil unidades apreendidas, também destaca essa nova frente no combate às drogas.

O estado, portanto, enfrenta cenário complexo em que o crime organizado, liderado pelo PCC, domina o tráfico de drogas e se expande para outras atividades ilícitas como contrabando, crimes cibernéticos, lavagem de dinheiro, o que ocasiona graves impactos econômicos, sociais e institucionais.

70 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/cidade-de-sao-paulo-tem-72-cracolandias-espalhadas-por-47-bairros-de-areas-nobres-a-periferia.shtml

↑ SUMÁRIO

Figura 35

Mapa do estado de São Paulo



Cenário criminal de São Paulo: análises e perspectivas

No cenário nacional das organizações criminosas, bem como no nível estadual, o Primeiro Comando da Capital é classificado como de relevância muito alta. A facção alcançou pontuação elevada ou máxima na avaliação dos aspectos de influência territorial, capacidade operacional, capacidade econômica e financeira e domínio de áreas estratégicas. Junto com o Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, é o grupo com maior pontuação no nível de criticidade total dos atributos avaliados.

↑ SUMÁRIO

Em São Paulo, o PCC é hegemônico e atua sem sofrer ameaças significativas de organizações criminosas rivais, embora, nos últimos anos, o grupo criminoso conhecido como Bonde do Magrelo, atuante na região de Rio Claro, tenha promovido execuções de integrantes do PCC. Esse conflito tem impactado os índices de segurança pública na região, embora o Bonde do Magrelo não tenha alcançado requisitos mínimos para avaliação individual de relevância. Da mesma maneira, as células do Comando Vermelho no estado, atuando próximo à divisa com o Rio de Janeiro, foram consideradas não relevantes em junho de 2025.

A dinâmica de atuação de organizações criminosas em São Paulo tende a permanecer com hegemonia do PCC. É provável que a lucratividade proveniente do fortalecimento do tráfico internacional de drogas continue a impactar atividades econômicas lícitas em um quadro de avanço no processo de lavagem de ativos da facção.

↑
SUMÁRIO



Cenários estaduais, por Região

Região Sul

PARANÁ

O Paraná se configura como uma das principais vias de ingresso de drogas no Brasil. Em 2024, foi o segundo estado brasileiro com maior volume de drogas apreendidas, totalizando 444 toneladas, ficando atrás apenas do Mato Grosso do Sul. A maconha representou a maior parte desse volume, com 436 toneladas, enquanto cocaína e crack somaram 7,4 toneladas. O Paraná é um estado que possui características geográficas, sociais, econômicas e logísticas que são atrativas para a atuação de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção de base prisional dominante no estado.

Geograficamente, o Paraná possui uma extensa fronteira com o Paraguai, de onde drogas, como maconha e cocaína, além de armas e munições, entram no Brasil através de rotas que também são usadas para o contrabando de cigarros falsificados e defensivos agrícolas, por exemplo. Drogas e armas são adquiridas no país vizinho ou trocadas por veículos roubados no Brasil. Esses produtos abastecem mercados ilícitos no Paraná, mas também são transportados para outros estados brasileiros utilizando-se uma ampla rede de rodovias tanto federais como estaduais que ligam as diversas regiões do estado. No caso da cocaína, o

↑ SUMÁRIO

complexo portuário de Paranaguá e Antonina é de grande importância. Sobretudo através do Porto de Paranaguá onde há rotas de embarque de drogas para o exterior.

A estrutura do crime organizado transnacional na região Oeste do Paraná apresenta uma configuração particular, profundamente influenciada por sua geografia fronteiriça e pelos contextos socioeconômicos locais e dos países vizinhos. A gestão da logística ilícita permanece predominantemente sob o controle de redes criminosas locais. Historicamente, grupos e frequentemente núcleos familiares estabelecidos em pequenas cidades da região desenvolveram e mantiveram o controle sobre as rotas e métodos de internalização de produtos ilícitos, como contrabando e, posteriormente, drogas e armas. Essas redes locais detêm expertise logística, especialmente no complexo ambiente fluvial do Lago de Itaipu e Rio Paraná, e operam de forma análoga a "empresas logísticas".

Nesse contexto, grandes organizações nacionais ou regionais, como o PCC, o Comando Vermelho (CV), o Primeiro Grupo Catarinense (PGC) e Os Manos, utilizam essas estruturas locais como prestadoras de serviço, estabelecendo uma cooperação funcional para internalizar e escoar seus produtos ilícitos. Assim, a fronteira funciona primariamente como um complexo entreposto de serviços para o crime organizado, não como território de domínio direto para essas facções.

A contiguidade territorial do Paraná com o Paraguai, principal polo produtor de maconha da região e rota essencial para a cocaína andina, confere à região um valor estratégico para organizações criminosas que buscam acesso direto e facilitado a esses ilícitos. Além disso, a geografia da região de fronteira apresenta características que impõem dificuldades para a fiscalização do território, já que a faixa fronteiriça entre Guaíra/PR e Foz do Iguaçu/PR é totalmente fluvial. O trecho, em sua quase totalidade, sobrepõe-se ao reservatório (lago) da Itaipu Binacional. A fronteira com a Argentina, embora menor, é majoritariamente definida pelos rios Iguaçu e Santo Antônio, os quais são formados por cursos d'água muitas vezes rasos que permitem a travessia terrestre em múltiplos pontos. Na fronteira com a Argentina, além dos rios, os 23 km de fronteira seca entre Barracão/PR e Santo Antônio do Sudoeste/PR são permeados por propriedades rurais que se estendem para além da linha fronteiriça, permitindo a passagem de ilícitos sem controle.

As condições socioeconômicas presentes na região também desempenham papel relevante em facilitar e atrair as operações de organizações criminosas. No lado paraguaio, vulnerabilidades sociais, como elevados índices de desemprego, baixos salários e pobreza entre a população local, criam condições propícias para a cooptação de indivíduos por grupos

↑ SUMÁRIO

criminosos, pelo oferecimento de fontes alternativas de renda. Isso faz com que exista farta mão de obra para ser recrutada pelo crime, seja como "olheiros" ou como carregadores de fardos de produtos contrabandeados por barcos que atravessam o Lago de Itaipu. No âmbito social e cultural da região fronteiriça existe uma tolerância histórica em relação às práticas de contrabando e de descaminho. Essas atividades, por muito tempo, foram vistas como uma forma de trabalho e subsistência para as populações locais.

Outro fator de atração para atuação de organizações criminosas na região é sua relevante estrutura logística. Rodovias federais de grande importância, como a BR-277 e a BR-163, conectam a área de fronteira aos grandes centros consumidores. Complementando essas vias principais, existe uma extensa rede de estradas estaduais que dão acesso direto às margens do Lago de Itaipu e aos pontos de fronteira seca com a Argentina. Essa rede é formada ainda por uma complexa teia de estradas vicinais não pavimentadas que perpassa a região, sendo sistematicamente utilizada para desviar de postos de fiscalização e da vigilância policial nas rodovias principais.

O transporte hidroviário, centrado no Lago de Itaipu e no Rio Paraná, funciona como um corredor para a movimentação de grandes volumes de mercadorias ilícitas, como toneladas de maconha e grandes quantidades de cigarros contrabandeados. A vasta extensão do lago e suas margens abrigam centenas de portos e pontos de desembarque clandestinos, que permitem o descarregamento das cargas em locais discretos. Para evadir a fiscalização nas rodovias principais, são comumente utilizados "batedores". A ocultação das mercadorias ilícitas é realizada de diversas formas, incluindo o uso de fundos falsos em veículos ou bagagens e a dissimulação em meio a cargas lícitas, como arroz, farelo de milho ou sucata metálica.

Uma abordagem específica para o tráfico de armas é o transporte das peças desmontadas em diferentes veículos, minimizando perdas em caso de interceptação. As mesmas rotas, métodos de ocultação, pontos de armazenamento e redes de apoio são utilizados de forma flexível para transportar uma ampla gama de produtos ilícitos. O principal foco destas organizações criminosas que realizam as operações logísticas na fronteira é a rentabilidade econômica e a circulação eficiente dos bens ilegais. Buscam operar com discrição e evitar ao máximo confrontos diretos com as forças de segurança.

A infraestrutura aérea e dos correios também desempenha um papel relevante. O Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (IGU) e o Aeroporto Internacional Afonso Pena (CWB), em Curitiba, funcionam como pontos intermediários para o envio de drogas para a Europa, transportadas por passageiros. Além desses aeroportos oficiais, rotas aéreas clandestinas são utilizadas por aeronaves de pequeno porte que cruzam a fronteira, especialmente vindas do Paraguai, transportando cocaína originária da Bolívia. Adicionalmente, a logística criminal é apoiada por

↑
SUMÁRIO

uma infraestrutura de suporte, que inclui a existência de depósitos (residências e galpões) em locais próximos à fronteira para armazenar, temporariamente, as mercadorias ilícitas antes do transporte final. Finalmente, o Centro Internacional dos Correios, em Curitiba, também serve como *hub* logístico para o recebimento de drogas sintéticas do exterior.

Em relação ao litoral paranaense, o Porto de Paranaguá, que faz parte de um complexo junto do Porto de Antonina, é o maior porto exportador de produtos agrícolas do Brasil e um dos principais portos graneleiros da América Latina. Trata-se também do segundo maior porto de contêineres do Brasil, atrás apenas do Porto de Santos/SP. De fato, também depois de Santos, o Porto de Paranaguá é um dos líderes em apreensões de cocaína no país, embora em ambos os portos os números estejam em queda. Em 2019, foram apreendidas 21,5 toneladas em Paranaguá. Em 2024, foram apreendidas 2,6 toneladas. O porto segue sendo um grande *hub* logístico de exportação da cocaína, mas as tendências recentes sugerem a utilização de rotas alternativas para escoamento da droga.

O tráfico de drogas no Paraná esteve por cerca de duas décadas sob amplo domínio do PCC. A despeito do surgimento episódico de grupos menores e independentes, até aproximadamente 2020 nenhum grupo havia crescido suficientemente para alcançar equilíbrio de forças com a facção paulista em nenhuma região do estado. Em regra, esses grupos eram formados por ex-faccionados do PCC, geralmente jurados de morte, em busca de proteção. Esse é o caso da origem das organizações criminosas Máfia Paranaense e Cartel do Sul. Dada a rivalidade nacional entre PCC e o CV, esses grupos locais estabeleceram relação amistosa com a facção carioca, sem que isso se materializasse em ações criminosas conjuntas. Em decorrência da força que o PCC exerce no Paraná, os outros grupos passaram a colaborar entre si para combatê-lo, criando um cenário no qual, de um lado está o PCC, praticamente hegemônico no estado, e do outro uma frente de organizações menores contrárias a ele. Esses grupos minoritários compostos por membros do Cartel do Sul, do CV e do PGC agem principalmente no litoral, onde tornaram-se majoritários nas ruas. A quebra da hegemonia do PCC na região litorânea, em especial em Paranaguá, é de interesse das três partes da aliança, e a conjunção de interesses das organizações criminosas torna o CV e o PGC os aliados naturais do Cartel do Sul, organização criminosa voltada para o tráfico internacional de drogas.

Essas disputas ajudam a explicar por que a região de Paranaguá vem apresentando, desde 2020, as maiores taxas de violência letal intencional do estado. O plano de fundo dessas disputas é o Porto de Paranaguá, hoje permeável a diferentes atores envolvidos no tráfico internacional de drogas. Esquemas de exportação de cocaína direta ou indiretamente vinculados a membros do Cartel do Sul ou do PCC, por exemplo, coexistem paralelamente, em conjunto com outros traficantes independentes. Assim, conflitos emergem entre as diferen-

↑
SUMÁRIO

tes organizações criminosas, bem como no interior de cada uma, devido a desconfianças e descumprimentos de acordos.

Figura 36

Mapa do estado do Paraná



Cenário criminal no Paraná: análises e perspectivas

Na avaliação feita acerca do cenário do crime organizado do estado do Paraná em junho de 2025, a célula local do PCC foi classificada tanto em nível nacional como em nível estadual como sendo de relevância muito alta. Além de ser a maior e mais relevante organização criminosa do estado e de estar presente nas principais cidades e pontos logísticos do estado,

↑ SUMÁRIO

apresenta histórico de resgate de presos, ações de grande vulto, ataque a membros das forças de segurança e ameaça a autoridades[71].

Atualmente, apenas no litoral o PCC perdeu sua hegemonia para a aliança entre o Cartel do Sul, o CV e PGC. A confrontação inicial do Cartel do Sul contra o PCC no litoral sugere tratar-se não de tentativa de controle direto da região, mas de garantir que suas operações de tráfico internacional de drogas não sejam obstadas. Por sua vez, apesar de a presença do CV ter aumentado na região, sua atuação pulverizada e em estreita proximidade com o Cartel do Sul e com o PGC tem dificultado o trabalho das forças de segurança de individualizar as capacidades de ação de cada grupo criminoso. As lideranças são, por vezes, classificadas alternadamente como parte de um ou de outro grupo, não sendo possível, assim, classificar nenhum dos grupos mencionados sequer como de relevância baixa no estado.

O PCC permanece, por ampla margem, a maior força criminosa no Paraná, mantendo predominância na maior parte do território. Os grupos criminosos citados, embora demonstrando fortalecimento e disposição para o enfrentamento ao PCC, ainda não somam recursos, capacidade de ação e quantidade de integrantes em número suficiente para desafiar a atuação da facção paulista na maior parte do território paranaense.

RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul faz fronteira com a Argentina e com o Uruguai, países que integram rotas internacionais de tráfico de drogas e contrabando, e encontra-se geograficamente próximo ao Paraguai, principal produtor de maconha da região e rota essencial para a cocaína andina. Ainda, apresenta características econômicas, sociais e logísticas (estrutura rodoviária, hidrovias, portos e aeroportos) atrativas para as atividades de organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico e outros mercados ilícitos. Quanto à infraestrutura logística, o Porto de Rio Grande/RS, parte de um complexo portuário com o Porto de Pelotas e um dos principais do Brasil em movimentação de contêineres e de cargas gerais, representa via importante para a exportação de entorpecentes, servindo como alternativa em caso de maior repressão em outros portos do Brasil.

Em termos criminais, o Rio Grande do Sul apresenta uma característica *sui generis* em relação aos demais estados brasileiros: não conta com presença territorial das duas maiores facções criminosas brasileiras, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Existem cinco grupos criminosos de relevância estadual e regional no Rio Grande do

71 https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/12/17/imagens-e-audios-mostram-como-quadrilha-usou-bombas-e-fuzis-para-invadir-penitenciaria-e-soltar-presos-no-pr.ghtml

↑ SUMÁRIO

Sul – Os Manos, os Bala na Cara, Os Abertos, Os Taura e Família do Sul (FMS). Em geral, grupos criminosos menores mantêm vínculos com essas estruturas maiores, das quais dependem para adquirir drogas e armas, estabelecer alianças, obter autorização para atuar em territórios específicos e, em troca, muitas vezes, oferecem apoio por meio de mão de obra armada em ações violentas contra grupos rivais. Os Manos e os Bala na Cara são as organizações criminosas de alcance regional, que mantêm vínculos com o PCC e o CV, respectivamente. Ambas estão presentes no Uruguai, Argentina e Paraguai.

A extensão da fronteira seca do Rio Grande do Sul e a presença de rios dificultam a fiscalização, favorecendo o transporte de ilícitos. A divisa com o Uruguai não apresenta obstáculos geográficos relevantes. Essa proximidade com a fronteira facilita o contrabando e o descaminho de produtos como cigarros, eletrônicos, bebidas, roupas e agrotóxicos ilegais. Essas atividades geram lucro paralelo para os grupos criminosos, além de financiar outras práticas criminosas. Em períodos recentes, foi recorrente a deflagração de operações policiais voltadas para a repressão de crimes relacionados ao câmbio ilegal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro perpetrados na fronteira com o Uruguai.

O Rio Grande do Sul possui duas Regiões Metropolitanas, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG). A RMPA é a área mais densamente povoada. Concentra pouco mais de 4,1 milhões de habitantes (censo 2022) – 38,2% da população total do estado. É nesta região que surgiram as organizações criminosas de maior atuação no estado. Além das regiões metropolitanas, há outras aglomerações urbanas, as denominadas "capitais regionais" e centros sub-regionais, todas áreas de interesse para os propósitos das organizações criminosas. A partir de sua territorialidade, organizações criminosas comandam grande parte da logística que envolve a distribuição dos entorpecentes ilegais no estado e avançam para municípios que extrapolam seus limites originários.

Na década de 1980, a economia do crime era centrada em furtos e roubos. A transposição para o tráfico de drogas produziu mudanças significativas na lógica de atuação desses grupos, que buscaram construir pontes com atacadistas para abastecer a demanda por drogas no estado gaúcho. Desde meados de 2010, está em curso processo de expansão territorial pelas facções originadas na RMPA para outros municípios, os quais representam não somente um mercado consumidor emergente, mas também pontos de controle logísticos da distribuição dos entorpecentes. As áreas de fronteira são locais estratégicos e operacionais para os negócios e atividades ilícitas desenvolvidas pelas organizações criminosas, que têm por objetivo final o lucro financeiro.

Na forma de avanço pelo estado, identificam-se três estratégias utilizadas pelas principais organizações criminosas: a faccionalização, a negociação e o conflito direto. A faccionaliza-

↑
SUMÁRIO

ção ocorre quando há incorporação de pequenos grupos criminosos do interior do estado pelas organizações criminosas oriundas da RMPA. É um importante instrumento para formar alianças, mas também um componente para se fortalecer perante grupos rivais. A negociação centra-se no diálogo dos grupos maiores com coletivos criminais sedimentados no mercado local ou regional. Assim, emerge a construção de acordos e a fixação dos grupos maiores como atacadistas, permitindo a manutenção do controle da venda direta de drogas pelos atores locais sem a necessidade de filiação direta. Todavia, as negociações podem provocar conflitos de interesses, o que culmina com a última estratégia – o conflito direto.

O conflito direto decorre de múltiplos fatores, como as variações intempestivas do processo de filiação, o não cumprimento de pactos (principalmente no que tange a pagamentos de drogas), a tentativa de substituição de lideranças por grupos externos, a importância do município na cadeia logística de distribuição dos entorpecentes, entre outros motivos. Na operação Senhores do Crime, executada pelo Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc) da Polícia Civil, em setembro de 2022, foi constatado que os líderes das organizações criminosas conversam entre si, vendem armas e drogas uns para os outros, e dividem territórios para o narcotráfico, enquanto membros da base estão quase sempre em conflito. Essas ações expansionistas vinculam-se a múltiplos interesses, como a procura por novos mercados, a busca pelo domínio do controle de entrada e saída de entorpecentes, o estabelecimento de parcerias estratégicas para o desenvolvimento da atividade ilícita, a facilidade na importação de armas de fogo, o contrabando, o descaminho de mercadorias e mesmo a lavagem de dinheiro.

O narcotráfico é a principal atividade dos grupos criminosos atuantes no Rio Grande do Sul. A cocaína tem origem principalmente na Bolívia, mas também no Peru e na Colômbia, sendo transportada por rotas terrestres que atravessam os estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, bem como por rotas aéreas oriundas da Bolívia ou do Paraguai. Já a maconha seria majoritariamente produzida no Paraguai, seguindo caminho semelhante até o estado, utilizando rodovias federais como as BR-116, BR-290 e BR-386. Além das rotas terrestres, há registros do uso do Porto de Rio Grande como ponto de escoamento de cocaína para o exterior.

Drogas sintéticas, consumidas no estado, como ecstasy e LSD, têm origem tanto na Europa, especificamente Holanda e Bélgica, trazidas pelo Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre, quanto em laboratórios clandestinos localizados em estados do Sudeste e no Rio Grande do Sul. Em 19 de setembro de 2022, a Polícia Civil apreendeu 11.594 comprimidos de ecstasy, em local utilizado como laboratório para produção de entorpecentes, situado no município de Alvorada/RS.

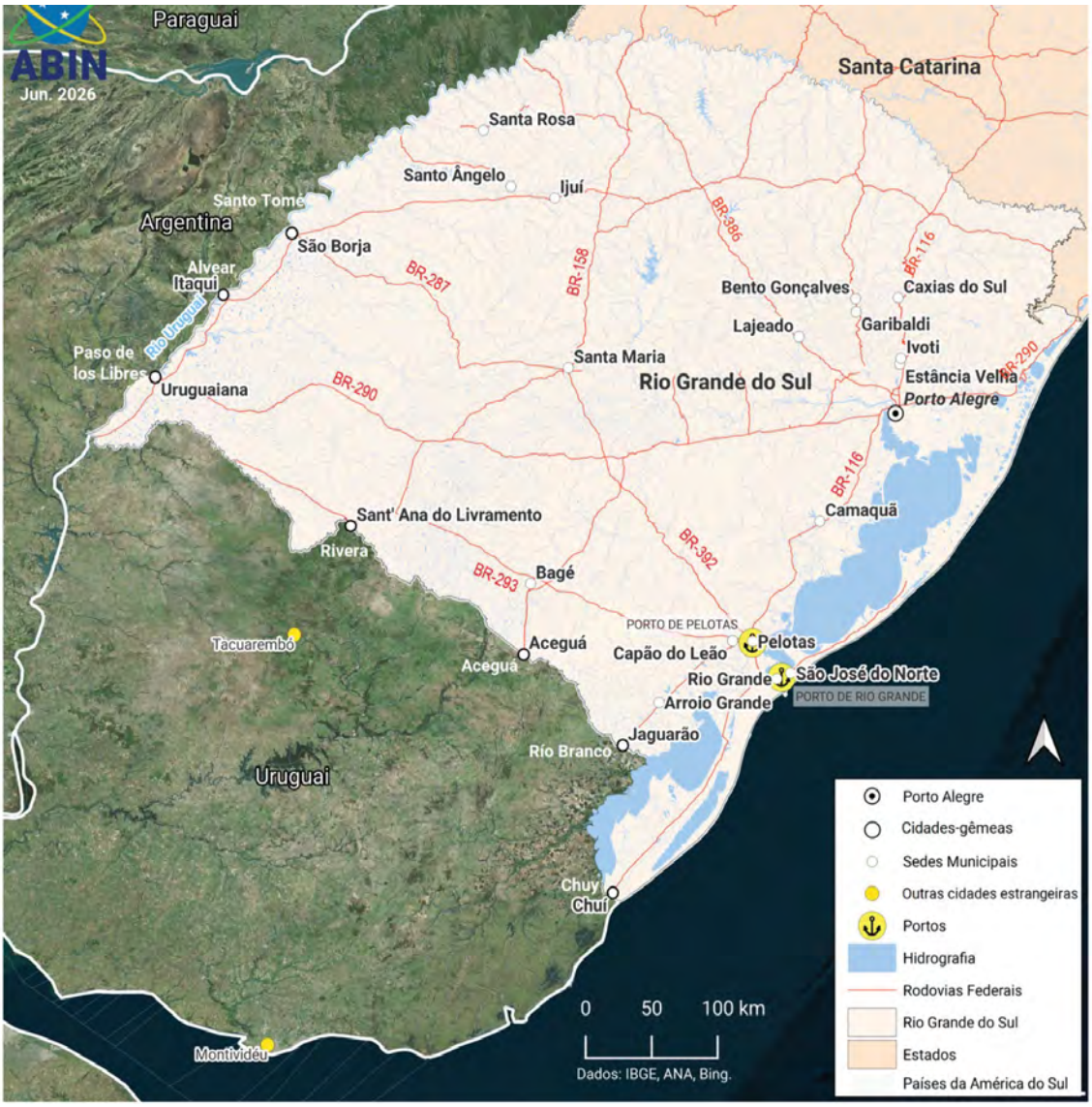
No Rio Grande do Sul, outras atividades ilícitas relevantes desenvolvidas pelas organizações criminosas são o tráfico de armas e munições, o contrabando ou descaminho de mer-

↑ **SUMÁRIO**

cadorias, roubo ou furto de veículos, assaltos a estabelecimentos financeiros e a carros-fortes, jogos de azar e extorsão. Verifica-se que os veículos são frequentemente roubados (ou furtados) para posterior uso em crimes, revenda no mercado clandestino ou envio para desmanches ilegais. O capital oriundo das atividades criminosas é ocultado por meio da compra de imóveis, veículos, abertura de empresas de fachada e utilização de comércios como restaurantes e mercados para dar aparência de legalidade aos recursos ilícitos. Ainda, o uso de sites de apostas, popularmente conhecidos como "bets", tem se tornado uma estratégia crescente dos grupos criminosos para a lavagem de dinheiro. Essas organizações utilizam as plataformas, muitas vezes sediadas no exterior e com pouca regulação nacional, para inserir recursos ilícitos de forma disfarçada.

Figura 37

Mapa do estado do Rio Grande do Sul



↑ SUMÁRIO

Cenário criminal no Rio Grande do Sul: análises e perspectivas

Na avaliação feita acerca do cenário do crime organizado do estado do Rio Grande do Sul em junho 2025, as organizações criminosas Os Manos e BNC foram classificadas, tanto no cenário nacional, como no cenário estadual como sendo de relevância alta. Os Taura, por sua vez, foi classificada em ambos os cenários como de relevância média, enquanto Os Abertos e a Família do Sul possuem relevância baixa nos dois cenários.

Apesar de Os Manos e BNC apresentarem relevância alta, Os Manos possuem maior número de membros faccionados no Rio Grande do Sul, presença em todas as regiões do estado e maior sofisticação em suas técnicas de lavagem de ativos. Além disso, possuem aliança estruturada com o PCC. Apresentam perfil mais empresarial e mais discreto do que seu principal rival, a organização criminosa BNC. Ambas as facções vêm expandindo sua atuação pelo interior do estado.

Um dos reflexos desta expansão e modo de atuação constantemente utilizado pelas organizações criminosas gaúchas são a realização de coalizões e alianças estratégicas, como a frente Anti-Bala e Anti-Manos, para frear o avanço de organizações criminosas maiores e garantirem sua autonomia e reserva de mercado. Ademais, a organização criminosa FMS está contemplada no estudo por tratar-se de um conglomerado organizado com coesão mínima. Seus grupos, individualmente, com exceção de Os Abertos, não atingiriam pontuação necessária para entrarem na classificação.

Outro fator observado é que, diferentemente de outros estados brasileiros, no Rio Grande do Sul há maior liberdade de ação para grupos criminosos locais, que se aliam por questões estratégicas e comerciais à facção de alcance regional, sem necessidade de faccionalização. Ou seja, o crime organizado no Rio Grande do Sul é bastante pulverizado, funcionando em uma lógica de alianças e rivalidades. Por sua vez, as organizações criminosas gaúchas de maior relevância, apesar de possuírem alianças e parcerias com as organizações criminosas de alcance nacional, como o PCC e o CV, também possuem seus próprios fornecedores nos países produtores e estruturas logísticas para abastecerem seus pontos de venda de drogas no estado, apresentando relativo grau de independência e autonomia.

SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina está localizado na região Sul do país, entre os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, com o Oceano Atlântico a leste e a Argentina, na fronteira, a oeste. Com população estimada em pouco mais de oito milhões de habitantes, tem índices sociais elevados, com a maior expectativa de vida do país. É considerado o estado com menor desigualdade

↑ SUMÁRIO

econômica do Brasil e possui o sexto maior PIB do país. Em população total, as cinco maiores cidades são, em ordem decrescente, Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Itajaí.

A facção criminal dominante no estado é o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), de atuação regional. Há também presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV), principais facções de âmbito nacional. Grupos oriundos do Rio Grande do Sul, como os Manos e Bala na Cara (BNC) têm atuado na Região Oeste e no litoral sul do estado.

A existência de três complexos portuários espalhados pelo litoral catarinense é um fator de atração para o tráfico internacional de drogas. Os carregamentos de cocaína embarcados nos portos catarinenses visam abastecer prioritariamente o mercado europeu, podendo a droga ser retirada em portos na Europa ou na África. Diversos grupos criminosos como PGC, PCC, além de operadores independentes operam em portos catarinenses no tráfico internacional de drogas, especialmente de cocaína. Não há um grupo dominante que controle essa atividade.

Do Norte para o Sul, os complexos portuários existentes são os de São Francisco do Sul (litoral norte), Itajaí (litoral centro-norte) e Imbituba/Laguna (litoral sul). Grupos especializados em inserir os carregamentos de cocaína nos navios, denominados pela Polícia Federal (PF) em suas investigações como núcleos embarcadores, prestam serviço para diferentes organizações criminosas, incluindo facções criminosas rivais como o PCC e o PGC. Outro fator de atração para o tráfico internacional de drogas por portos catarinenses é a infraestrutura rodoviária do estado. Há diversas rodovias federais e estaduais em boas condições de manutenção, que possibilitam pluralidade de rotas e desvios desde países fronteiriços e estados limítrofes até o litoral catarinense.

O modal terrestre é o principal meio de chegada da droga destinada à exportação. A rota mais utilizada é oriunda da fronteira do Paraguai com o Paraná, estado a partir do qual a droga chega à Santa Catarina por rodovias federais e estaduais. As rodovias federais BR-101, BR-280 e BR-470 são os principais corredores de acesso aos complexos portuários catarinenses, ligando as diversas regiões do estado aos terminais portuários. Também há registros do uso de aeroclubes da região para desembarque de grandes quantidades de cocaína trazida por pequenas aeronaves oriundas da fronteira com Bolívia e Paraguai.

O PGC é a facção com predominância no mercado de varejo de drogas de Santa Catarina. O PCC possui presença territorial limitada, tendo maior relevância na venda de entorpecentes em cidades do litoral norte e, nos últimos anos, expandindo sua atuação para a região Oeste catarinense.

Já a presença do CV em Santa Catarina está diretamente ligada ao PGC. Em 2007, conflitos internos levaram à transferência de membros do PGC para o Sistema Penitenciário Federal (SPF), os quais,

↑
SUMÁRIO

em 2009, retornaram ao sistema prisional catarinense com proposta de aliança com o CV do Rio de Janeiro (CV/RJ). Desde então, as duas facções possuem acordo com o objetivo de não se prejudicarem mutuamente - entendimento esse que se aplica tanto nas unidades prisionais como fora delas. Assim, são proibidos a disputa pelo controle de rotas ou pontos de comércio ilícito entre integrantes das duas facções e os batismos do CV em Santa Catarina. Nesse contexto, apesar de membros do CV atuarem no tráfico de drogas em alguns pontos do estado, como no Vale do Itajaí e na Grande Florianópolis, não exercem controle territorial e social no modelo realizado pelo CV/RJ em comunidades sob sua influência, uma vez que atuam em locais com predominância do PGC. De maneira semelhante, observa-se a presença de membros do PGC homiziados na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, sob proteção do CV, evidenciando a consolidação da aproximação dos dois grupos.

Figura 38

Mapa do estado de Santa Catarina



SUMÁRIO

Cenário criminal em Santa Catarina: análises e perspectivas

Na avaliação feita acerca do cenário do crime organizado em Santa Catarina em junho de 2025, a organização criminosa Primeiro Grupo Catarinense (PGC) foi classificada como sendo de relevância muito alta tanto no cenário estadual como no nacional, enquanto a célula local do Primeiro Comando da Capital (PCC) foi classificada como de relevância baixa no cenário nacional e média no estadual. O PGC é a facção de maior relevância no estado, contando com maior número de membros e presença na maioria das regiões e unidades prisionais do estado. O PCC aparece em segundo lugar exercendo modesta atuação em determinadas regiões.

Todavia, a hegemonia do PGC no estado começa a ser contestada, com o fortalecimento de grupos ligados ao PCC na região Oeste e a expansão da presença de facções gaúchas na região Oeste e Litoral Sul.

O CV não se enquadrou nos critérios de admissibilidade do presente trabalho por não possuir presença territorial significativa em Santa Catarina. No contexto da aliança entre PGC e CV, a organização criminosa de origem carioca atua em territórios onde há predominância da facção catarinense, não exercendo controle territorial e social relevante em tais locais. Os grupos criminosos gaúchos Os Manos e Bala na Cara (BNC) também não se enquadram nos critérios de admissibilidade por possuírem presença territorial limitada, concentrada em poucos pontos de varejo na venda de drogas na Região Oeste e no litoral sul do estado.

↑
SUMÁRIO

Referências

ABREU, Allan de. Cocaína: a rota caipira. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ADORNO, Luís; MUNIZ, Thiago. As 53 facções criminosas brasileiras. Fonte Segura. São Paulo, 2022. Disponível em: https://fontesegura.forumseguranca.org.br/as-53-faccoes-criminosas-brasileiras/. Acesso em: 12 mar. 2026.

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, p. 71-88, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID). Segurança pública. Brasília, DF: MJSP, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/obid/seguranca-publica. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sinesp - Profissionais de segurança pública. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFlMmYzYTgwOTBlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 12 mar. 2026.

CANADA. Public Safety Canada. Research highlights: organized crime. Ottawa: Public Safety Canada, 2017. (Research Highlights, 2017-H007). Disponível em: https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrcs/pblctns/2017-h007/2017-h007-en.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

CARNEIRO SOBRINHO, Eduardo Jorge Porto. Evolução das organizações criminosas na Paraíba. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/35030. Acesso em: 22 ago. 2025.

COSCIA, Michele; RIOS, Viridiana. Knowing where and how criminal organizations operate using web content. In: *Proceedings of the 21st ACM International Conference on Information and Knowledge Management*. 2012. p. 1412–1421.

DEVIDA, Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas (DEVIDA). Monitoreo de cultivos de coca 2023. Lima: DEVIDA, 2024. 147 p. Disponível em: https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/6531952/68548-monitoreo-de-cultivos-de-coca-2023-1.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Dinâmicas da violência e políticas de segurança nas regiões brasileiras: o impacto das facções criminais – macrorregião Norte. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2024. p. 321-400. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1/capitulo9

↑ SUMÁRIO

DIAS, Thays de Lima Matos Freire. As facções criminosas no sistema prisional de Alagoas: práticas e estratégias de enfrentamento pelo Estado em Alagoas. 2020. 60 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9889/1/As%20fac%C3%A7%C3%B5es%20criminosas%20no%20sistema%20prisional%20de%20Alagoas%20-%20pr%C3%A1ticas%20e%20estrat%C3%A9gias%20de%20enfrentamento%20pelo%20Estado%20em%20Alagoas.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279. Acesso em: 18 de julho de 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/305. Acesso em: 18 nov. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Cartografias da violência na Amazônia. Vol. 3. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c86febd3-e26f-487f-a561-623ac825863a. Acesso em: 18 de julho de 2025.

FUERTE CELIS, María del Pilar, LUJAN, Enrique Pérez e PONCE, Rodrigo Cordova - Organized crime, violence, and territorial dispute in México (2007–2011). *Trends in Organized Crime*, v. 21, 2018, p. 1–22.

GLENNY, Misha. O dono do morro: um homem e a batalha pelo Rio. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GRILLO, Carolina. Dono do morro. In: *Dicionário de Favelas Marielle Franco (Wikifavelas)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CNPq; Observatório de Favelas, s.d. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Dono_do_Morro. Acesso em: 02 mar. 2026.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI/UFF); INSTITUTO FOGO CRUZADO. Grande Rio sob disputa: mapeamento dos confrontos por territórios. Rio de Janeiro: GENI/UFF; Fogo Cruzado, 2024. Disponível em: https://geni.uff.br/2024/06/05/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos-por-territorios/. Acesso em: 08 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022-. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 20 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): resultados 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html. Acesso em: 27 set. 2025.

JONES, Nathan P.; CHINDEA, Irina A.; WEISZ ARGOMEDO, Daniel; SULLIVAN, John P. A social network analysis of Mexico's dark network alliance structure. *Journal of Strategic Security*, v. 15, n. 4, 2022, p. 76–105. DOI: https://doi.org/10.5038/1944-0472.15.4.2046. Acesso em: 08 ago. 2025.

LESSING, Benjamin. Making peace in drug wars: crackdowns and cartels in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

MANSO, Bruno Paes. A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

↑ SUMÁRIO

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. A guerra: a ascensão do Primeiro Comando da Capital e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 139–157, 2007.

MISSE, Michel. O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In: Drogas e Pós-Modernidade: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. v. 2, p. 147–156.

MOTTA, Luana et al. Fora do crime no "mundo do crime": experiências juvenis em meio à guerra em periferias de Maceió e Belo Horizonte. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 15, n. spe4, p. 387–414, 2022. https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46076.

OLIVEIRA, Cecília. Como nasce um miliciano: a rede criminosa que cresceu dentro do Estado e domina o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

PAIVA, Luiz Fábio. "Aqui não tem gangue, tem facção": as transformações sociais do crime em Fortaleza. *Caderno CRH*, v. 32, n. 85, p. 165–184, 2019. DOI: 10.9771/ccrh.v32i85.26375. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26375. Acesso em: 21 jul. 2025.

RISQUEZ, Ronna. El Tren de Aragua. Orlando: Editorial Dahbar, 2025.

RODRIGUES, Célio Vieira; SILVA, Paulo Sérgio Leitão da. O Primeiro Comando da Capital (PCC) no centro do poder. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 38, p. 110–119, abr. 2025. DOI: 10.38116/bapi38art8.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS (SENAPPEN). Mapa das organizações criminosas 2024. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/mapa-das-orcrims/mapa-orcrim-2024/view. Acesso em: 12 mar. 2026.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes. "Trilha sonora da guerra": análise das facções maranhenses e da formação da sensibilidade da juventude faccionada a partir do proibidão. 2020. 742 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

TUSIKOV, Natasha; FAHLMAN, Robert C. Threat and risk assessments: a common framework. In: RATCLIFFE, Jerry H. (ed.). *Strategic thinking in criminal intelligence*. 2. ed. Annandale-on-Hudson: Law Enforcement Intelligence Unit; Australian Institute of Criminology, 2009.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Cocaine Insights 4: Illicit cannabis markets in South America. Vienna: United Nations, 2022. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Cocaine_Insights4_2022.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *World Drug Report 2024*. Vienna: United Nations, 2024. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4091940. Acesso em: 13 mar. 2026.

VALENTE, Adriano Chaves. Como nasce uma Sintonia: estudo sobre o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) em Brasília. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

↑ SUMÁRIO

2006-2026
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
20ANOS

ABIN

CASA CIVIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Cenários do Crime Organizado no Brasil

Relatório final do Projeto



Cenários do Crime Organizado no Brasil

Relatório final do Projeto

2006-2026
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
20ANOS

ABIN

CASA CIVIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO